



Relatório e Contas

2004

**ren**

Rede Eléctrica Nacional, S.A.







Relatório e Contas  
2004

Índice

---

Mensagem do Presidente	6
Indicadores Principais	10
Aspectos Relevantes do Ano	17
Missão e Valores	18
Estrutura da Empresa	20
Órgãos Sociais e Corpo Directivo da REN, S.A.	23
<b>Relatório de Gestão</b>	<b>25</b>
Enquadramento Macroeconómico	26
O Mercado Eléctrico Europeu	29
O Mercado Eléctrico Português	34
Actividade da REN em 2004	42
Considerações Finais	84
<b>Documentos de Prestação de Contas</b>	<b>89</b>
<b>Documentos de Apreciação e Certificação</b>	<b>125</b>
<b>Anexo Estatístico</b>	<b>133</b>

## Mensagem do Presidente



O exercício da REN, S.A., em 2004, fica marcado por uma descontinuidade, na linha de evolução dos resultados, que merece atenção explicativa.

A reestruturação do sector da energia, caracterizada por Resolução do Conselho de Ministros, em 2003, teve um desenvolvimento interferido pela descontinuidade governativa que se produziu a meio do ano de 2004, em adição a alguma moderação de ritmo de construção do mercado ibérico de electricidade – MIBEL – com a mudança de governo, em Espanha, no fim do primeiro trimestre.

Às empresas, não chega ter vontade organizada para atingir objectivos: é também necessário controlar as variáveis de que depende a realização do percurso. À REN foi cometido, pelo Estado, um papel activo na reestruturação do sector com duas valências muito claras: ser o suporte do lançamento do operador do mercado ibérico – pólo português – OMIP e tomar iniciativa no sentido de separar os activos de transporte de gás, da GALP, para os integrar na REN, dando origem à Rede Energética Nacional.


O OMIP, tendo preparado a sua base técnica para arranque, em Abril de 2004, como previsto no Acordo Luso-Espanhol, de 20 de Janeiro, executou operações em regime de teste, mas não pôde anunciar aos agentes a disponibilidade duma plataforma de mercado de produtos energéticos de natureza financeira, futuros e opções, por não ter sido criada a base legal, entre Portugal e Espanha, para esse fim.

A entrada da REN no capital da GALP, com a compra de 18,3%, correspondeu a um esforço financeiro muito significativo que não teve, no exercício de 2004, contrapartida positiva, por entrada de dividendos ou efectivação da aquisição de activos da Transgás, contribuindo para o agravamento da dívida da REN.

Sublinha-se, neste quadro de resposta a variáveis exógenas, a opção da REN por uma concentração da dívida em papel comercial, reduzindo as linhas de crédito a uma função instrumental de ajuste, cada vez mais residual. A estrutura da dívida, no fim do ano, evidencia uma melhoria relativamente à composição médio-longo prazo, curto prazo, face ao ano anterior, situando-se respectivamente em 48,2% e 51,8%.

Esta opção pelo papel comercial foi considerada a melhor via, por razões de eficiência e flexibilidade, para assegurar o financiamento corrente da actividade da REN, na ausência de soluções ligadas à reestruturação do sector e ao MIBEL, que permitiriam





recorrer a opções diversas para reestruturar a dívida, no montante de mil e duzentos milhões de euros. Com este custo financeiro e algumas regularizações de natureza fiscal com incidência no período anterior à autonomização da REN, é de sublinhar, mesmo em ambiente de redução regulatória da rentabilidade dos capitais da REN, ter-se atingido um resultado líquido acima de sessenta e nove milhões de euros.

A questão "terrenos dos centros electroprodutores" teve um desenvolvimento positivo, embora sem repercussão no exercício de 2004, com legislação complementar para a extinção dos CAE, Contratos de Aquisição de Energia, e o estabelecimento dos mecanismos de compensação aos produtores, pela criação dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual, CMEC, que permitiram realizar, já no início de 2005, as primeiras alienações de terrenos das Centrais Térmicas de Carregado, Setúbal e Tunes.

A actividade operacional foi marcada por um novo pico no investimento, sobretudo em linhas e subestações, no montante de 137 milhões de euros, cerca de 16% acima do ano anterior, embora aquém do previsto, por dificuldades acrescidas nos processos de licenciamento ambiental das instalações da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica, RNT. É o esforço de modernização da infra-estrutura e da sua preparação para corresponder à fase de produção mais distribuída no território.

A qualidade do projecto, quer de linhas quer de subestações, está em permanente melhoria por necessidade de responder às exigências de licenciamento, podendo registar-se, a título de exemplo, o trabalho exemplar de colaboração que permitiu realizar, a tempo, a linha Alqueva – Balboa, interligação comprometida no Acordo Luso-Espanhol, até ao fim de Dezembro de 2004.

Do ponto de vista do desempenho da RNT, medido pelo tempo de interrupção equivalente (TIE), descontado um incidente de natureza mecânica, que provocou a rotura numa linha, que só abastece um grande cliente, 2004 foi o melhor ano de sempre, com TIE = 0,5 minutos.

Em geral, o desempenho da RNT evidencia uma melhoria sustentada quando medida pelo número de defeitos em cada 100 km de circuito, seja quando comparada com a média dos últimos cinco anos, seja, sobretudo, quando comparada com a dos últimos dez anos.

A gestão global do sistema eléctrico nacional, cuja realização, a nível técnico, cabe à REN, com particular incidência na optimização do sistema electroprodutor, teve, por razões de conjuntura internacional de preços de combustíveis, agravada por um ano de hidraulicidade abaixo da média, um assinalável sucesso com repercussão nos ganhos comerciais do Sistema Eléctrico Público, SEP, que atingiram cerca de vinte e cinco milhões de euros.

Esta actividade, exercida no ambiente dos CAE como contrapartida da actividade de *single buyer*, fica reduzida à transacção da energia que a REN tiver de gerir, em relação com os CAE que não passam ao regime de CMEC, pela especificidade originária da sua constituição.

Os consumos continuam a crescer, em Portugal, acima da média europeia e mesmo da vizinha Espanha, indiciando um fenómeno de difícil absorção pelo simples crescimento da economia, reflectido na evolução do produto interno bruto, PIB, fazendo acentuar a posição divergente de Portugal com a União Europeia, UE, quanto ao controlo da respectiva elasticidade energia-PIB. Nos últimos 30 anos, a procura de electricidade foi quase sete vezes a registada em 1970, enquanto o PIB, em termos reais, apenas triplicou.

O valor máximo de potência solicitada à rede atingiu 8 246 MW, valor que excede em 200 MW o mais alto atingido, anteriormente, em Janeiro de 2003.

Como o ano foi particularmente seco, a estrutura da oferta acabou por evidenciar um reforço da componente térmica, acabando as centrais hidroeléctricas por ter uma quebra de produção da ordem de 37% face ao ano anterior. Também o saldo das trocas na interligação foi claramente importador, bastante superior ao do último ano, atingindo 6,5 TWh, embora uma parte significativa, 6,0 TWh, fique a dever-se a estratégias de comercialização dos agentes do SENV.

Assinala-se este trânsito entre os sistemas eléctricos de Portugal e Espanha, na medida em que reflecte, na dimensão comercial, o efeito de criação do MIBEL, contrariando a ideia de insuficiência de capacidade de interligação como limitador da liberalização.

Prosseguiu a tendência de redução do SEP por crescimento do Sistema Eléctrico não Vinculado, SENV.

A afirmação do segmento liberalizado é também evidente do lado da oferta e exprime-se pelo número de instalações de produção independente a ligar à rede, mais 47, com especial incidência na produção eólica e na cogeração.

A produção em regime especial, PRE, aumentou 20% face ao ano anterior, em particular devido à produção eólica, cuja potência instalada atingiu 500 MW.

Do lado do consumo, a energia transaccionada no SENV atingiu 22% do consumo nacional, embora o consumo real dos clientes do SENV seja manifestamente inferior. O facto de uma parte do consumo SENV ser representada por compras no âmbito da parcela livre da Distribuição inflaciona em cerca de 3 TWh aquele montante quando, na verdade, se destina a abastecer clientes do SEP, reflectindo o espaço que está reservado à harmonização regulatória e regulamentar no novo mercado regional ibérico.

A actividade das empresas subsidiárias OMIP e RENTELECOM desenvolveu-se com os condicionalismos já sublinhados para o OMIP. Acresce que, por falta de enquadramento legislativo, só no próximo exercício será possível dar adequado tratamento contabilístico ao que está previsto no Acordo Luso-Espanhol sobre o apoio aos operadores de mercado, via tarifas, na fase de lançamento. Para a RENTELECOM, continuou a densificação contratual no interior do sector eléctrico, onde é evidenciável o interesse de autonomizar empresarialmente a capacidade excedentária da rede de telecomunicações de segurança, através dum resultado marginalmente positivo, acima dos 30 mil euros.

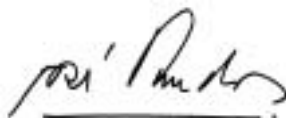
Na prossecução do entendimento da responsabilidade social da REN, manteve-se o apoio a instituições de natureza cultural, na base da Lei do Mecenato, onde se destaca o Teatro Nacional de S. João e a Casa de Serralves, no Porto, tendo também expressão outros patrocínios, em particular de iniciativas ligadas à temática energia e ambiente, embora também possam revestir expressão editorial, como foi a edição do "Álbum de Cesário Verde" (100 exemplares) e "Lisboa no Cais da Memória" de Eduardo Gageiro.

Está em desenvolvimento, com conclusão prevista para 2005, a certificação integrada da REN em qualidade, segurança e ambiente, envolvendo um conjunto vasto de quadros organizados numa estrutura temporária coordenada por uma Comissão Executiva dos Sistemas de Gestão.

No plano dos recursos humanos, pilar essencial da sustentabilidade, a acção da REN exprimiou-se por uma atenção permanente à valorização individual dos seus 576 trabalhadores, através de acções de formação que percorrem todas as áreas da vida da Empresa. A qualidade do desempenho da REN não é fruto exclusivo da modernização da infra-estrutura, é antes o resultado da melhoria do perfil técnico dos seus trabalhadores e dos seus prestadores de serviços.

Como expressão do enraizamento técnico da REN nos domínios da engenharia e do ambiente, prosseguiu a colaboração com as Universidades e Laboratórios do Estado, em domínios onde a investigação e monitoragem da actividade de transporte de energia eléctrica o justifica.

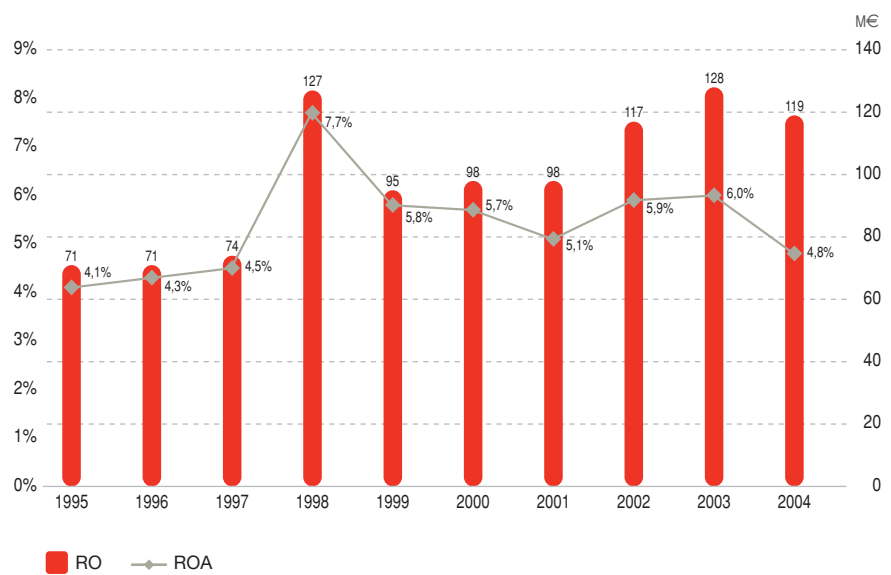
A compreensão dos accionistas e a disponibilidade e empenhamento dos trabalhadores da REN são credores dos resultados alcançados e do agradecimento do Conselho de Administração.



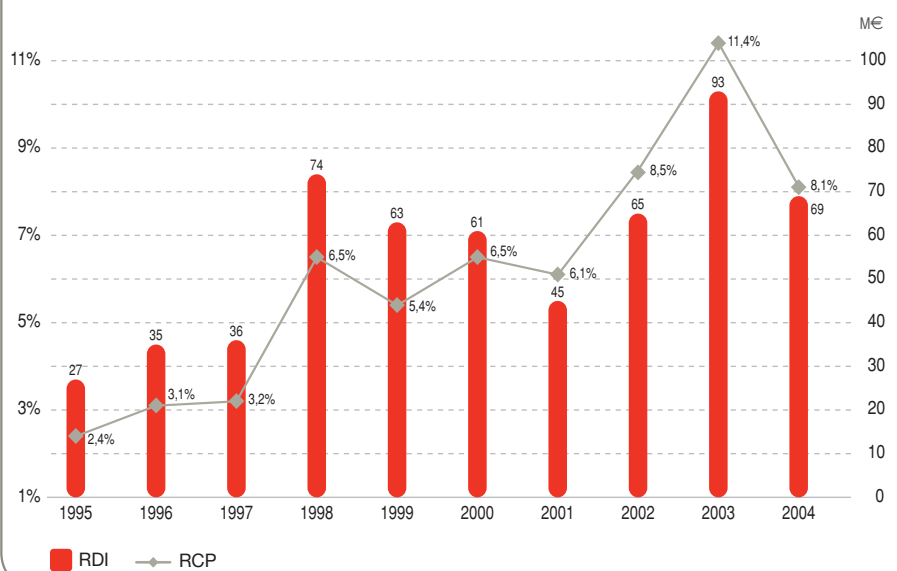
# Indicadores Principais

## Indicadores Económico-Financeiros

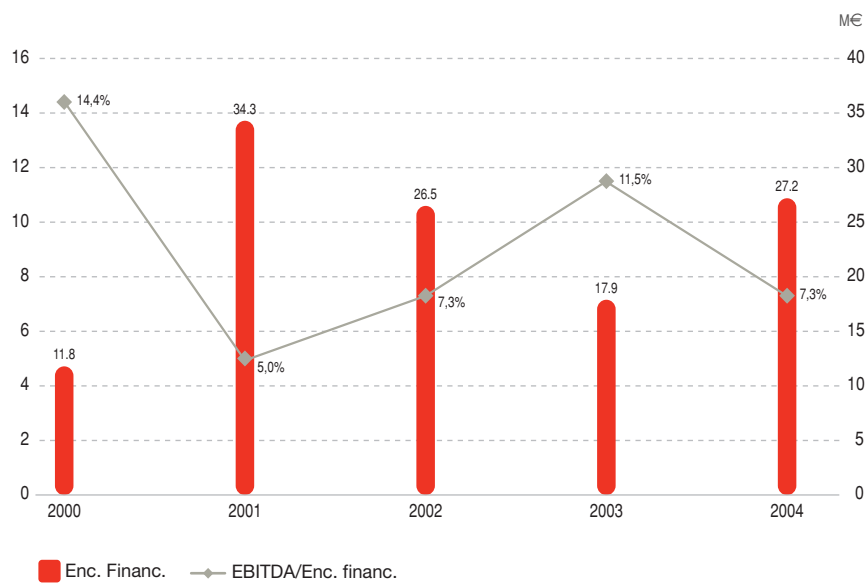
### Rendibilidade do activo



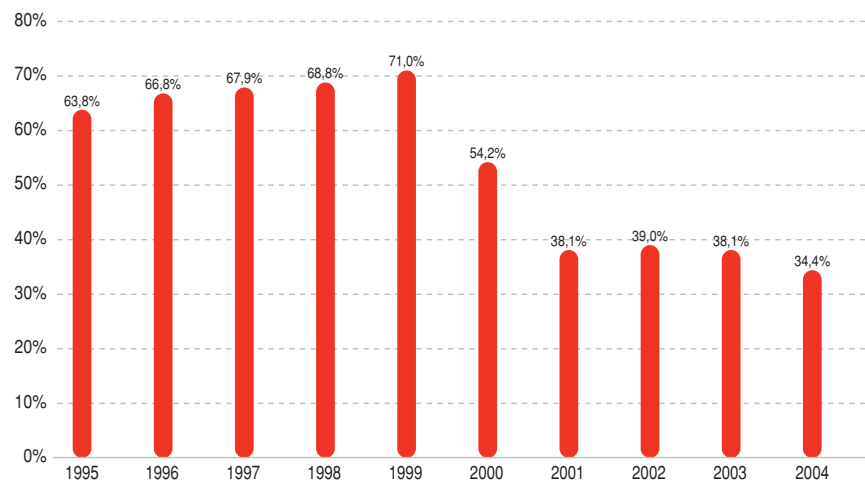
### Rendibilidade dos capitais próprios e RDI



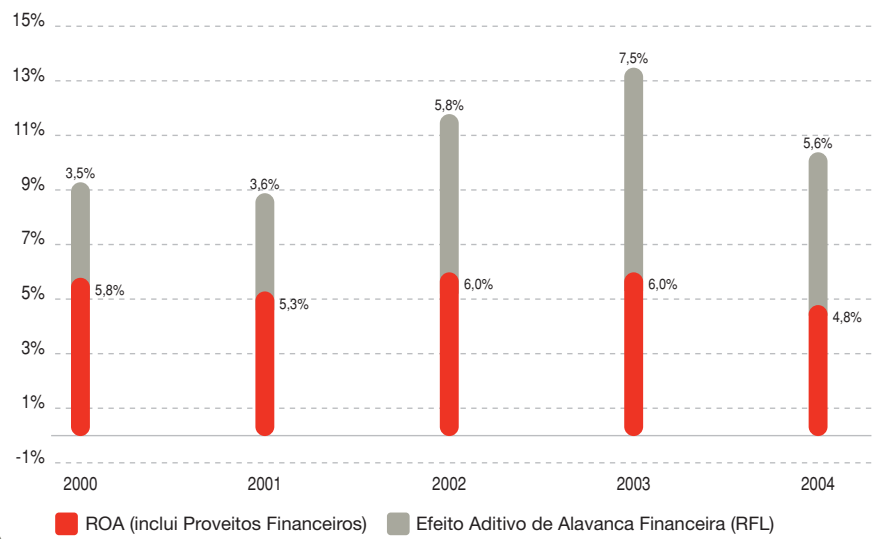
**Cobertura de encargos financeiros**



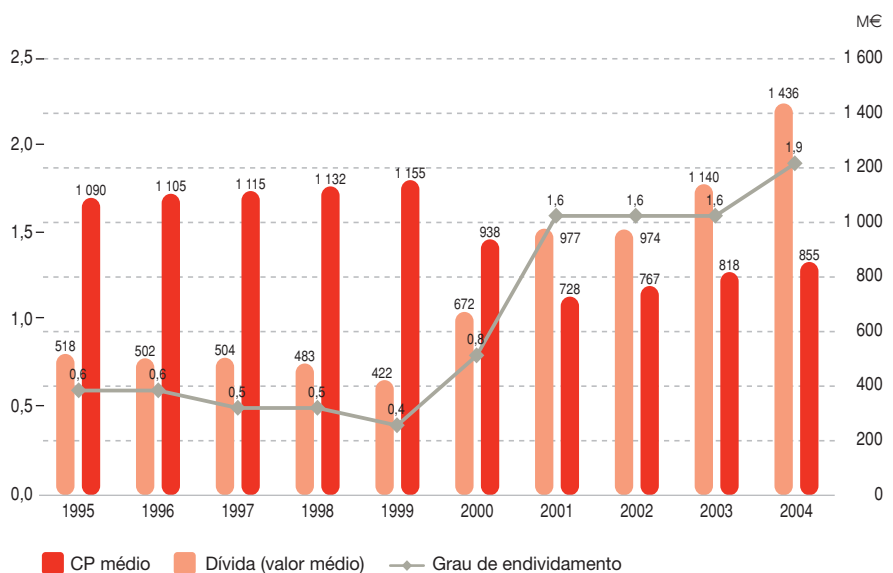
**Autonomia financeira**

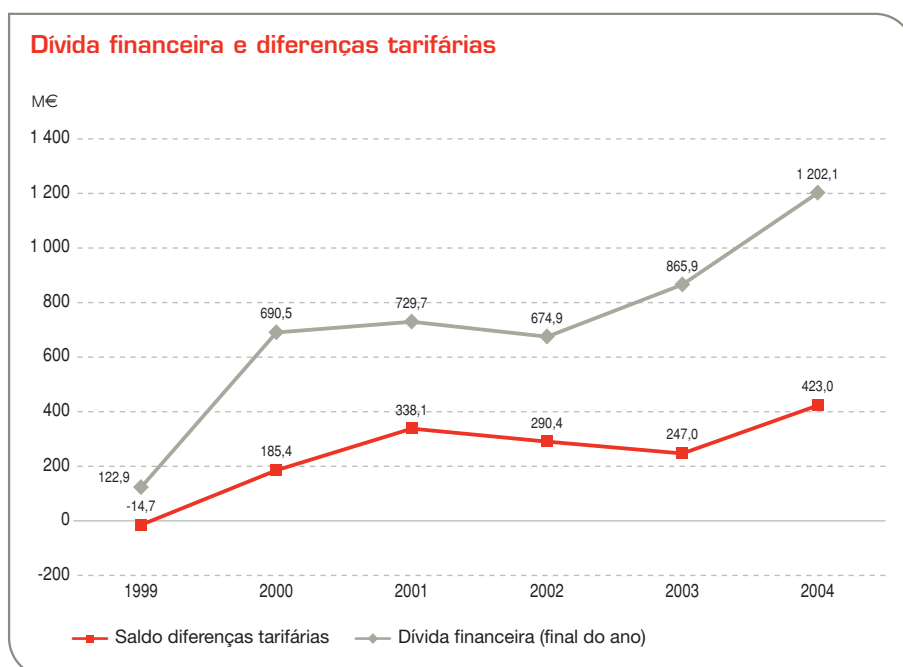
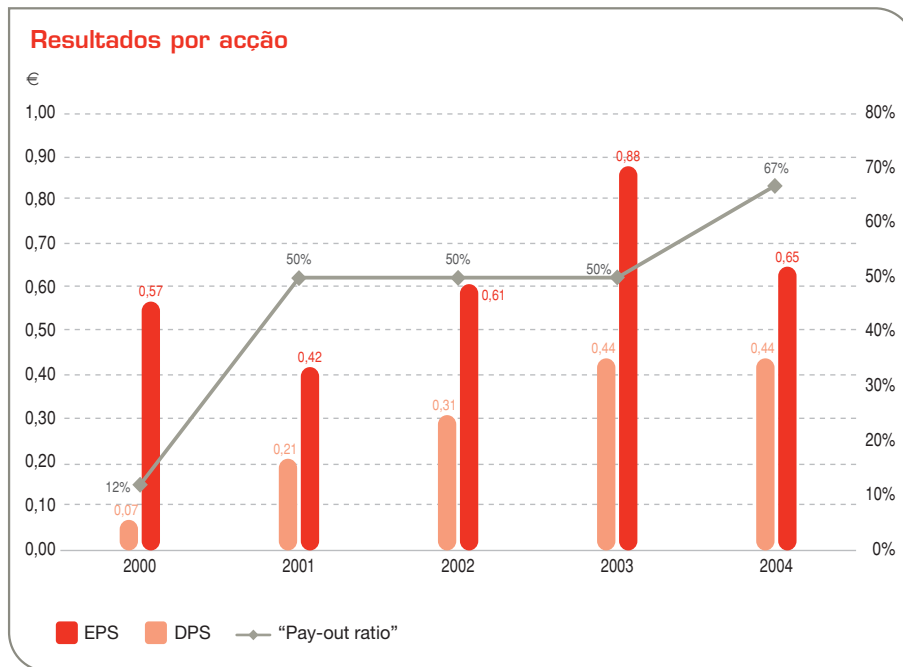


### Rendibilidade corrente dos capitais próprios



### Grau de endividamento





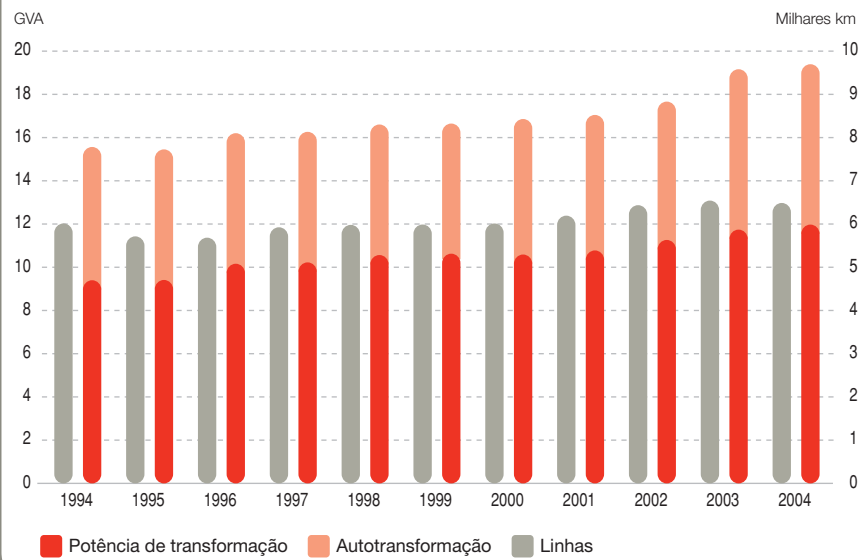
### Legenda e definições

- Autonomia financeira – capitais próprios/activo
- CP – capitais próprios
- Enc. Financ. – encargos financeiros excl. perdas em empresas associadas
- Grau combinado de alavanca – margem de contribuição/RC
- Grau de endividamento – capitais alheios/capitais próprios
- RCP – rentabilidade dos capitais próprios (ROE): RDI/CP
- RC – resultados correntes
- RDI – resultados depois de impostos
- ROA – return on assets: RO/activo
- DPS – dividends per share (dividendos por acção)
- EPS – earnings per share (resultados líquidos por acção)
- Pay-out ratio: – dividendos/RDI
- RFL – return from leverage (efeito aditivo de alavanca financeira)
- Rendibilidade corrente dos capitais próprios – RC/CP ou ROA+RFL

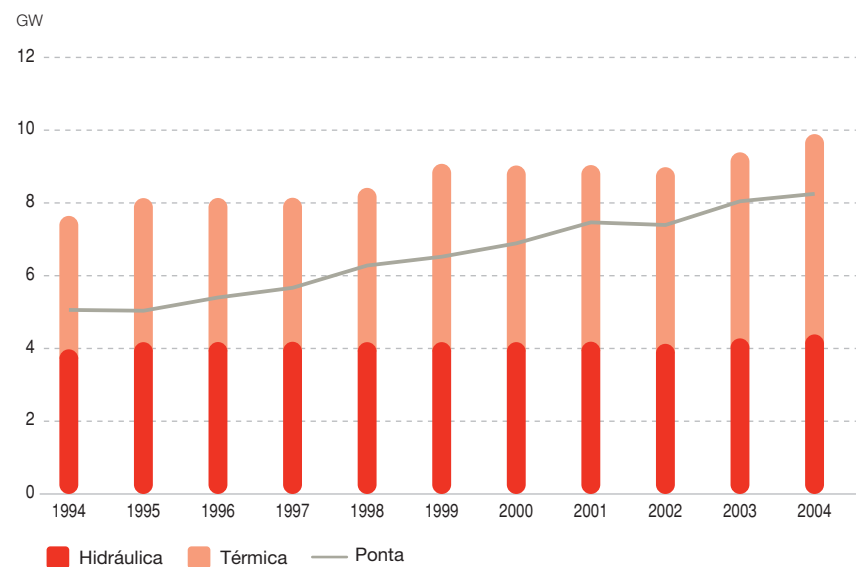
Nota: No cálculo dos indicadores, os valores retirados do balanço correspondem a valores médios

Indicadores Técnico-Económicos

Comprimento das linhas e potência de transformação

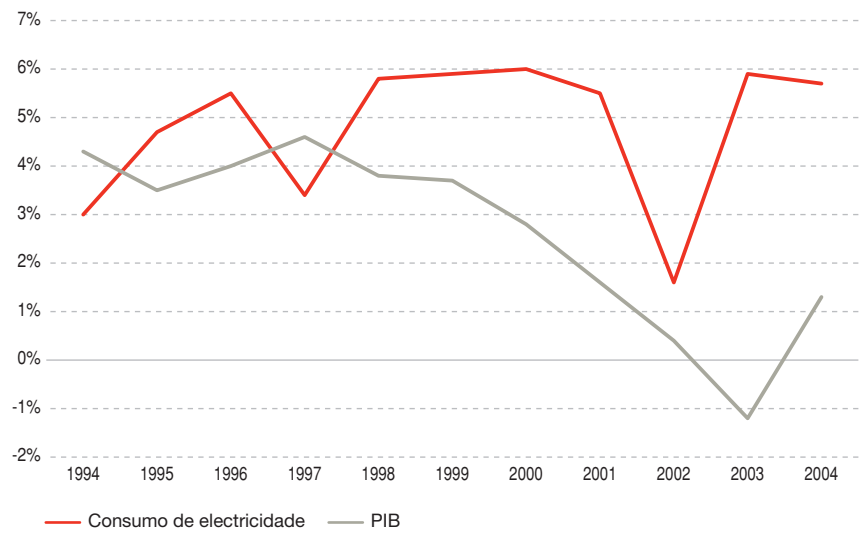


Potência instalada na produção e ponta

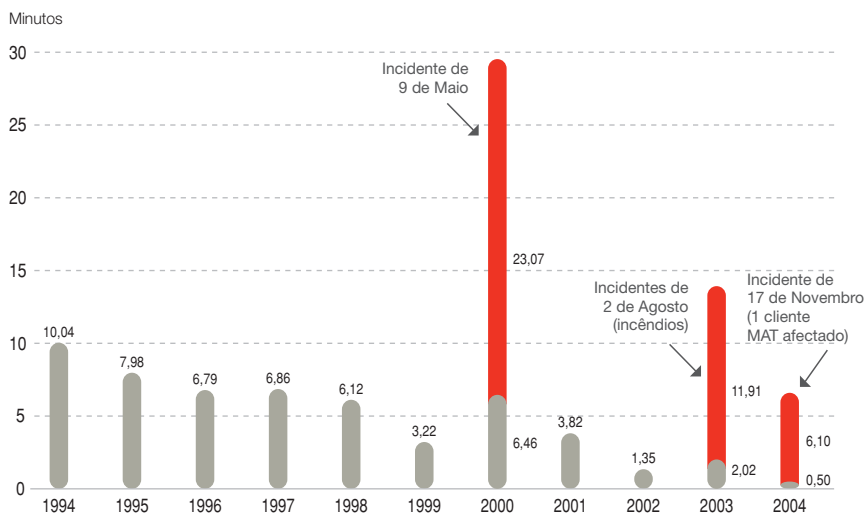




**Consumo de electricidade e PIB – taxas de variação**



**Tempo de interrupção equivalente**





## Aspectos Relevantes do Ano

- Publicada a Portaria n.º 96/2004, de 23 de Janeiro, que estabelece, no contexto da extinção antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE), o método e os critérios de fixação do valor a pagar à REN pela aquisição ou arrendamento, pelos titulares de licenças vinculadas de produção, dos terrenos não pertencentes ao domínio público hídrico, associados a centros produtores hidroeléctricos ou termoeléctricos e, ainda, pela remuneração anual, por via da tarifa, relativa à utilização dos terrenos do domínio público hídrico que estão na posse da REN.
- Em 2004 foi significativamente reforçada a capacidade de trocas de energia com Espanha, condição fundamental para o estabelecimento do MIBEL, com a entrada em serviço, a 26 de Março, do 2.º circuito a 400 kV entre Alto Lindoso e Cartelle, no Norte de Portugal, e, sobretudo, com a entrada em serviço, a 27 de Dezembro, de uma nova interligação a 400 kV no Sul entre Alqueva e Balboa.
- Entrou em serviço experimental, em 20 de Abril, data estabelecida no compromisso assumido pelos Governos de Portugal e Espanha, a plataforma informática necessária para o início de funções do OMIP – Operador do Mercado Ibérico a Prazo.
- Na reunião da Assembleia Geral da REN, em 17 de Junho, foram eleitos os membros dos Órgão Sociais para o triénio 2004-2006.
- O BCSD Portugal, Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, aprovou, em 8 de Setembro, a adesão da REN, reconhecendo o empenho desta na gestão das suas actividades de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável, mantendo uma conduta de preservação contínua do meio ambiente.
- A certificação do sistema de gestão do ambiente da REN foi renovada em 23 de Dezembro, em resultado da auditoria de acompanhamento realizada pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER).
- Foi conhecida a decisão das Actividades da Concorrência representadas no despacho da Comissária Neelie Kroes, sobre a operação de concentração comunicada pela EDP para adquirir a GDP, em consórcio com a ENI.

### A Empresa

A REN – Rede Eléctrica Nacional, SA, empresa concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT), foi criada em 1994, por cisão do Grupo EDP, tendo sido concluída a sua separação com a autonomização jurídica, daquele grupo, em 2000. Esta operação obedece ao princípio da separação das empresas de produção, transporte e comercialização de energia eléctrica, como forma de garantir a liberdade de acesso às redes por todos os agentes do mercado em condições de equidade e transparência.

### A Concessão

Enquanto concessionária da RNT, a REN assegura uma missão de utilidade pública, de onde se destacam as seguintes actividades:

- A gestão técnica do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) e a gestão global do Sistema Eléctrico do Serviço Público (SEP) ;
- O transporte de energia eléctrica em Muito Alta Tensão (400, 220 e 150kV);
- A exploração da Rede Nacional de Transporte (RNT) de energia eléctrica e a construção, manutenção e planeamento das infra-estruturas que a integram;
- A previsão da evolução dos consumos de electricidade e identificação das necessidades de novos centros produtores do SEP, ou reforço dos existentes, e respectivos locais de implementação.

### Missão

A REN estabelece como Missão a garantia do fornecimento ininterrupto de electricidade ao menor custo e satisfazendo critérios de qualidade (frequência e tensão) e de segurança, a manutenção do equilíbrio entre a produção e a procura e assegurar os interesses legítimos dos intervenientes no mercado de electricidade, na conjugação das missões de operador de sistema e de operador de mercado que lhe estão cometidas.

## Valores

A REN assume como seus valores fundamentais:

**Garantia do abastecimento** – Explorar e desenvolver a RNT e as interligações com Espanha de modo a garantir o fornecimento ininterrupto de electricidade satisfazendo todos os critérios de qualidade, favorecendo a criação do Mercado Ibérico da Electricidade.

**Imparcialidade** – Garantir a todos os intervenientes no mercado de electricidade, produtores, distribuidores e consumidores, acesso à RNT não discriminatório e em condições de igualdade de tratamento.

**Eficiência** – Desempenhar com rigor todas as tarefas que lhe são cometidas em termos de eficiência produtiva, e com a melhor utilização de todos os recursos, contribuindo para o desenvolvimento do País, tendo em vista o bem-estar das populações e a criação de valor para os seus accionistas.

**Sustentabilidade** – Gerir as suas actividades de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável, nas vertentes económica, social e ambiental, com aposta no apoio à investigação e desenvolvimento e, ainda, na formação, na ética e no desenvolvimento do potencial dos seus recursos humanos.

## Estrutura da Empresa

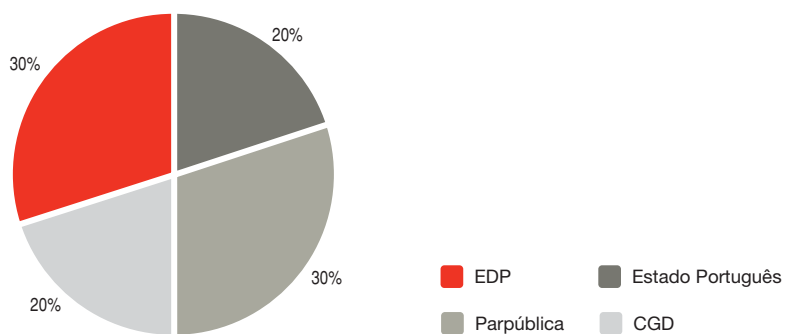
### Accionista

O capital social da REN é de 534 000 000 euros, representado por 106 800 000 acções, com o valor de 5 euros cada uma, repartido do modo seguinte:

Accionistas	N.º de acções	Participação
Estado Português	21 361 068	20%
EDP – Electricidade de Portugal, S.A.	32 040 000	30%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	21 358 932	20%
Parública – Participações Públicas (SGPS), S.A.	32 040 000	30%
Total	106 800 000	100%

No gráfico seguinte está patente a repartição da estrutura accionista da REN no final de 2004.

### Estrutura Accionista

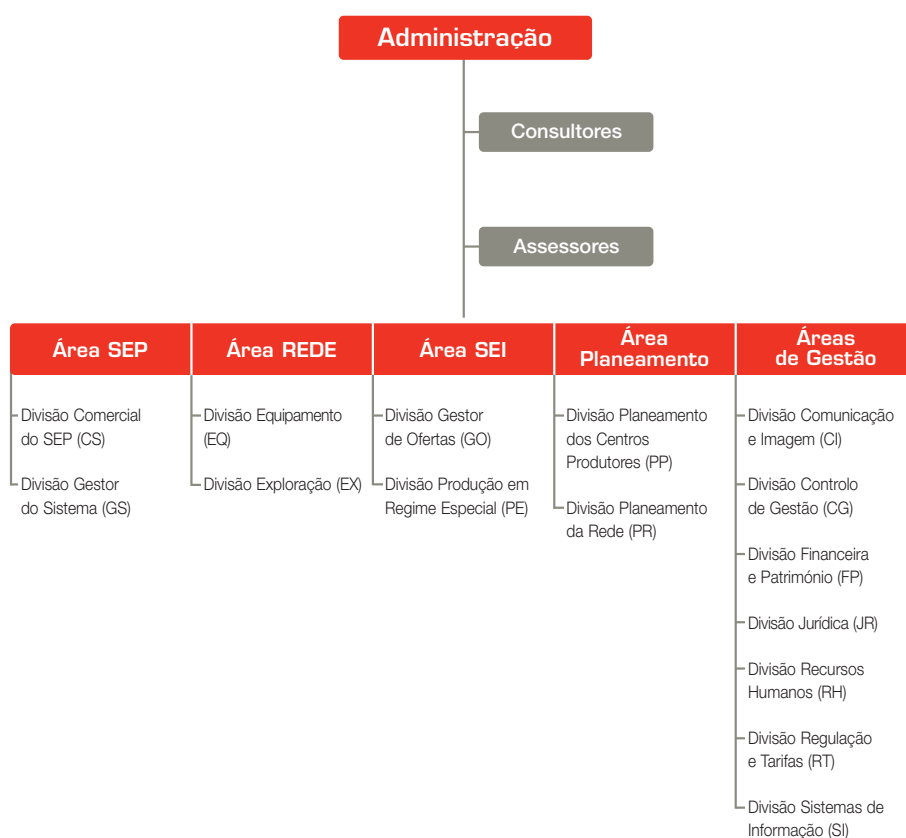


## Organizativa

A REN encontra-se estruturada, no final de 2004, em cinco áreas de actuação: área SEP (sistema eléctrico público), área REDE, área SEI (sistema eléctrico independente), área Planeamento e áreas de Gestão.

A área SEP engloba a divisão Comercial (CS) e a divisão Gestor do Sistema (GS). Na área de Rede estão incluídas as divisões de Equipamento (EQ) e de Exploração (EX). A área SEI inclui a divisão Gestor de Ofertas (GO) e a divisão Produção em Regime Especial (PE). A área de Planeamento engloba a divisão Planeamento dos Centros Produtores (PP) e a divisão Planeamento da Rede (PR).

As áreas de Gestão compreendem a divisão Comunicação e Imagem (CI), a divisão Controlo de Gestão (CG), a divisão Financeira e Património (FP), a divisão Jurídica (JR), a divisão Recursos Humanos (RH), a divisão Regulação e Tarifas (RT) e a divisão Sistemas de Informação (SI).





### **Conselho de Administração**

- 1 – Eng.º Henrique Joaquim Gomes
- 2 – Prof. Doutor Aníbal Durães dos Santos
- 3 – Eng.º José Rodrigues Pereira dos Penedos
- 4 – Eng.º Victor Manuel da Costa Antunes Machado Baptista
- 5 – Prof. Doutor Paulo José Jubilado Soares de Pinho



## Órgãos Sociais e Corpo Directivo da REN, S.A.

### **Mesa da Assembleia Geral**

Dr. António José Marrachinho Soares

**Presidente**

Eng.º João Manuel de Sousa Moreira

**Vice-Presidente**

Dr.ª Maria Elvira Teixeira Borges

**Secretária**

### **Conselho de Administração**

Eng.º José Rodrigues Pereira dos Penedos

**Presidente**

Eng.º Victor Manuel da Costa Antunes

Machado Baptista

**Vogal**

Prof. Doutor Aníbal Durães dos Santos

**Vogal**

Eng.º Henrique Joaquim Gomes

**Vogal**

Prof. Doutor Paulo José Jubilado Soares de Pinho

**Vogal**

### **Órgão de Fiscalização**

Dr. Luís Borges Assunção

**ROC Efectivo**

J. Monteiro & Ass.

**ROC Suplente**

### **Consultor do Conselho**

Eng.º Artur Manuel Anjos Lourenço

### **Assessor do Conselho**

Eng.º Óscar Emanuel de Magalhães Ribeiro

### **Área SEP**

**Comercial do SEP**

Eng.º Fernando Manuel Santos

**Gestor do Sistema**

Eng.º José Júlio Amarante dos Santos

### **Área REDE**

**Equipamento**

Eng.º Jorge Manuel Pais Marçal Liça

**Exploração**

Eng.º António Albino Vilhena Alencão Marques

### **Área SEI**

**Gestor de Ofertas**

Avocado – exercido pelo Eng.º Patrão Reto

**Produção em Regime Especial**

Eng.º Mário Crisóstomo de Andrade

### **Área Planeamento**

**Planeamento dos Centros Produtores**

Eng.º Francisco Luís Gonçalves Saraiva

**Planeamento da Rede**

Eng.º João Pedro da Silva Ricardo

### **Áreas de Gestão**

**Comunicação e Imagem**

Avocado – exercido pelo Eng.º Artur Lourenço

**Controlo de Gestão**

Dr. Luís Filipe Melo Gonçalves

**Financeira e Património**

Dr. Manuel Maria Cunha Coelho da Silva

**Jurídica**

Dr.ª Maria Elvira Teixeira Borges

**Recursos Humanos**

Dr. Manuel Joaquim Gomes Quintas Veiga

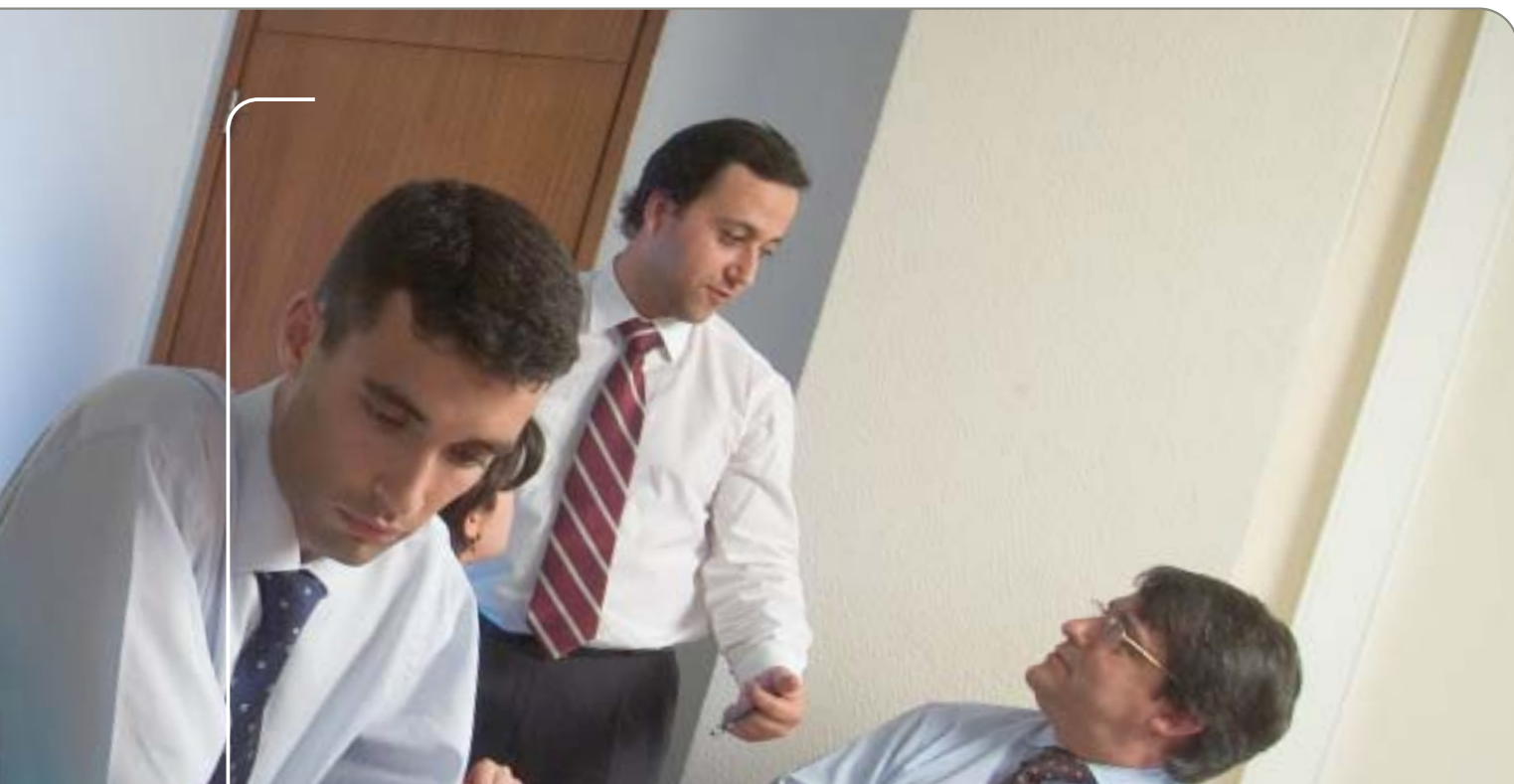
**Regulação e Tarifas**

Eng.º Vítor Manuel Vigário Pinto Vieira

**Sistemas de Informação**

Eng.º António Manuel Faria de Sousa Fonseca





## Relatório de Gestão

# 25

<b>Enquadramento Macroeconómico</b>	<b>26</b>
Panorama Internacional	26
A Economia Portuguesa	28
<b>O Mercado Eléctrico Europeu</b>	<b>29</b>
<b>O Mercado Eléctrico Português</b>	<b>34</b>
A Electricidade no Contexto Energético Global	34
<b>Actividade da REN em 2004</b>	<b>42</b>
Regulação Económica	42
Rede Nacional de Transporte	47
RENTELECOM	58
OMIP	59
Sustentabilidade	60
Evolução Económica e Financeira	69
<b>Considerações Finais</b>	<b>84</b>
Perspectivas para o Ano de 2005	84
Proposta de Aplicação de Resultados	85
Nota Final	86

### Panorama Internacional

Depois da situação de estagnação económica vivida em 2003, o ano de 2004 foi marcado por alguns sinais de aceleração da actividade económica a nível mundial. De acordo com as estimativas da Comissão Europeia<sup>1</sup>, o PIB mundial deverá ter crescido 5% em 2004. Como factores de retoma que contribuíram para a referida aceleração da actividade económica, são apontados a implementação de políticas macroeconómicas favoráveis, a manutenção de taxas de juro reais a níveis historicamente baixos, o aumento da confiança dos agentes económicos e o forte desempenho de certas economias emergentes, como a China.

Todavia, a economia mundial foi ainda confrontada com alguns obstáculos ao crescimento, incluindo a subida do preço do petróleo Brent para valores em torno de 40 USD/barril, chegando a atingir os 50 USD/barril no quarto trimestre. Esta escalada do preço do petróleo contribuiu para uma travagem do ritmo de crescimento e alguma subida das expectativas inflacionistas.

Nos EUA, o PIB deverá ter registado, em 2004, um crescimento próximo de 4,4%. Este crescimento foi estimulado pelas políticas monetárias e fiscais e pelo sólido crescimento da produtividade. A inflação, medida pelo IPC, deverá crescer 2,6% contra os 2,3% registados em 2003, devido, principalmente, ao aumento do preço do petróleo. O rendimento disponível das famílias terá beneficiado do crescimento do emprego e dos salários reais. Neste contexto, a taxa de desemprego deverá ter descido 0,5 p.p. em 2004 (6% em 2003 contra 5,5% em 2004).

Não obstante, os desequilíbrios macroeconómicos e os elevados défices público e externo têm funcionado como um factor limitativo ao estabelecimento de uma situação de crescimento económico sustentado, criando igualmente factores de instabilidade no mercado cambial, favorecendo o enfraquecimento do dólar.

No seguimento da recuperação económica iniciada em meados de 2003, a economia da zona euro deverá ter crescido 2,1%, em 2004, mais 1,5 p.p. do que no ano anterior. Apesar da apreciação do euro (cotação média de euro/dólar 1,23), a retoma desta economia baseia-se, sobretudo, na aceleração das exportações e na melhoria do investimento, que deverão crescer, em 2004, a uma taxa de 7,6% e 2,2%, respectivamente (contra 0,6% e -0,5% em 2003, respectivamente). Contudo, esta apreciação do euro face ao dólar põe em causa a capacidade de manutenção desta dinâmica exportadora, o que parece funcionar como importante travão ao aumento da taxa de crescimento deste bloco económico em 2005.

O consumo privado deverá manter um fraco crescimento (cerca de 1,5%) em 2004, associado à manutenção da taxa de desemprego em 8,9% e ao crescimento modesto do rendimento disponível das famílias. Os baixos níveis de confiança dos consumidores em algumas importantes economias da zona euro, designadamente a Alemanha, têm retirado ao consumo privado um papel activo na dinamização do crescimento económico.

<sup>1</sup> Comissão Europeia: *Autumn 2004 – Economic Forecasts*, Outubro de 2004

Por seu turno, as contas públicas continuam a apresentar um défice, que deverá situar-se, em 2004, próximo dos 2,9% do PIB, 0,2 p.p. acima do de 2003. Tal valor agregado, em grande medida determinado pela necessidade de cumprimento das metas estabelecidas no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), esconde uma enorme variedade de situações individuais. Em particular, a maior economia deste bloco, a Alemanha, tem vindo a registar alguma dificuldade no cumprimento das metas do PEC, o que a obriga à manutenção de uma política orçamental restritiva, diminuindo a sua capacidade de funcionamento como dinamizadora do crescimento europeu.

A inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC), continua a evoluir acima do patamar dos 2%, registando em 2004 uma taxa de crescimento, idêntica à de 2003, ou seja, de 2,1%. Esta relativa estabilidade dos preços, associada à valorização do euro face ao dólar e, em menor grau, à modesta dinâmica de retoma sentida na zona euro, retiraram qualquer pressão para uma necessidade de subida das taxas de juro do euro em 2004.

A economia japonesa apresenta-se mais dinâmica em 2004, devendo registar uma taxa de crescimento do PIB de 4,2% (mais 1,8 p.p. do que em 2003). Esta recuperação económica foi suportada não só pelo aumento da procura externa mas também pela melhoria estrutural nas empresas e no sector público. As exportações, que beneficiaram da forte procura da China e de outros países asiáticos, registaram aceleração na sua taxa de crescimento (15,7% em 2004 contra 10,1% em 2003). A procura interna terá beneficiado do abrandamento das pressões deflacionistas.

As economias emergentes da Ásia, não obstante o aumento do preço do petróleo, deverão ter registado um crescimento médio de 7,5%, contribuindo substancialmente para o crescimento global. Esta expansão foi impulsionada, sobretudo, pelo forte crescimento da China e pelas políticas macroeconómicas favoráveis, nomeadamente o aumento da competitividade das taxas de câmbio e a aceleração do crescimento da procura interna, incluindo o investimento.

A China deverá ter crescido 9,7% no primeiro semestre de 2004, mais 0,6 p.p. do que em 2003. Este crescimento foi estimulado, principalmente, pelo forte desempenho do investimento. Para responder ao sobreaquecimento da economia e ao sobreinvestimento foram adoptadas medidas administrativas, monetárias e fiscais restritivas.

O PIB da Índia deverá, também, ter registado um crescimento significativo (5,1% em 2003 contra 6,4% em 2004), sendo este apoiado pelo dinamismo do comércio mundial, pelas reformas estruturais e condições monetárias mais favoráveis.

Os países do ASEAN-4<sup>2</sup> deverão, no seu conjunto, ter crescido, em 2004, 5,5%, mais 0,4 p.p. do que em 2003. Crescimento idêntico ter-se-á registado nos novos países industrializados do sudeste asiático (NIE<sup>3</sup>), sendo de destacar o forte desempenho das economias de Hong Kong e de Singapura, que registaram crescimentos de, respectivamente, 7,5% e 8,8%.

<sup>2</sup> ASEAN: Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia

<sup>3</sup> NIEs: Korea, Taiwan, Hong Kong, Singapura





## A Economia Portuguesa

Depois da recessão verificada em 2003, no ano de 2004 assistiu-se a uma recuperação da actividade económica portuguesa, verificando-se um sólido crescimento na primeira metade do ano. O PIB, após uma queda de 1,2% em 2003, regressou a evoluções positivas em 2004, com um crescimento anual de 1,3% em termos reais. Esta recuperação foi impulsionada, principalmente, por um enquadramento externo mais favorável e pelo fortalecimento da procura interna.

As exportações aceleraram de forma expressiva e deverão ter crescido a uma taxa de 7,9% (3,9 p.p. acima da registada em 2003), em consequência da retoma gradual dos principais parceiros comerciais. Paralelamente, as importações cresceram praticamente à mesma taxa (7,8% em 2004 comparando com -0,9% em 2003). Em relação ao PIB, o saldo da balança comercial piorou 2,4 p.p., passando de -8,0% para -10,4%. Por seu turno, o saldo da balança de transacções correntes evoluiu desfavoravelmente em termos relativos, situando-se em -6,8% do PIB em 2004 (-6,3% em 2003). Estes *deficits* foram, sobretudo, compensados por um aumento do endividamento privado junto do exterior.

A FBCF deverá crescer a uma taxa superior à do PIB (cerca de 2,4%), invertendo a tendência decrescente registada nos dois anos anteriores. Esta evolução deverá ter sido favorecida pela manutenção de baixas taxas de juro.

O consumo privado deverá registar recuperação moderada, crescendo a uma taxa de 2,1% (-0,5% em 2003). Esta recuperação deveu-se, sobretudo, à melhoria da situação do mercado de trabalho, à manutenção de baixas taxas de juro, às expectativas gradualmente menos pessimistas dos consumidores e ao abrandamento do crescimento dos preços (2,4% em 2004 confrontando os 3,3% em 2003). No entanto, a taxa de desemprego manteve-se em 6,3%.

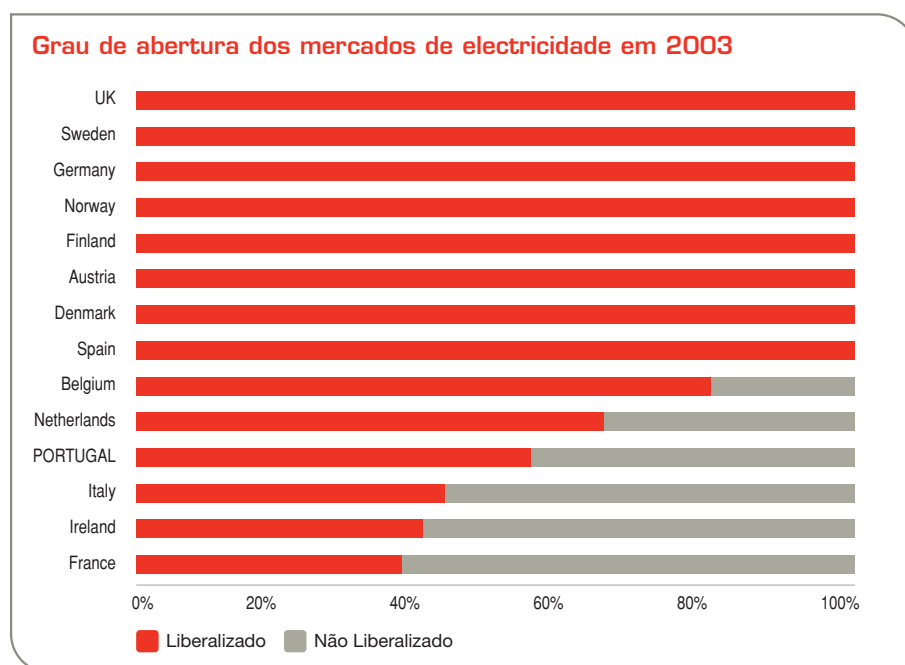
A despesa pública, depois de ter diminuído 0,4% em 2003, deverá ter crescido a uma taxa de 0,6% em 2004. Os gastos públicos terão contribuído para o crescimento do défice para cerca de 2,9% do PIB (mais 0,1 p.p. do que em 2003). A dívida pública, em percentagem do PIB, assumiu no final de 2004 o valor de 60,8% colocando este indicador no limiar máximo permitido pelos critérios do PEC.

A recuperação económica de 2004 deverá impulsionar o crescimento da economia portuguesa em 2005. Contudo, o crescimento do PIB em 2005 deverá, ainda, registar valores relativamente modestos face às outras economias europeias, devendo-se situar entre os 1,6% e os 2,4%.

## O Mercado Eléctrico Europeu

No espaço da União Europeia (UE) encontra-se em desenvolvimento o Mercado Interno de Electricidade (MIE), com o objectivo de promover a competitividade e eliminar, dentro do possível, as barreiras às transacções comerciais transfronteiriças, assegurando que os consumidores possam escolher livremente o seu fornecedor. A electricidade deverá, tanto quanto possível, fluir entre Estados Membros tão facilmente como flui em cada um deles.

A criação do MIE foi marcada pela liberalização nas componentes de produção, comercialização e fornecimento. Adicionalmente, esta Directiva prevê a extensão da liberalização do sector eléctrico a todos os clientes não residenciais até 2004 e à totalidade do mercado até 2007. A sua aplicação em cada Estado Membro conduziu a uma diferenciação do grau de liberalização dentro da Europa.



Fonte: Eurelectric

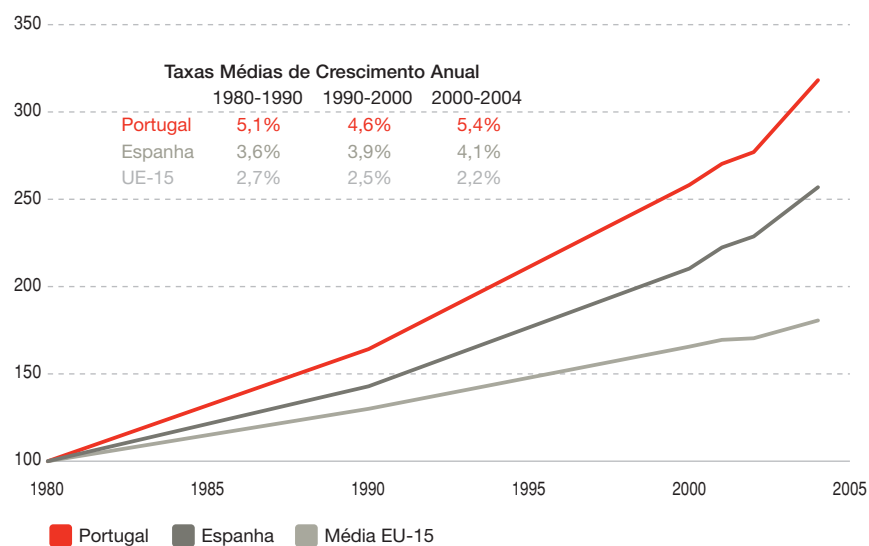
Face à experiência com a aplicação da Directiva 96/92/CE, que demonstrou os benefícios resultantes do MIE em termos de aumento de eficiência, de reduções de preços, de padrões de serviço mais elevados e de maior competitividade, mas que revelou a subsistência de deficiências significativas e de possibilidades de melhoria do funcionamento do mercado, foi publicada em Junho de 2003 a Directiva 2003/54/CE. No quadro das principais directrizes de política energética da UE – competitividade, segurança de abastecimento e protecção do ambiente – esta Directiva define as normas relativas à organização e ao funcionamento do sector, à exploração das redes de transporte e de distribuição, dos procedimentos de acesso ao mercado, bem como dos mecanismos previstos para monitorização e garantia da segurança de abastecimento no longo prazo. Posteriormente, face à necessi-



dade de estabelecer condições de acesso à rede para o comércio transfronteiriço de electricidade, foi publicado o regulamento 1228/2003/CE que define o mecanismo único de compensação entre operadores de rede de transporte e a Decisão 1229/2003/CE que estabelece um conjunto de orientações respeitantes às redes transeuropeias no sector da electricidade.

Uma análise da evolução da procura de electricidade na UE-15, no período 1980-2004, permite concluir que a taxa média de crescimento anual de Portugal foi sempre superior à verificada em Espanha e na UE-15. Entre 2000 e 2004, a procura da electricidade cresceu em média 5,4% ao ano em Portugal e 4,1% ao ano em Espanha.

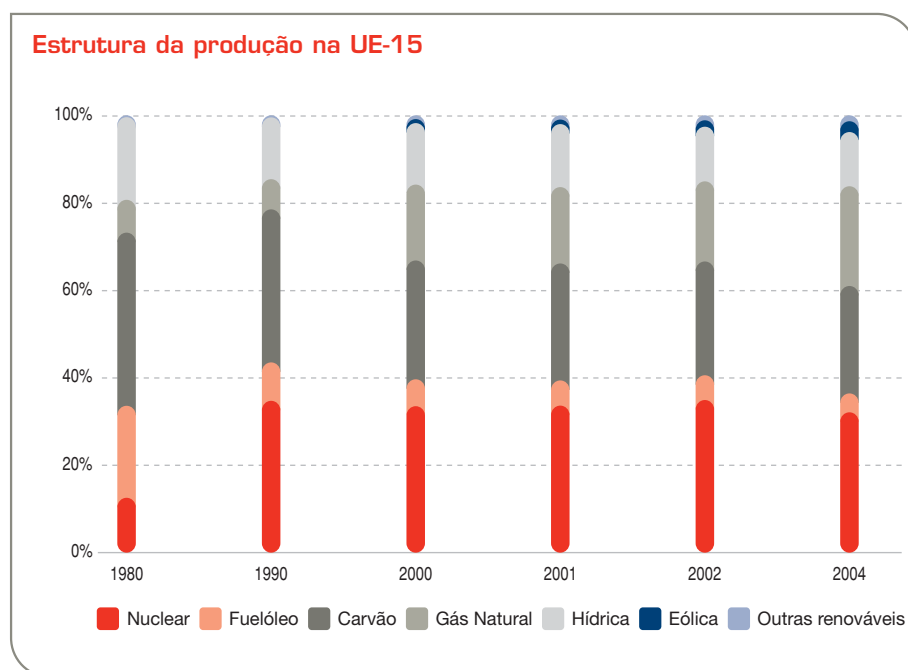
**Evolução da procura na UE-15 (Base 100=1980)**



No âmbito do vector "protecção do ambiente" da política energética comunitária, a Directiva 2001/77/CE, relativa à promoção da produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis, estabeleceu objectivos indicativos para o aproveitamento das energias renováveis, no quadro de redução da dependência energética da UE relativamente ao exterior e de protecção do ambiente, cabendo a Portugal garantir que a meta de 39% do consumo bruto de electricidade, em 2010, será a partir de fontes de energia renováveis.

Ao longo da década de 80, o peso da produção nuclear na estrutura da produção na UE-15 triplicou à custa da produção a carvão e a fuelóleo. A partir de 1990, as energias renováveis têm apresentado um peso relativamente estável, enquanto que a produção a carvão continua a perder importância, face ao aumento sustentado do peso da produção a gás natural.





Esta evolução reflecte-se na redução das emissões atmosféricas nocivas associadas à produção termoelétrica, devendo ser complementada no futuro com um maior crescimento da produção renovável, para que possa ser cumprido o compromisso assumido pela Comunidade Europeia, no âmbito do Protocolo de Quioto, de alcançar uma redução global de 8% na emissão de gases com efeito de estufa (GEE) relativamente a 1990. Na partilha de responsabilidades entre Estados Membros nesta matéria, Portugal assumiu o objectivo de limitar a 27% o aumento das suas emissões relativamente às verificadas naquele ano base.

A criação de um regime de comércio de emissões de GEE, estabelecido pela Directiva 2003/87/CE, visa contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pela UE em matéria de protecção do ambiente e, simultaneamente, para o aumento da eficiência económica do MIE. Adicionalmente, a internalização do custo do CO<sub>2</sub> na produção contribuirá para uma maior competitividade das renováveis e para a racionalização económica dos sistemas de incentivo a esta produção.

Estima-se que o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de GEE abranja 46% do total das emissões de CO<sub>2</sub> na UE e cerca de 10 000 instalações.

O equilíbrio e a compatibilidade entre as três linhas directrices da política energética europeia – competitividade, segurança de abastecimento e protecção do ambiente – tornam necessário um esforço de harmonização na aplicação da legislação europeia e entre as diferentes Directivas. Será necessário encontrar e adoptar soluções compatíveis com os princípios de funcionamento do mercado, que contribuam para evitar distorções no MIE e que favoreçam a criação de condições para garantir a segurança de abastecimento.

Os operadores de sistemas europeus (*Transmission System Operators* - TSO) assumem uma posição charneira na implementação do MIE, dado que fornecem as principais condições técnicas para o seu funcionamento. Neste quadro, é fundamental que as interligações sejam geridas de modo a constituírem um factor de flexibilidade, adaptabilidade e promoção da eficiência no MIE e, por outro lado, que as redes internas estejam aptas a receber e a escoar os trânsitos resultantes do funcionamento do mercado. Para o efeito, os TSO têm que disponibilizar uma estrutura segura e eficiente, harmonizar regras e códigos de exploração, definir metodologias de acesso às redes e gerir os congestionamentos de forma não discriminatória.

Neste contexto, a cooperação entre TSO, consubstanciada através da associação Europeia dos TSO (ETSO), tem vindo a assumir um papel essencial no sentido da harmonização da legislação e da regulamentação das transacções comerciais transfronteiriças. Do resultado desta cooperação são de destacar os acordos já alcançados relativamente à harmonização das tarifas de transporte, ao estabelecimento de mecanismos de compensação entre TSO dos Estados Membros para a gestão dos trânsitos entre as fronteiras e à gestão não discriminatória dos congestionamentos das interligações.

Estes preceitos constituem um requisito essencial para o estabelecimento de uma plataforma transnacional de trocas de electricidade, que garanta que qualquer cidadão, em qualquer parte do espaço da UE, possa adquirir energia segundo o princípio da livre escolha contratual. No entanto, é também necessário assegurar a existência de um nível adequado de capacidade física de interligação entre os sistemas dos diversos Estados Membros.

Neste sentido, na Cimeira de Barcelona, de Março de 2002, foi fixado pelo Conselho Europeu o objectivo de os Estados Membros alcançarem, até 2005, um nível de interligação correspondente a pelo menos 10% da sua capacidade instalada de produção<sup>4</sup>, de acordo com uma proposta da Comissão Europeia, de Dezembro de 2001, relativa à infra-estrutura europeia de energia<sup>5</sup>.

Posteriormente, em Junho de 2004, no âmbito do programa *Trans-European Energy Networks*, a Direcção Geral da Energia e Transportes da Comissão Europeia identificou os seguintes conjuntos prioritários de ligações transfronteiriças, cujo reforço ou construção se revelam essenciais ao funcionamento do MIE:

#### Projectos acordados

- França – Espanha – Portugal;
- França – Bélgica – Holanda – Alemanha;
- Fronteiras de Itália com França, Áustria, Eslovénia e Suíça;
- Grécia – Balcãs – Sistema UCTE – Reino Unido – Europa Continental – Países Nórdicos;
- Irlanda – Reino Unido;
- Dinamarca – Alemanha – Anel Báltico.

#### Projectos propostos

- Alemanha – Polónia – República Checa – Eslováquia – Áustria – Hungria – Eslovénia;
- Anel Mediterrânico.

<sup>4</sup> Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Barcelona de 15-16 de Março de 2002, p.15, 16.3.202, n.º 100/1/02.

<sup>5</sup> COM (2001) 775 final.

No âmbito do quadro de referência da criação do MIE, têm sido constituídos alguns mercados regionais no espaço da UE. Nesta linha, foi celebrado em Outubro de 2004 o acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para constituição do Mercado Ibérico de Electricidade – MIBEL, fixando o novo calendário para a entrada em funcionamento do mercado.

À semelhança do que ocorre noutros mercados regionais europeus, os operadores dos dois sistemas ibéricos – a REN e a sua congénere espanhola REE – têm assumido um papel fulcral e pró-activo em matéria de concretização de reforços das respectivas interligações.

Os importantes investimentos efectuados nos últimos anos, os que se encontram em curso e os previstos realizar nos próximos anos nas infra-estruturas de transporte e interligação de Portugal e Espanha permitirão aumentar a capacidade técnica mínima disponível para trocas comerciais entre Portugal e Espanha dos actuais 800 MW para cerca de 1 900 MW, em 2008. Os valores médios, incluindo períodos de menores cargas, serão, com efeito, ainda mais elevados, e a capacidade física de ligação da Península Ibérica com França passará dos actuais 1 400 MW para 2 600 MW, em 2006, e mais tarde para 4 000 MW<sup>6</sup>.

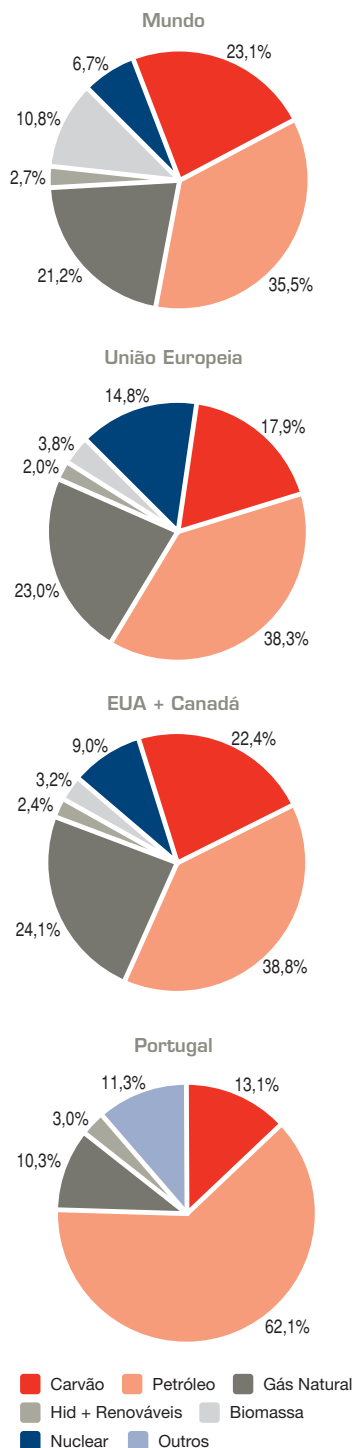
Espera-se que a concretização do MIBEL e a consolidação de outros mercados regionais europeus venham a convergir até 2010 para um Mercado Eléctrico Europeu plenamente operacional e concorrencial, garantindo aos consumidores a livre escolha de fornecedores e aos fornecedores o livre abastecimento dos seus clientes, com níveis adequados de segurança de abastecimento e preservação do meio ambiente.



<sup>6</sup> Programa *Trans-European Energy Networks*, Direcção Geral da Energia e Transportes da Comissão Europeia, Junho 2004.

# O Mercado Eléctrico Português

## Consumo de energia primária (2002)



## A Electricidade no Contexto Energético Global

Na sequência dos choques petrolíferos e da tomada de consciência da escassez das matérias-primas energéticas, em particular petróleo e gás, as taxas de crescimento do consumo de energia primária mundial sofreram uma redução muito significativa.

Outra consequência destes choques foi a redução da dependência do petróleo, que era de 43,6% a nível mundial em 1971 e passou para 35,5% em 2002. Em Portugal, aquela dependência tem sido muito superior (75,4% em 1973), regredindo para 62,1% em 2002. Prevê-se que atinja 53,9% em 2010, valor ainda bastante mais elevado que a média europeia, apesar da evolução positiva que se tem observado.

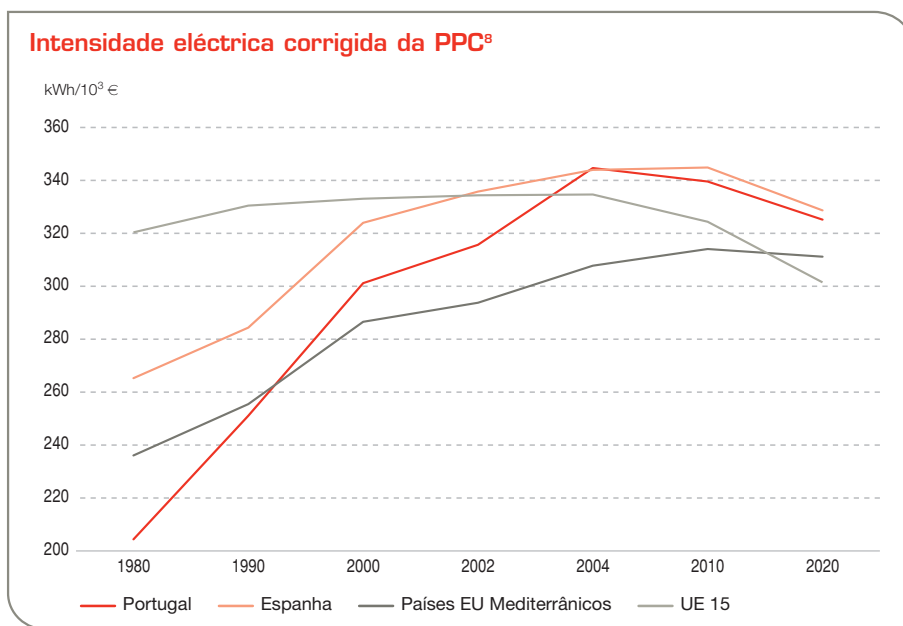
A participação do carvão era de 25,4% em 1971, no mundo, reduzindo-se para 23,1% em 2002. Em Portugal evoluiu de 7,1% em 1973 para 13,1% em 2002.

Quanto ao gás natural, que tinha, em Portugal, uma contribuição nula em 1973, passou para 10,3% em 2002 e prevê-se que chegue a 17% em 2010.

A participação da electricidade no consumo final de energia cresceu, no mundo, de 9% em 1971 para 16% em 2002, prevendo-se que atinja 20% em 2030, denotando uma preferência dos consumidores por uma forma de energia mais cómoda e menos poluidora no local de consumo. Em Portugal, esta participação subiu de 11,5% em 1973 para 17,2% em 2002, prevendo-se que se aproxime dos 20% em 2010.

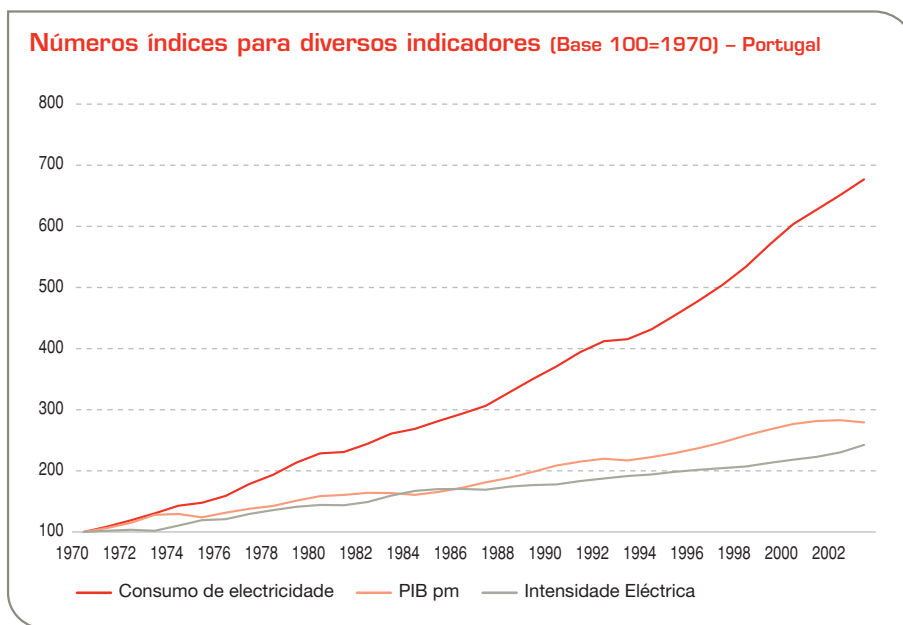
À semelhança dos restantes países do Mediterrâneo Europeu – Espanha, Itália e Grécia – Portugal tem apresentado um crescimento da intensidade eléctrica<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Indicador que representa o consumo de electricidade por unidade monetária de PIB.



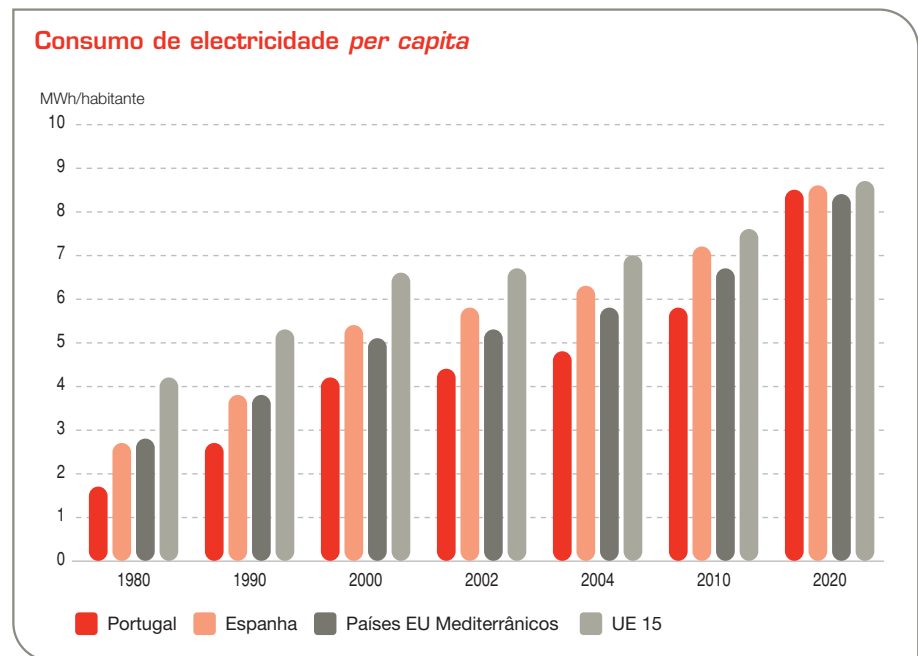
Fonte: REN/EURPROG

O crescimento significativo da intensidade eléctrica deve-se à superioridade do crescimento da procura de electricidade face ao crescimento do PIB que, nos últimos 30 anos, quase triplicou em termos reais, enquanto que a procura foi quase sete vezes superior aos níveis registados em 1970.



<sup>8</sup> PPC – Paridade do Poder de Compra: visa corrigir as distorções que ocorreriam da simples comparação de diferentes PIB, decorrente das diferenças de poder de compra da moeda nos diferentes países considerados.

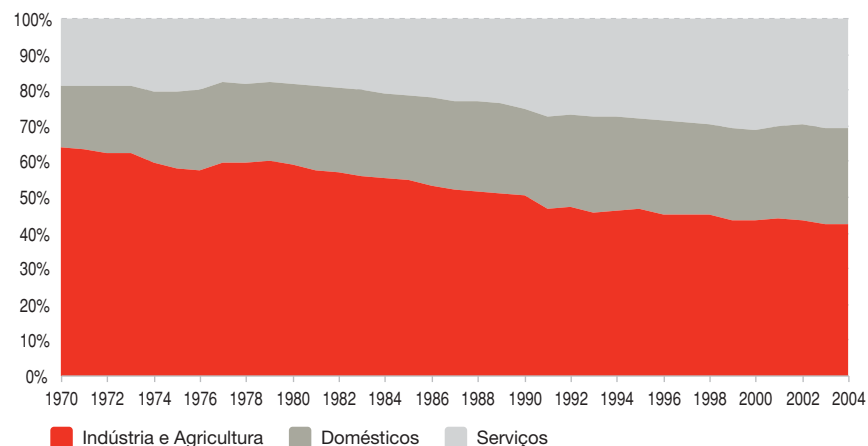
Portugal é o país com menor consumo de electricidade *per capita*, apesar de apresentar taxas de crescimento relativamente elevadas – taxa média anual de 4,1% em Portugal face a 2% na UE-15, no período 1990-2004. Os países do Mediterrâneo Europeu têm apresentado consumos *per capita* inferiores aos da média europeia em cerca de 25%, mas as previsões apontam para uma convergência deste indicador a longo prazo.



Nos últimos 30 anos a estrutura do consumo de electricidade tem evoluído no sentido de uma contracção relativa dos sectores da indústria e agricultura. Esta tendência deve-se ao aumento do peso do sector terciário na nossa economia, o que, por sua vez, se reflecte nos consumos. O sector doméstico, desde a década de 80, tem mantido um peso relativamente estável em torno dos 25%.



**Evolução do consumo de electricidade por sector de actividade**

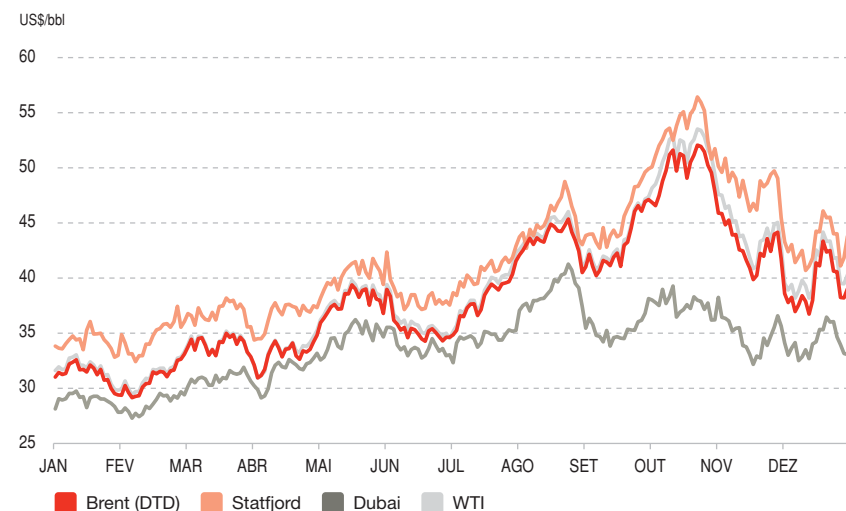


**Evolução dos preços dos combustíveis**

O preço do petróleo expresso em US\$ subiu significativamente ao longo de 2004, atingindo o Brent um preço médio FOB no mercado *spot* de US\$ 38,1/bbl, enquanto em 2003 atingira US\$ 28,8/bbl. O Dubai, uma das ramas de referência do Médio Oriente, não foi além de US\$ 26,8/bbl em 2004.

Todavia, parte deste aumento deve-se à desvalorização do dólar em relação a outras moedas, pois, em euros, o valor máximo do preço do petróleo em 2004 pouco ultrapassou o máximo atingido em 2000.

**Preços diários de algumas ramas petrolíferas no mercado "spot" (2004)**



O preço médio FOB do carvão aumentou mais fortemente, passando de US\$ 27,6/t em 2003 para US\$ 52,1/t em 2004. Em moeda europeia, o preço subiu de €24,4/t em 2003 para €42,5/t em 2004. Os encargos de transporte marítimo subiram ainda mais, passando a tarifa do percurso África do Sul/Roterdão de US\$ 4,85/t em Janeiro de 2002 para US\$ 32,5/t em Dezembro de 2004.

O preço médio do gás natural, FOB Argélia, passou de US\$ 2,895/Mbtu em 2003 para US\$ 3,318/Mbtu em 2004.

O preço do fuelóleo para centrais térmicas sofreu um aumento de €162,9/t para €191,5/t, em Setúbal, enquanto o carvão colocado na central de Sines subiu de €46,3/tec para €60,9/tec. O preço do gás natural na central da Tapada do Outeiro cresceu de €4,315/Mbtu em 2003 para €4,473/Mbtu em 2004.

### Evolução da procura

O consumo de energia eléctrica em Portugal Continental, correspondente ao conjunto dos clientes do SEP e SENV, manteve em 2004 um ritmo de crescimento elevado com uma variação de 5,7%, ou 4,5% considerando a correcção do efeito de temperatura e dias úteis. Este crescimento foi muito semelhante ao do ano anterior, em que se verificou uma variação de 5,9%.

Parte deste crescimento, tal como já tinha acontecido em 2003, deve-se à aplicação da Portaria 399/2002 que, ao permitir aos Produtores em Regime Especial Cogeneradores a venda de toda a energia produzida, tem como consequência a contabilização do auto-consumo dessas instalações no consumo abastecido pela Rede Pública. A passagem para o regime desta Portaria tem sido progressiva, com a adesão de 46 produtores em 2003 e 17 produtores ao longo de 2004. Estima-se que este efeito tenha aumentado o consumo da rede pública em 0,8% em 2003 e 1,2% em 2004.

O consumo totalizou 45,5 TWh, com os clientes do Sistema Eléctrico não Vinculado a representarem já 16% do total, contra 10% no ano anterior. A passagem de clientes para o SENV levou, pelo segundo ano consecutivo, a uma ligeira redução do consumo SEP, acumulando uma descida de 3,5% desde o máximo atingido em 2002.

### Abastecimento do consumo

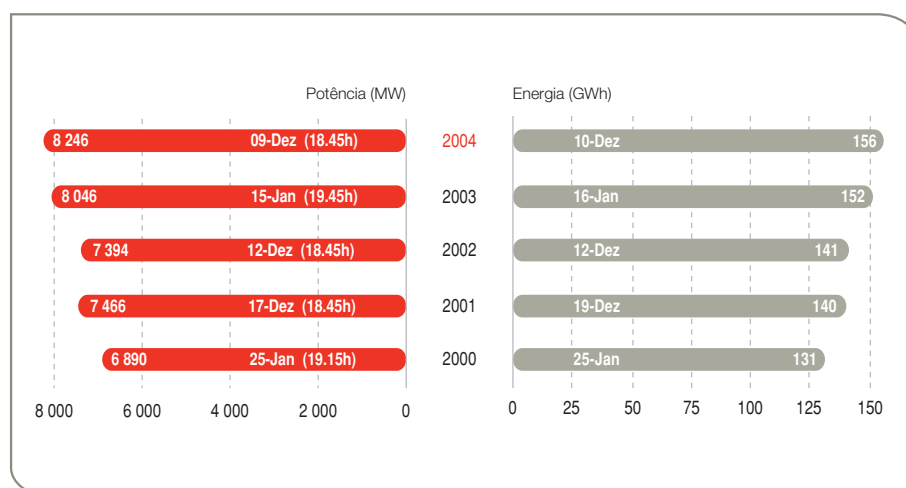
	Cientes SEP (GWh)	Cientes SENV (GWh)	SEP+SENV (GWh)	Evolução %	Evolução corr.* %
2000	37 703	227	37 930	6,0	5,4
2001	39 469	547	40 015	5,5	5,6
2002	39 648	1 019	40 667	1,6	2,6
2003	38 756	4 305	43 061	5,9	4,3
2004	38 267	7 233	45 500	5,7	4,5

\* Com correcção de temperatura e dias úteis





O valor máximo da potência solicitado à rede pública verificou-se no dia 9 de Dezembro com 8 246 MW, valor que ultrapassou em 200 MW o anterior máximo que tinha sido observado em Janeiro de 2003, e que não tinha sido ultrapassado no Inverno 2003-2004 em virtude das temperaturas amenas então verificadas. O gráfico seguinte representa os valores máximos de potências e consumos diários nos últimos 5 anos.



### Estrutura da oferta

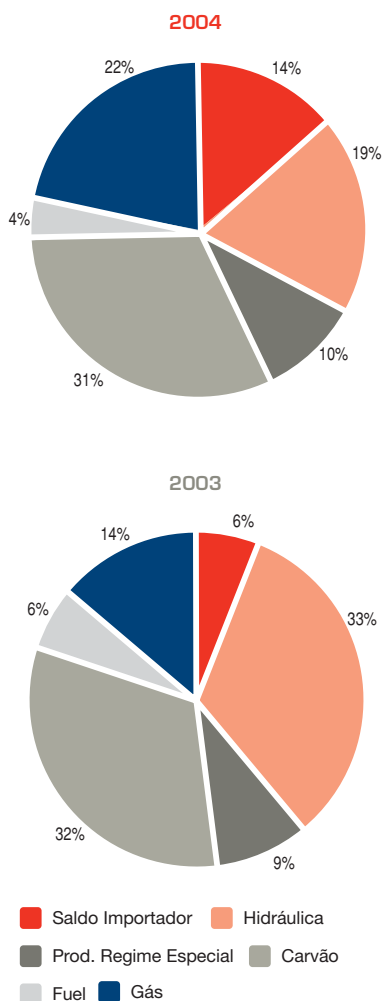
Em termos de produtividade hidroelétrica, o ano de 2004 foi caracterizado por um regime particularmente seco nas albufeiras, e mais próximo dos valores médios nos fios de água. As aflúncias ao conjunto dos aproveitamentos foram de 81% do valor normal.

Desta forma, as centrais hidroelétricas do SEN reduziram em 37% a produção face a 2003, baixando a sua contribuição no abastecimento do consumo para apenas 20%, com o correspondente aumento da componente térmica.

### Repartição da produção [GWh]

	Prod. SEP		Prod. SENV		Saldo Importador	Prod. Reg. Especial
	Hídrica	Térmica	Hídrica	Térmica		
2000	9 670	24 264	618	0	917	2 460
2001	12 122	24 313	787	0	239	2 554
2002	6 094	29 357	497	0	1 899	2 820
2003	13 480	22 191	705	203	2 794	3 688
<b>2004</b>	<b>8 410</b>	<b>22 331</b>	<b>398</b>	<b>3 418</b>	<b>6 480</b>	<b>4 463</b>

**Repartição da produção por tecnologias**



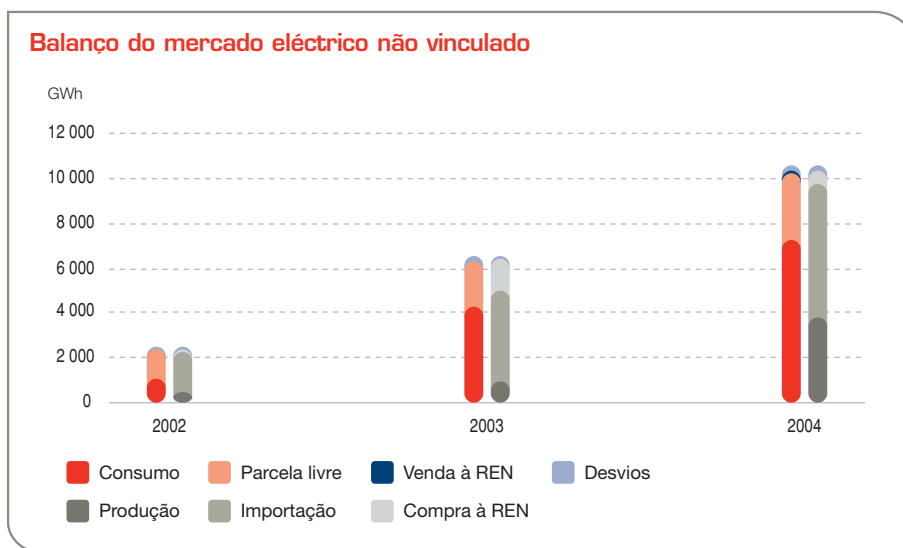
As utilizações das centrais térmicas foram particularmente elevadas nas unidades a carvão e gás natural. Apesar do ano seco, as centrais a fuelóleo tiveram utilizações reduzidas devido, por um lado, ao grande aumento das importações e das entregas dos Produtores em Regime Especial e, por outro, à entrada em serviço industrial da central do Ribatejo, com dois grupos de 392 MW. Esta central de ciclo combinado elevou a potência instalada a gás natural, em Portugal, para 1 774 MW, valor semelhante ao da potência instalada a carvão. Tratando-se da primeira central térmica a funcionar no âmbito do Sistema Eléctrico não Vinculado, atingiu no ano de arranque uma quota correspondente a 8% do total do consumo nacional.

A Produção em Regime Especial continuou a crescer, aumentando 20% face ao ano anterior. O aumento percentual mais significativo verificou-se na componente eólica, que cresceu cerca de 90% face ao ano anterior, ultrapassando pela primeira vez a produção das mini-hídricas. A potência instalada nos parques eólicos atingiu no final do ano cerca de 500 MW. Os térmicos, que representaram dois terços do total das entregas dos PRE, registaram também um crescimento acentuado, 37%, embora devido essencialmente ao efeito da Portaria 399/2002 já referido, sem o qual o crescimento teria sido muito reduzido.

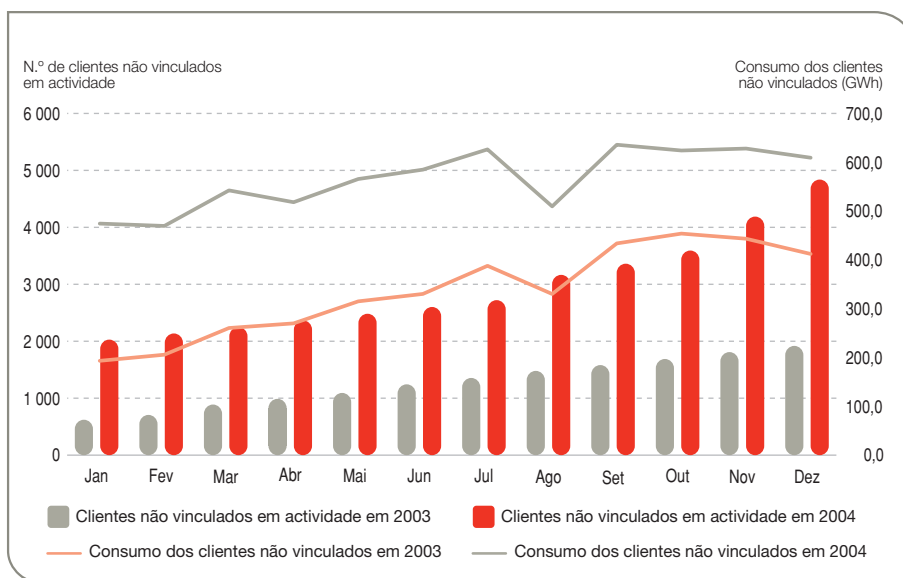
Em Espanha, apesar da fraca hidraulicidade e do aumento dos combustíveis, os preços sofreram uma diminuição face ao ano anterior, potenciando as importações e dificultando as exportações das centrais portuguesas. Este facto, aliado à estratégia comercial dos agentes do SENV a operar em Portugal, conduziu ao saldo importador mais elevado de sempre, com 6,5 TWh. Este saldo resultou essencialmente da actuação dos agentes do SENV, com importações de 6 TWh.

**Mercado eléctrico não vinculado**

A energia transaccionada no âmbito do SENV continuou a crescer acentuadamente, ultrapassando 10 TWh, 22% do consumo nacional. Este valor, muito superior ao consumo dos clientes do SENV, foi ampliado pelas aquisições da EDP Distribuição no âmbito da parcela livre, que totalizaram 3 TWh, através das quais abasteceu 8% do consumo do SEP. A entrada em serviço da central do Ribatejo originou uma alteração significativa na estrutura de vendas do SENV, que ficou menos dependente das importações e aquisições à REN. A REN vendeu, ainda, aos agentes do SENV, em Portugal, 0,6 TWh, essencialmente no âmbito de contratos de garantia de abastecimento.



No final de 2004 encontravam-se em actividade no SENV 10 agentes de ofertas (6 estrangeiros) e 4 839 clientes, sendo 3 ligados a instalações de Alta Tensão, 3 136 de Média Tensão e 1 700 de Baixa Tensão Especial. Não havia clientes ligados em Muito Alta Tensão.



Durante o ano de 2004 iniciaram a sua actividade dois novos agentes de ofertas estrangeiros e um novo produtor não vinculado, tendo este integrado a actividade de dois agentes de ofertas que rescindiram os respectivos contratos de adesão ao sistema de ofertas. Destes movimentos resulta que no final do ano encontravam-se 10 agentes de ofertas em actividade no SENV.

### Regulação Económica

#### A envolvente regulatória da actividade da REN

A REN, S.A., enquanto entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte (RNT), desenvolve a sua actividade num contexto regulado pela legislação em vigor, pelo Contrato de Concessão de Serviço Público celebrado com o Estado e pelos Regulamentos estabelecidos, quer pela Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE), quer pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

As actividades reguladas exercidas pela REN, a saber, Aquisição de Energia Eléctrica, Gestão Global do Sistema e Transporte de Energia Eléctrica, englobam um conjunto de funções essenciais ao correcto funcionamento do Sistema Eléctrico Nacional (SEN).

- (i) A actividade de Aquisição de Energia Eléctrica compreende a aquisição de energia eléctrica para abastecimento dos consumos do SEP e a elaboração de estudos para o planeamento do sistema electroprodutor.
- (ii) A actividade de Gestão Global do Sistema abrange a coordenação técnica do sistema integrado do SEP, a coordenação comercial e o sistema de acerto de contas entre o SEP e o SENV.
- (iii) A actividade de Transporte de Energia Eléctrica engloba as funções de planeamento, estabelecimento, operação e manutenção da rede de transporte e interligação.

As tarifas que remuneram as três actividades reguladas da REN são fixadas anualmente pela ERSE com base em valores previsionais energéticos e económicos, nomeadamente os respeitantes a procura, custos, proveitos e investimentos, e decorrem de um modelo de regulação económica baseado em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração dos activos líquidos afectos a cada actividade. Estas tarifas têm vigência anual, com excepção da parte variável da aquisição de energia eléctrica que é ajustada trimestralmente, reflectindo, com dois trimestres de atraso, os desvios ocorridos nos preços dos combustíveis.

Durante 2004 o enquadramento legislativo do sector eléctrico nacional continuou a evoluir no sentido de permitir a concretização do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), dando também cumprimento às disposições da Directiva n.º 2003/54/CE e ao Regulamento 1228/2003 relativo às condições de acesso à rede para o comércio transfronteiriço de electricidade que estabeleceram as novas regras do mercado interno de electricidade, e cujas disposições têm efeitos a partir de 1 de Julho de 2004.

Das principais decisões, de âmbito legislativo, ocorridas ao longo do ano:

- Decreto-Lei n.º 36/2004, de 26 de Fevereiro, alargamento do conceito de elegibilidade a todos os consumidores do continente, com excepção dos consumidores de energia eléctrica em baixa tensão normal (BTN);

- Decreto-lei n.º 153/2004, de 30 de Junho, que determina a formalização a favor da REN dos contratos de concessão de domínio público hídrico relativos aos terrenos afectos às centrais hidroeléctricas do SEP e, relativamente aos terrenos que não constituam domínio hídrico, estabelece a prioridade de afectação dos valores resultantes da sua eventual alienação; é ainda determinada a inclusão da remuneração anual, devida à REN, nas tarifas reguladas pela ERSE;
- Decreto-Lei n.º 192/2004, de 17 de Agosto, que alarga a elegibilidade aos consumidores de energia eléctrica em baixa tensão normal (BTN);
- Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, que define as condições de cessação dos contratos de aquisição de energia (CAE) e cria as correspondentes medidas compensatórias aos produtores.

No ano 2004 concluiu-se o triénio regulatório 2002-2004. Tendo em atenção as modificações estruturais do Sector Eléctrico esperadas para 2005, a ERSE procedeu a uma alteração do Regulamento Tarifário, modificando excepcionalmente de trienal para anual a duração do novo período regulatório.

### Consequência das tarifas fixadas para 2004

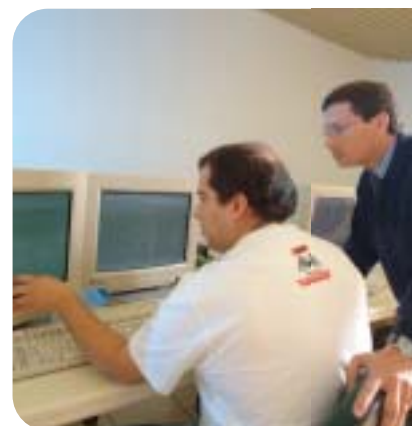
No início do ano 2004, o saldo de todos os desvios tarifários era favorável à Empresa e ascendia a cerca de 247,0 milhões de euros. Estes desvios eram, na sua quase totalidade, relativos à actividade de Aquisição de Energia Eléctrica, sendo a parcela relativa à remuneração dos terrenos dos centros electroprodutores do SEP de cerca de 154,8 milhões de euros.

Durante o ano, os preços de combustíveis situaram-se significativamente acima dos valores considerados pela ERSE na fixação das tarifas para 2004, o que motivou um défice tarifário de custos variáveis de aquisição de energia eléctrica de cerca de 96,0 milhões de euros. Relativamente a este montante, o mecanismo de ajustes tarifários, que actua com dois trimestres de atraso, permitiu recuperar em 2004, apenas, um montante de 12,5 milhões de euros, já que a grande maioria deste défice tarifário ocorreu no 2.º semestre, cuja recuperação ocorrerá, em termos regulamentares, no 1.º semestre de 2005.

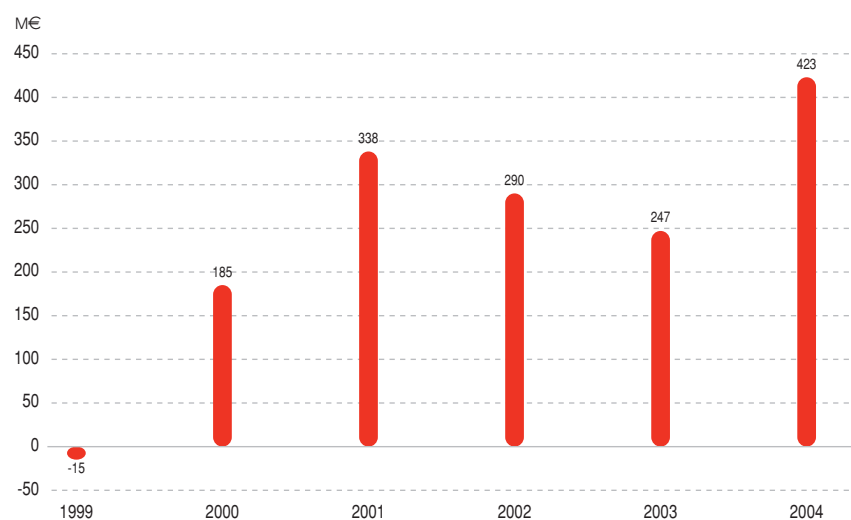
As tarifas fixadas para 2004 subestimaram, ainda, outros custos da REN, ocasionando um défice tarifário adicional de 126,8 milhões de euros, dos quais cerca de 50% se ficam a dever a maiores custos com Produtores em Regime Especial.

Dado que as tarifas de 2004 pressupunham uma recuperação de desvios de anos anteriores de cerca de 33,3 milhões de euros, o saldo final da conta de desvios tarifários continua favorável à Empresa, situando-se em cerca de 423,0 milhões de euros, dos quais cerca de 181,2 milhões de euros correspondem à remuneração dos terrenos dos centros electroprodutores do SEP.

No gráfico seguinte apresenta-se, para o período 1999-2004, a evolução do saldo das contas de desvios tarifários, no final de cada ano.



**Saldo das contas de balanço de desvios tarifários no final de cada ano**



**Tarifas e preços para a energia eléctrica e outros serviços para 2005**

A ERSE enviou, em 14 de Outubro, às empresas e ao Conselho Tarifário a sua proposta de "Parâmetros e Tarifas e Preços para a Energia Eléctrica e outros serviços em 2005".

A REN apresentou alguns comentários àquela proposta, nomeadamente:

- por subestimar os custos de aquisição a Produtores em Regime Especial, que eram previstos para 2004 e 2005, o que poderá implicar um endividamento adicional da REN de cerca de 84 milhões de euros.
- por reduzir de 9% para 8% o custo médio ponderado do capital da REN reconhecido regulatoriamente, não só por insuficiências de fundamentação metodológica, como por não ter sido proposto previamente à fixação das tarifas, como está previsto regulamentarmente.
- quanto à não inclusão nas tarifas de 2005 da remuneração dos terrenos de domínio público hídrico e os correspondentes desvios tarifários.

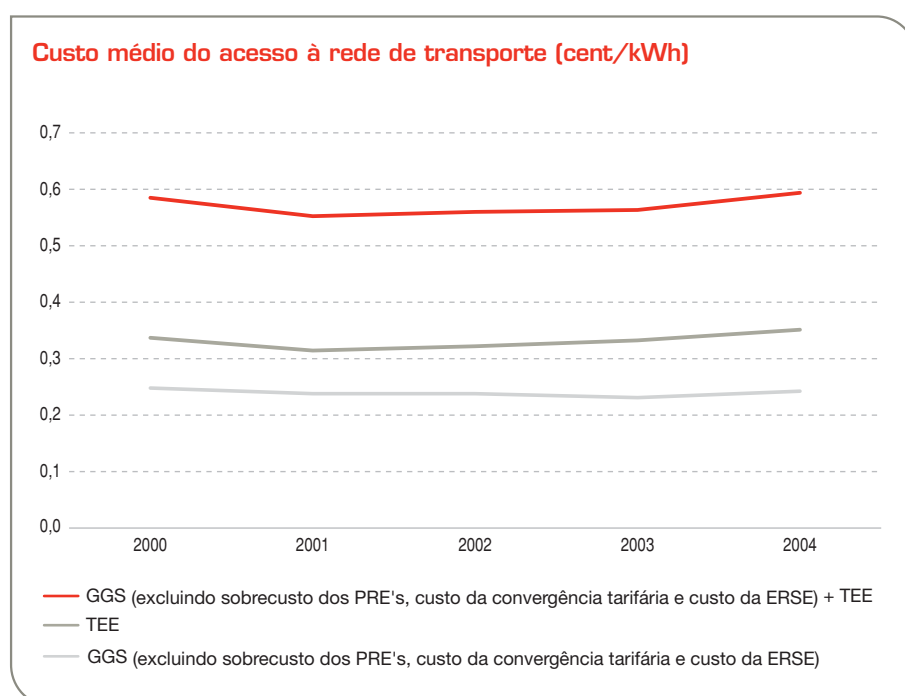
O Despacho n.º 26126-A/2004, de 16 de Dezembro, veio efectuar a fixação de parâmetros e tarifas para 2005, que não introduz alterações significativas relativamente à proposta inicialmente apresentada pela ERSE em 14 de Outubro.

**Custo do acesso à rede de transporte**

O custo médio do acesso à Rede de Transporte é uma variável relevante em comparações internacionais e plurianuais. No caso português, este custo resulta da composição das tarifas de uso da rede de transporte (URT) e de uso global do sistema (UGS).



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução dos proveitos tarifários médios destas duas tarifas, corrigidos de desvios, ao longo do período 2000-2004, retirando da tarifa UGS os sobrecustos de aquisição aos Produtores em Regime Especial, os custos com a convergência tarifária nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira e os custos de funcionamento da ERSE imputados ao sector eléctrico, que constituem custos decorrentes de políticas económicas e energéticas globais, exógenas à actividade empresarial da REN.



Excluindo os três tipos de custos referidos, verifica-se que o custo médio global do acesso à rede de transporte aumentou entre 2000 e 2004 cerca de 1,5%, decorrente de um aumento do custo médio da actividade de transporte de energia eléctrica de 4,3% e de uma diminuição do custo médio da actividade de Gestão Global do Sistema de 2,2 %. Este aumento reflecte o crescente esforço de investimento que a REN tem vindo a efectuar desde 2001, compensando o subinvestimento ocorrido até ao ano 2000 e adequando a rede de transporte às necessidades decorrentes do MIBEL e da expansão da produção eólica.

### Trocas comerciais transfronteiriças (CBT – Cross Border Trade)

A ETSO (*European Transmission System Operators*), associação constituída por operadores de redes de países europeus, nomeadamente, todos os pertencentes à União Europeia "a quinze", à Suíça, à Noruega, à Eslovénia, à República Checa, à Hungria, à Polónia, à Eslováquia e à Estónia, em ligação com a Comissão Europeia e os Regu-

ladores dos vários países europeus através do «Fórum de Florença», é responsável pela aplicação de um mecanismo para compensar a rede de transporte de cada país pela sua utilização por trânsitos de energia eléctrica induzidos por terceiros.

Este mecanismo de compensação teve o seu começo em Março de 2002 e tem vindo a ser sujeito a um permanente processo de aperfeiçoamento das suas regras. O mecanismo que vigorou durante o ano de 2004 foi materializado por pagamentos efectuados por cada operador de rede transporte em função das suas exportações e importações líquidas e por recebimentos proporcionais à energia de trânsito.

O grande crescimento, durante o ano de 2004, das importações decorrentes de contratações do SENV, acompanhado por uma redução da energia de trânsito, levou a que a REN tivesse passado de uma situação de recebedora, em 2002 e 2003, para pagadora de 3,9 milhões de euros em 2004.

### **Correcção de hidraulicidade**

As tarifas de venda de energia eléctrica em Portugal repercutem, por norma, custos médios de produção, ao invés de flutuarem, ao longo dos anos, de acordo com a variabilidade hidroeléctrica, particularmente significativa em Portugal.

Para compatibilizar este objectivo de estabilidade tarifária com o da estabilidade dos resultados das empresas eléctricas expostas ao risco de hidraulicidade têm existido, desde há longos anos, no Sector Eléctrico de Serviço Público, mecanismos financeiros de compensação interanual de custos.

O actual mecanismo de Correcção de Hidraulicidade está especificamente enquadrado pelo Decreto-Lei n.º 338/91, de 10 de Setembro, e pela Portaria n.º 987/2000, de 14 de Outubro. De acordo com a mecânica legalmente instituída, a conta de correcção de hidraulicidade constitui um fundo financeiro de regularização interanual. A REN, dentro do actual modelo organizativo do sector, gere os saldos desta conta recebendo ou pagando, respectivamente, os sobrecustos de períodos secos e os menores custos de períodos húmidos.

Em 2004, ocorreu um regime hidrológico desfavorável, marcado por um mês de Dezembro extremamente seco. As afluências mensais foram inferiores aos valores médios de referência, com excepção do trimestre de Agosto a Outubro, período de reduzido impacto no cômputo anual.

Como consequência, o diferencial de Correcção de Hidraulicidade do ano 2004, corrigindo os acréscimos de custos incorridos pela REN com a aquisição de energia eléctrica decorrentes da fraca hidraulicidade do ano, correspondeu a um proveito de cerca de 32,6 milhões euros.



**Rede Nacional de Transporte**

**Exploração da RNT**

**Comentários gerais sobre a rede em exploração**

No decorrer de 2004, registaram-se alguns congestionamentos no transporte de energia na Rede de Muito Alta Tensão (MAT). Os mais relevantes consistiram na limitação do trânsito de Norte para Sul durante os trabalhos de renovação do Sistema de Comando e Controlo (SCC) da subestação de Palmela e da construção do Posto de Corte do Ribatejo.

Os trabalhos que decorreram nas linhas que alimentam a região do Algarve conduziram a utilizações pontuais das turbinas a gás da central de Tunes, durante 2004.

**Comportamento da rede**

Em 2004, verificou-se uma melhoria global significativa do comportamento da rede, tendo ocorrido 214 incidentes (menos 18% que em 2003), dos quais 198 tiveram origem na Rede de Muito Alta Tensão (MAT) e 16 na de Alta Tensão (AT).

Ao todo, apenas 14 incidentes afectaram consumos por terem provocado 15 interrupções dos pontos de entrega de energia eléctrica a clientes, 5 das quais tiveram origem em redes externas à concessão da REN. Verifica-se que nenhum incidente provocou interrupções em mais do que um ponto de entrega, ou seja, todas as interrupções tiveram impacto localizado e, portanto, com pequena gravidade.

**Linhas**

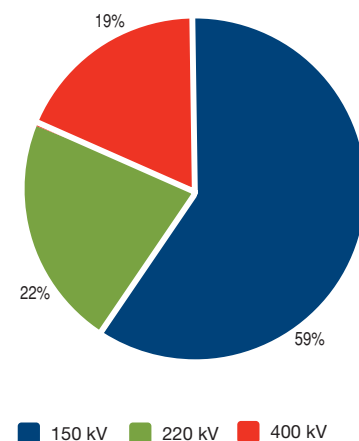
A maioria dos incidentes com origem nas instalações MAT e AT da REN ocorreu nas linhas aéreas (87,4% do total). No que respeita às causas destes incidentes, tal como verificado em anos anteriores, dominaram as causas associadas à acção atmosférica – 44,3% (sendo 31,5% devido a descargas atmosféricas e 12,8% devido a nevoeiro, neblina ou poluição) e à acção ambiental – 41,1% (28,8% devido a aves e 12,3% devido a incêndios).

Confirma-se a tendência, sustentada desde o final da década de 90, de diminuição do número de incidentes causados por aves (o ano de 2003 constituiu uma excepção pouco significativa). Tal facto confirma a eficácia das medidas preventivas tomadas para a protecção da avifauna, das quais merece relevo especial a colocação de dispositivos que condicionam o piso das aves sobre as cadeias de isoladores e a transferência de ninhos para plataformas especiais colocadas em pontos menos críticos dos apoios.

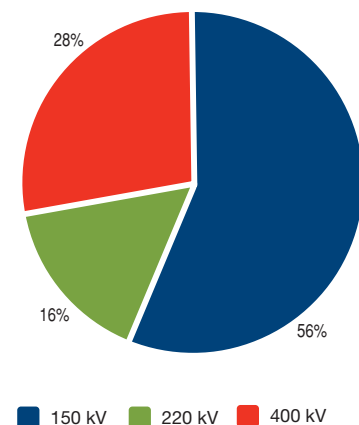
Aos 187 incidentes com origem nas linhas estão associados 194 defeitos em circuitos, o que corresponde a uma média de 3,0 defeitos por 100 km de circuito da RNT.

No gráfico da figura seguinte mostra-se o desempenho da rede nos últimos dez anos, por nível de tensão, considerando o número de defeitos com origem em linhas por 100 quilómetros de circuito.

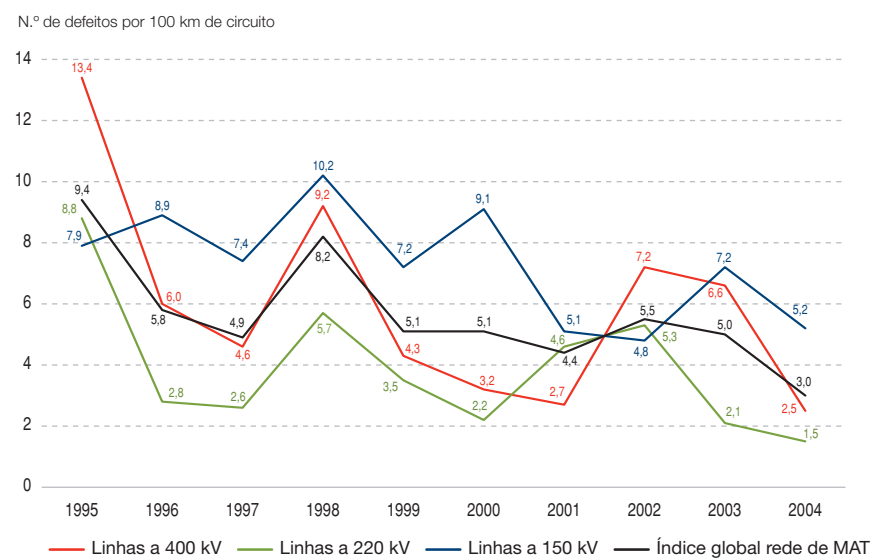
**N.º de defeitos em linhas MAT**



**N.º de defeitos em linhas MAT por 100 km de circuito**



**Evolução do número de defeitos com origem em linha da RNT por 100 km de circuito**



Mantém-se a tendência, já verificada em anos anteriores, para uma melhoria global do desempenho das linhas da RNT. Os valores registados em 2004 situam-se num patamar de defeitos que é muito inferior à média dos últimos cinco anos e ainda significativamente inferior à média dos últimos dez.

Contribuíram para esta melhoria os seguintes factores principais:

- i) reforços – *upratings* – operados nos últimos anos em múltiplas linhas, com substituição de cadeias de isoladores e melhoria da blindagem contra descargas atmosféricas;
- ii) descomissionamento de várias linhas de 150 kV em fim de vida, substituídas por novas linhas de 220 kV;
- iii) acções sistemáticas de lavagem de isoladores na época estival;
- iv) ocorrência de condições atmosféricas favoráveis e a redução do número de incêndios nas proximidades das linhas.

A taxa de disponibilidade dos circuitos de linha, incluindo os painéis terminais, foi de 98,3%, não considerando as indisponibilidades associadas aos trabalhos de *uprating* de onze circuitos e a outros trabalhos, que não de manutenção, que foram responsáveis pela redução da taxa de disponibilidade global para 96,3%.

**Subestações**

Há a registar, de forma geral, uma melhoria significativa no desempenho dos equipamentos de MAT e AT, que se traduziu na redução no número de avarias e das respectivas taxas de falhas.

Os disjuntores registaram, em 2004, um decréscimo de 11% no número total de avarias. No caso dos transformadores de potência a diminuição foi ainda mais significativa, com uma redução de 28% no número total de avarias.

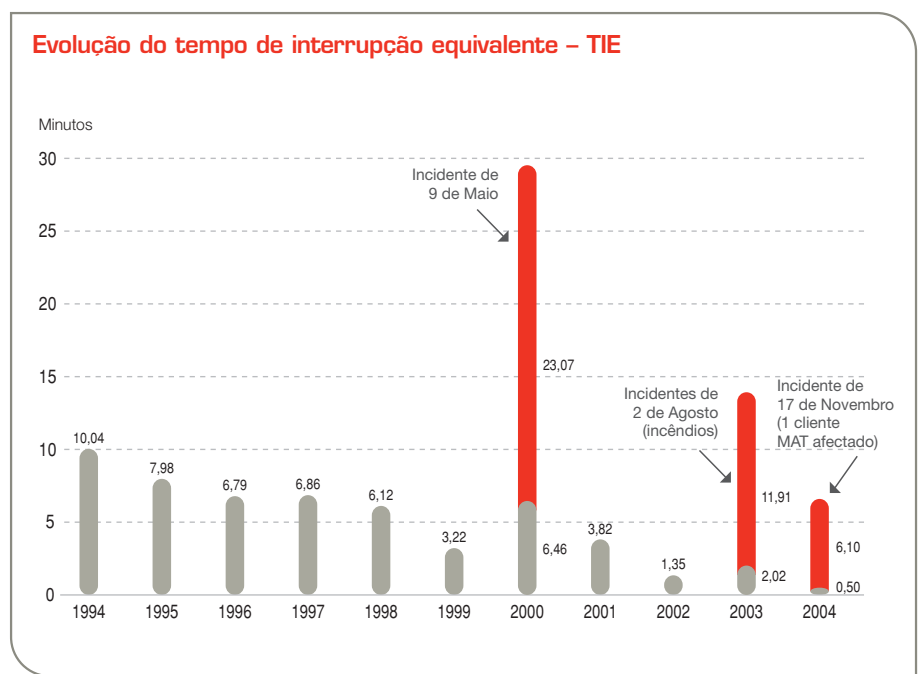
Esta redução resulta, sobretudo, da concretização de obras de remodelação de equipamentos em fim de vida útil, validando, por isso, a política de manutenção que tem sido seguida pela Empresa.

A taxa de disponibilidade média dos transformadores e autotransformadores foi de 98,4%, valor semelhante ao verificado no ano anterior.

**Qualidade de serviço**

Em 2004, o indicador global de continuidade de serviço – tempo de interrupção equivalente (TIE) – registou o valor de 6,60 minutos, dos quais 6,10 minutos se devem a um incidente ocorrido a 17 de Novembro, na linha de 220 kV Carregado – Seixal, provocado por rotura mecânica, afectando exclusivamente um único cliente em MAT.

Não considerando este incidente, dada a sua singularidade, o TIE reduzir-se-ia a 0,50 minutos, significando o melhor desempenho de sempre. Pelo gráfico seguinte poder-se-á constatar a tendência para uma melhoria sustentada da continuidade de serviço nos últimos dez anos, excluídas as situações pontuais e de carácter excepcional e/ou de força maior assinaladas.



Em resultado dos incidentes que afectaram a Rede Nacional de Transporte, a energia não fornecida (ENF) em 2004 foi estimada em 489,6 MWh (dos quais 452,5 MWh foram devidos ao incidente de 17 de Novembro).

**Qualidade da onda de tensão**

Prosseguiu em 2004 a monitorização da qualidade da onda de tensão na generalidade dos pontos de entrega e de interligação da RNT, de acordo com o plano submetido à Direcção Geral de Geologia e Energia.

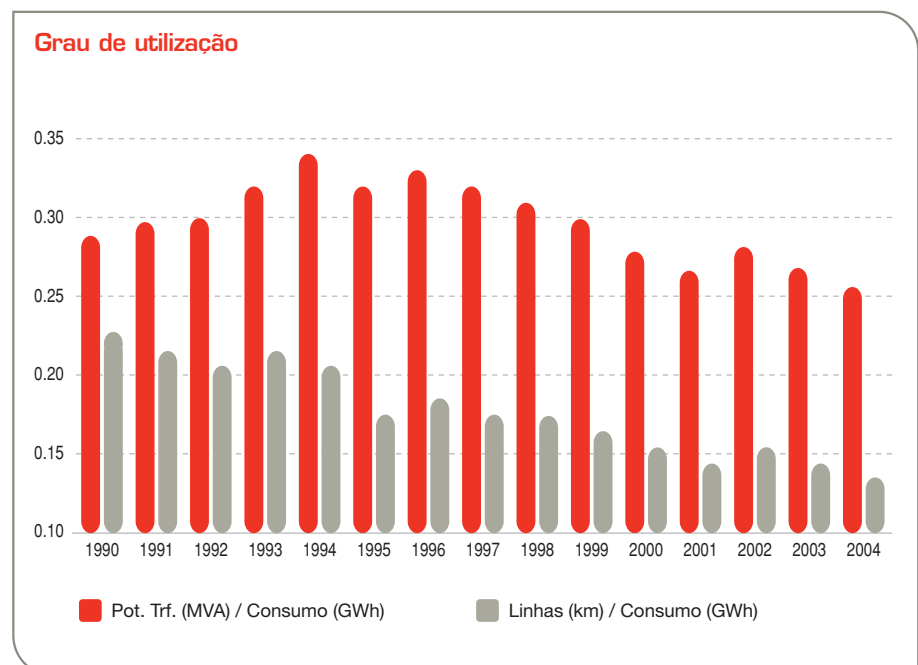
As medições efectuadas continuam a mostrar resultados que, de uma forma geral, se enquadram nos valores recomendados no Regulamento da Qualidade de Serviço.

Para um maior conhecimento das perturbações na RNT foi ainda executado, em 2004, um plano complementar de medições a fim de se identificar a proveniência das perturbações em determinados pontos da rede.

**Evolução da Rede Nacional de Transporte**

Durante o ano de 2004 foi colocado em serviço um lote significativo de novos reforços da RNT, com particular influência na melhoria das condições do transporte interno inter-áreas e das capacidades de interligação com a rede espanhola.

No que se refere à utilização dos equipamentos da RNT, o gráfico seguinte apresenta a evolução dos indicadores potência de transformação e comprimento de linhas em relação à evolução dos consumos, desde o início da década de 90.



Pode constatar-se, a partir de 1996, uma redução sustentada destes indicadores, representando uma maior utilização dos elementos da RNT, mesmo tendo em conta os novos reforços.

Verifica-se uma consolidação da estabilização da utilização, em termos globais, dos elementos da RNT, a partir dos valores verificados em 2001 e 2002.

#### Projectos concluídos em 2004

No Alto Minho, entrou em serviço o segundo terno da linha de interligação a 400 kV Alto Lindoso – Cartelle. Foi igualmente concluído o ramal para Oleiros da linha Vila Nova – Riba de Ave, o qual veio contribuir para uma significativa melhoria na garantia de abastecimento dos consumos dependentes das subestações de Oleiros e Vila Fria.

Na zona Centro, foi realizado o fecho do eixo a 220 kV entre Carregado e Pereiros, com a colocação em serviço dos troços de linha dupla Santarém – Zêzere e Pereiros – Zêzere. Nesta zona, ficou também concluída a remodelação para 220 kV da subestação do Zêzere, ficando os grupos da central do Castelo de Bode a injectar a sua produção nesse nível de tensão.

Na zona de Lisboa, entrou ao serviço o posto de corte de 400 kV do Ribatejo, ao qual foi ligado o segundo grupo da central do Ribatejo. A antiga linha de 400 kV Palmela – Rio Maior foi aberta neste novo ponto, dando origem às novas linhas Palmela – Ribatejo e Ribatejo – Rio Maior.

Na cidade de Lisboa, é de assinalar o reforço de alimentação à subestação de Sete-Rios, com uma segunda ligação linha aérea/cabo subterrâneo a 220 kV e segundo transformador de 170 MVA.

Na zona Sul, salienta-se o estabelecimento da nova interligação com a rede espanhola, Alqueva Balboa, a 400 kV. Esta interligação, para além de incrementar a capacidade de troca com a rede espanhola, veio dar maior segurança a toda a rede a sul da subestação de Palmela.

Quanto aos reforços da potência de transformação instalada nas subestações, para além do já referido novo transformador em Sete-Rios, menciona-se ainda a entrada em serviço de uma nova unidade 150/63 kV, de 126 MVA, na subestação de Tunes e a transferência de um transformador 150/63 kV, de 63 MVA, da subestação do Zêzere para a da Falagueira.

No que diz respeito ao sistema electroprodutor, assinala-se a entrada em serviço dos segundos grupos da central termoeléctrica do Ribatejo (392 MW) e da hidroeléctrica do Alqueva (120 MW), ligados ao nível de tensão de 400 kV, o primeiro no posto de corte do Ribatejo e o segundo no posto de corte da central do Alqueva.

Já perto do final do ano, foi ligado na subestação de Riba de Ave o primeiro painel da RNT para ligação de PRE eólica em MAT.

Quanto a clientes directos, entrou em serviço um ramal a 150 kV para alimentação à Lusosider, no Seixal.



O programa de reforço de capacidade de linhas já existentes continuou em 2004, tendo sido concluído o reforço das linhas de 220 kV Picote – Pocinho, na zona do Douro Internacional, Rio Maior – Trajouce e Alto de Mira – Trajouce, na zona de Lisboa e, no nível de 150 kV, foram reforçadas as linhas Palmela – Setúbal 1 e 2, na península de Setúbal.

Quando as linhas em causa se localizam em zonas de forte poluição (salina ou industrial) e nevoeiros, têm vindo a ser equipadas com isoladores de material compósito, com o objectivo de melhorar o seu comportamento e reduzir as necessidades de lavagem em época estival. Medida idêntica está a ser tomada em relação a linhas já em exploração sujeitas às mesmas condições ambientais desfavoráveis (principalmente na região da Grande Lisboa e Vale do Tejo).

Relativamente a meios de compensação do factor de potência, refere-se o reforço de compensação na zona de Lisboa, com o aumento de um banco de 30 para 50 Mvar em Alto de Mira, e, na região do Algarve, através da instalação de dois novos bancos de 50 Mvar, um na subestação de Tunes e outro na de Estói.

### Principais investimentos em curso

#### Reforço na capacidade de interligação

Está em curso o reforço de capacidade de transporte de um lote de linhas já existentes, com reflexos nos valores das capacidades de interligação, como sejam os das linhas de 220 kV no eixo do Douro, entre Pocinho e Recarei, e as ligações, por Norte, às subestações de Mourisca e Estarreja, e ainda as de 150 kV Sines – Ermidas Sado e Ermidas Sado – Ferreira do Alentejo.

#### Ligação de novos centros electroprodutores

Encontra-se em vias de conclusão o conjunto de obras na zona do Cávado que criará as condições necessárias ao escoamento, através do nível a 150 kV, da produção da nova central hidroeléctrica de Venda Nova 2 (188 MW).

Na zona do Carregado, mais concretamente no posto do Ribatejo, está em curso a construção de um painel de linha a 400 kV para ligação do terceiro grupo da central termoeléctrica do Ribatejo.

#### Ligação de produtores em regime especial

Para a ligação dos novos produtores em regime especial está em fase de construção um conjunto de novos painéis de linha, quer de 60 kV, quer de níveis de tensão MAT.

Para além disto, e começando pela zona do Minho, será aberta em 2006 a nova subestação de Pedralva, equipada com autotransformação 400/150 kV, com a qual se criarão condições para o escoamento da energia proveniente do potencial eólico existente nas serras de Arga e Peneda. Na região das serras de Cabreira e Barroso, encontra-se prevista para 2007 a abertura de uma nova subestação (Frades), a qual será ligada a Pedralva a 150 kV.

Na zona Centro e interior das Beiras, será construído um novo eixo desde a subestação de Valdigem, junto ao Douro, passando pela futura instalação de Bodiosa (Viseu) e ter-

minando na de Paraímo (concelho de Anadia), construído para 400 kV e inicialmente explorado a 220 kV.

Também na zona Centro, está prevista para 2006 a criação de uma nova instalação 220/60 kV, alguns quilómetros a sul de Coimbra, designada por Penela, integrada no eixo a 220 kV entre Pereiros e Zêzere.

Ainda para 2006, prevê-se o fecho de uma malha interior, unindo a 220 kV a subestação do Ferro e a futura de Castelo Branco e prolongando-se a 150 kV até à da Falagueira.

#### **Alimentação de grandes polos de consumo**

Em 2006, deverá entrar em serviço a nova subestação 400/220/60 kV de Paraímo, no concelho de Anadia, com a qual se criarão simultaneamente melhores condições de apoio aos consumos desta zona e se eliminarão algumas restrições existentes na capacidade da rede.

Na subestação da Batalha está prevista, já para 2005, a introdução do nível de tensão de 400 kV (e de transformação 400/60 kV), projecto com o qual se reforçará, em simultâneo, a capacidade de alimentação dos consumos dependentes deste ponto injector e a capacidade de transporte no eixo a 220 kV entre Pereiros e Rio Maior.

Entre as zonas do Carregado e de Fanhões, encontra-se em construção uma nova linha dupla de 400 kV, a qual irá permitir estabelecer duas novas ligações a partir do posto de corte do Ribatejo, uma para a subestação de Fanhões e outra para Alto de Mira. Este reforço dará um contributo bastante significativo para a melhoria das condições de alimentação à zona da Grande Lisboa e para o escoamento da produção da central da termoeléctrica do Ribatejo.

Ainda nesta zona, há a registar o reforço de alimentação à subestação de Sacavém, com um segundo circuito de linha aérea de 220 kV, assim como dos 400 kV em Alto de Mira, com a remodelação de uma linha simples de 220 kV para linha dupla com um terno a 400 kV e outro a 220 kV. Está ainda previsto o estabelecimento de uma nova linha de alimentação à subestação de Trajouce, no concelho de Cascais, onde os consumos têm mostrado um elevado ritmo de crescimento.

Na região do Algarve, tendo em vista acompanhar as elevadas taxas de crescimento dos consumos suportados pelas subestações de Tunes e Estói, continuam os esforços para colocar no terreno uma linha de 150 kV entre estas duas instalações, há muito prevista. Encontra-se também programada para 2006 a abertura de uma nova subestação na zona de Portimão, bem assim como a construção de uma nova linha de alimentação ao Algarve, proveniente de Sines.

No âmbito do programa de reforço de capacidade de transporte de linhas existentes, prevê-se para 2005 a intervenção em cerca de uma dúzia de linhas em exploração.

No mapa da RNT que integra este relatório é ilustrada a localização dos principais reforços previstos a médio prazo.

### Introdução sistemática de protecções diferenciais de linha

Iniciou-se o projecto com vista à implementação sistemática de funções diferenciais de linha. Este projecto, que terá uma duração de 3 a 4 anos, para além de se enquadrar nas principais linhas de orientação internacionalmente reconhecidas no âmbito da concepção dos Sistemas de Protecção de Redes de Transporte, permitirá a consolidação de sinergias internas com a rentabilização dos recursos nacionais nas vertentes Manutenção/Remodelação dos Sistemas de Protecção.

Espera-se que este projecto, só possível pelo recurso a redes de comunicação de alta fiabilidade suportadas em fibra óptica, tenha uma influência muito positiva na melhoria da qualidade de serviço da RNT.

Refere-se, a propósito, que a nova interligação a 400 kV com a rede de transporte espanhola na zona sul do território e as linhas confluentes no Posto de Corte do Ribatejo, instalação que faz a interligação com a Central do Ribatejo, já se estabeleceram com sistemas deste tipo.

### A Produção em Regime Especial (PRE)

Até ao final de 2004 foram atribuídos pela DGGE seis pontos de recepção a projectos eólicos na rede de Muito Alta Tensão. Embora se previsse a ligação, ainda neste ano, de dois destes projectos com uma potência total de 176 MVA – Pampilhosa da Serra (95 MVA) e Terras Altas de Fafe (81 MVA) – apenas este último foi ligado, já no final do ano. Em 2005 deverão ligar-se mais três parques eólicos à rede de Muito Alta Tensão, atingindo uma potência de ligação de 418 MVA.

A repartição da potência instalada e da potência de ligação dos Produtores em Regime Especial, por tipo de tecnologia, caracteriza-se no quadro seguinte:

#### Projectos PRE – Número e potências instaladas e de ligação em 31 de Dezembro de 2004

Natureza	Número de PRE		Potência Instalada [MVA]		Potência de Ligação [MVA]	
	Total em 2004-12-31	Acréscimo em relação a 2003	Total em 2004-12-31	Acréscimo em relação a 2003	Total em 2004-12-31	Acréscimo em relação a 2003
Cogeração	138	9	1 585	117	735	23
Mini-hídrica	115	6	372	26	363	28
Eólica	72	26	594	290	522	256
Outros	28	6	113	5	105	2
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>47</b>	<b>2 664</b>	<b>438</b>	<b>1 725</b>	<b>309</b>



A diferença entre a potência instalada, 2 664 MVA, e a potência de ligação, 1 725 MVA, deve-se, fundamentalmente, à cogeração, tipo de tecnologia que é utilizada em instalações com consumos próprios.

No que diz respeito aos projectos de Produção em Regime Especial que mais irão contribuir para o aumento da potência de ligação na RNT num futuro próximo – os projectos eólicos – a situação no final de 2004 era a seguinte:

#### Projectos eólicos que aguardam concretização pelos promotores

Natureza	Número	Potência de Ligação [MVA]
Projectos com Ponto de Interligação atribuído (Decreto-Lei 168/99)	69	919
Projectos com Ponto de Recepção atribuído (Decreto-Lei 312/2001)	97	1 912
<b>Total</b>	<b>166</b>	<b>2 831</b>

Da potência total indicada no quadro anterior, uma potência de 687 MVA, correspondente a cinco projectos, ligará directamente à RNT em MAT.

A potência eólica já ligada, 522 MVA, acrescida da potência eólica atribuída aos promotores para concretização, 2 831 MVA, atingia 3 353 MVA no final de 2004. Para o objectivo de 3 750 MW (aproximadamente 4 039 MVA) em 2010 faltarão, pois, atribuir uma potência eólica de cerca de 700 MVA.

#### Telecomunicações e sistemas de informação

O ano de 2004 foi marcado pelo lançamento de novos projectos estruturantes.

Concluído o desenvolvimento da Rede Telecomunicações de Segurança (RTS), através da rede de transmissão de alto débito na tecnologia SDH (*Synchronous Digital Hierarchy*) sobre fibra óptica entre Sacavém e Vermoim e áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, foi realizado o estudo e consequente adjudicação desta rede às zonas sul e interior do país, para completar a cobertura do território continental.

Foi instalado o sistema de gestão da rede de sincronismo, sustentado num relógio primário de Césio, que possibilitou a monitorização e controlo das unidades de geração e distribuição do sincronismo ao longo de toda a rede.

No quadro de referência do MIBEL, foram melhoradas e reforçadas as comunicações com a REE, através do estabelecimento de interligações internacionais em SDH entre Pocinho – Aldeadávila e Alqueva – Balboa, e já planeadas as novas ligações entre Pego – Cedillo e Alto Lindoso – Cartelle.

Face ao desenvolvimento das comunicações suportadas na rede de fibra óptica, foi lançado o concurso para novos sistemas de correntes portadoras (CPL), tendo por base o estudo de enquadramento na RTS destes sistemas como meio de transmissão, para o próximo triénio.

No âmbito do processo de libertação da banda de frequências de 1,5 GHz imposta pela ANACOM, foi concluído o projecto de remodelação da rede de feixes hertzianos (FH) de 1,5 GHz (1.ª fase - 5 ligações), e efectuado o aprovisionamento para a remodelação de mais 9 ligações (2.ª fase).

No âmbito das actividades relativas à Rede de Voz, prosseguiu-se a remodelação da rede de PPCA, com a instalação de 25 servidores de comunicação, incluindo os nós de Sacavém e Vermoim, potenciando a interface com terceiras entidades.

Foi projectado e lançado o processo de consulta para a Rede de Dados Industrial (RDI), constituindo a plataforma privilegiada de comunicação entre todos os sistemas informáticos da Empresa. Esta rede de dados oferecerá serviços de comunicações IP (*Internet Protocol*) aos sistemas informáticos corporativos de gestão da Empresa, assim como aos sistemas de gestão da manutenção dos sistemas de controlo, protecções e telecomunicações da Rede Eléctrica.

Prosseguindo a estratégia de reforço das infra-estruturas críticas, foi efectuado o levantamento de necessidades de disponibilidade dos sistemas informáticos corporativos e adjudicado o sistema de *Disaster Recovery*, que permite a manutenção da operacionalidade empresarial mesmo em caso de incidente grave.

Foi adjudicado o projecto do sistema de orçamentação global da REN, suportado em SAP BW/SEM (*Bussiness Warehouse/Strategic Enterprise Management*), o qual permitirá a simplificação e agilização das tarefas de orçamentação, recorrendo a ferramentas de *workflow*.

No que respeita à interligação da rede informática entre as instalações corporativas, foi reformulada a respectiva arquitectura como consequência da disponibilidade pela RTS de circuitos de elevado débito e fiabilidade, suportados em SDH.

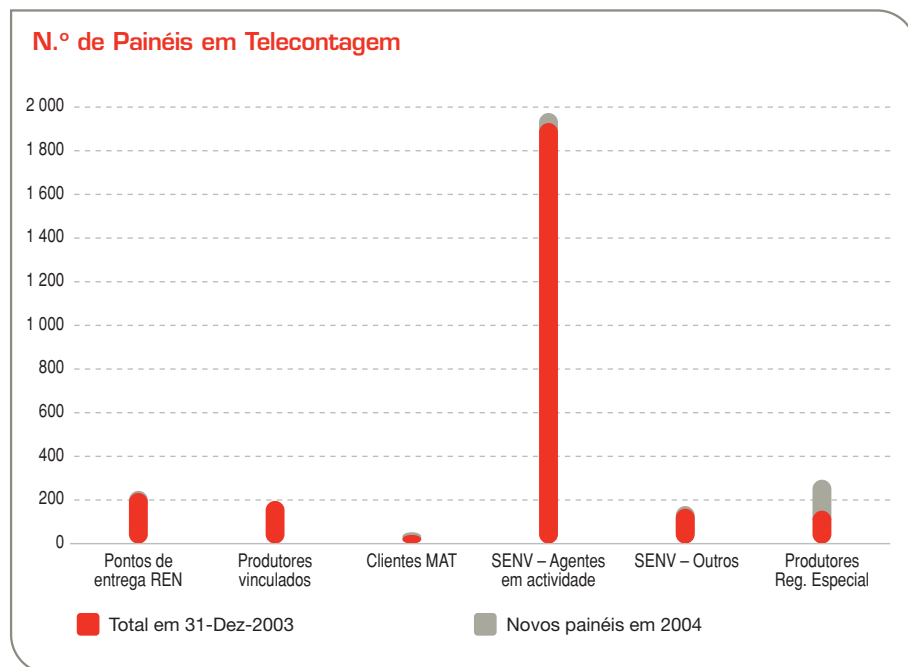
Finalmente, foi iniciada a remodelação e reforço da plataforma informática ao serviço do *Help-desk*, de forma a dotá-la dos meios necessários ao controlo do crescente número de sistemas e redes e potenciando-a para a monitorização dos novos a instalar a curto prazo.

### **Telecontagem de energia eléctrica**

A REN, na sua função regulamentar “Acerto de Contas”, tem o dever de assegurar a instalação e a operação de um sistema de recolha e processamento dos dados necessários para permitir proceder à liquidação das transacções do SEP e das entidades que actuam no SENV, na qualidade de Agentes de Ofertas.

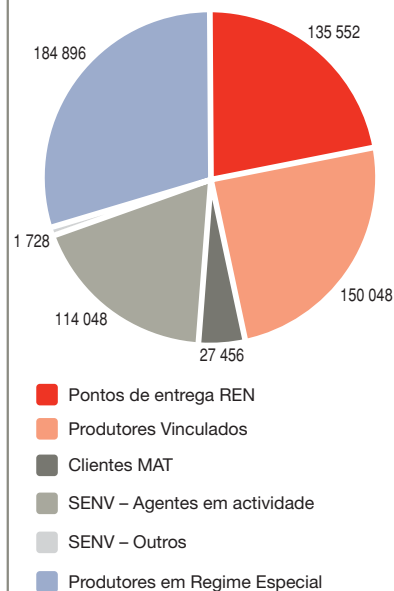
Actualmente, o sistema de telecontagem da REN, um dos sistemas fundamentais para o cumprimento daquelas funções, acede directamente a 940 painéis de contagem, recolhendo diariamente cerca de 613 700 registos de contagem.

No sentido de garantir a qualidade dos dados, a REN submeteu a verificação metrológica 80 dos seus contadores de energia e, na vertente do desenvolvimento do sistema, foram efectuados os ensaios e garantido o acompanhamento dos processos de instalação, verificação metrológica e entrada em telecontagem de 204 novos pontos de contagem, essencialmente de instalações de Produção em Regime Especial, nomeadamente parques eólicos e instalações com unidades de cogeração.

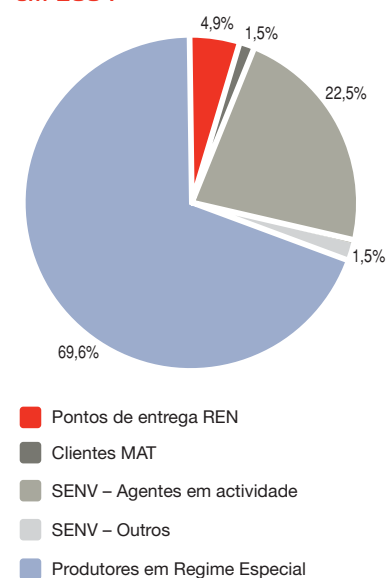


Na sequência do rápido crescimento do número de clientes a aderir ao SENV, nomeadamente nos segmentos de Média Tensão e Baixa Tensão Especial, foram estudadas e implementadas as necessárias alterações aos processos de recolha de valores de contagem dos clientes destes dois segmentos, garantindo a REN a recolha directa de telecontagem dos clientes de maior dimensão e estabelecendo um procedimento para receber do distribuidor vinculado os restantes valores, agregados por carteira de fornecedor no SENV.

### Aquisições diárias de registos de contagem



### Novos Painéis em Telecontagem em 2004



## RENTELECOM

Criada para rendibilizar a capacidade excedentária da Rede de Telecomunicações de Segurança da REN, o início efectivo da actividade da RENTELECOM – Comunicações, S.A. acabou por se verificar em 2002, coincidindo, aliás, com a fase mais aguda da crise no sector das telecomunicações.

Por essa razão, foi definida uma estratégia de especial prudência, tendo sido dada prioridade à consolidação dos serviços prestados há longos anos ao sector eléctrico sem, no entanto, nunca descurar a preparação da empresa para a retoma do mercado.

Pode, assim, afirmar-se que o ano de 2004 não diferiu muito dos anteriores, em linhas gerais, na medida em que continuaram a não se verificar investimentos significativos, nem admissões de pessoal. No primeiro caso, a capacidade excedentária da Rede de Telecomunicações de Segurança foi suficiente para dar satisfação aos novos pedidos e, no segundo, recorreu-se ao contrato estabelecido com a casa-mãe para a cedência de recursos humanos.

Merece, no entanto, destaque a gestão cuidada da comercialização da fibra óptica e dos espaços que, nomeadamente, permitiu efectuar a cobrança de créditos de clientes que se encontravam em situação de mora.

Todas estas acções, acrescidas do aluguer de novos circuitos, conduziram, apesar da diminuição do valor de mercado da fibra óptica, a um acréscimo significativo da facturação o que, conjugado com o rigor na administração da despesa, possibilitou que os resultados líquidos, à semelhança dos anos anteriores, tivessem atingido um valor marginalmente positivo.

A transferência para a RENTELECOM dos serviços de telefonia fixa, ainda hoje prestados pela REN, não foi ainda concretizada por ainda estar pendente de convergência de interpretação com a ANACOM.

O ano de 2005 perspectiva-se, pois, como um período em que poderão ser dados os primeiros passos fora do sector eléctrico, consequência natural de se dispor de uma infra-estrutura que se julga muito importante para intervir no mercado das telecomunicações, em particular, no da banda larga, tão necessária para o desenvolvimento da sociedade da informação, privilegiando regiões do interior onde a RENTELECOM poderá revelar-se o operador com maior capacidade disponível.

## OMIP

O OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Electricidade (pólo português), foi constituído em Junho de 2003, tendo então como accionista único, a REN. Compete ao OMIP a gestão do mercado ibérico de derivados de electricidade. Em contraponto, competirá ao pólo espanhol – OMIE (actual OMEL) – a gestão do mercado à vista.

O OMIP corresponde, portanto, ao futuro mercado ibérico a prazo de energia eléctrica. Detém a totalidade do capital da OMI Clear, empresa que detém as funções de câmara de compensação e contraparte central de operações a prazo, nomeadamente futuros e opções que tenham por activo subjacente a electricidade e outros activos equivalentes. Em relação à actividade do OMIP em 2004, destaca-se, entre outros factos:

- O aumento do capital social para 2 222 220 euros, passando a REN a deter 90% do seu capital social, cabendo os restantes 10% à OMEL;
- A aquisição pelo OMIP de 10% do capital do OMEL e o posterior reconhecimento dos respectivos direitos de voto;
- A adjudicação do contrato de fornecimento da plataforma tecnológica;
- Inauguração formal da plataforma tecnológica, a 20 de Abril de 2004, seguida de um período de testes dos sistemas de *trading* e *clearing* em que participou um conjunto alargado de operadores ibéricos dos sectores eléctrico e financeiro;
- O adiamento do início de actividade para Junho de 2005, conforme acordo celebrado entre Portugal e Espanha, quanto ao início de funcionamento do MIBEL.

A ainda não concretização do financiamento do mercado a prazo através da tarifa de utilização global do sistema, que havia sido acordada pelos Governos ibéricos, a par de custos elevados de início de actividade, implicou o agravamento da situação económico-financeira, traduzida num resultado consolidado negativo da ordem dos 3,13 milhões de euros. Já no início do ano de 2005, foi publicado o Despacho n.º 4673/2005, de 4 de Março, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Económico, o qual determina que a sustentabilidade do OMIP e do OMI Clear, incluindo os respectivos custos de instalação, será suportada pelo sistema eléctrico, através da tarifa de Uso Global do Sistema. Assim, considera-se estarem criadas as condições para que esta situação fique definitivamente ultrapassada durante o ano de 2005.



### Sustentabilidade

Tendo em conta os princípios e valores que norteiam a actividade da empresa, a REN decidiu aderir ao BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – e proceder à publicação do primeiro relatório de sustentabilidade, relativo ao exercício de 2004. No mesmo quadro de referência, a REN aderiu igualmente à *Global Compact*, no final de 2004, iniciativa através da qual as Nações Unidas pretendem mobilizar a comunidade empresarial na construção de uma economia global mais sustentável. Com esta iniciativa a REN subscreve formalmente um conjunto de princípios nas áreas dos direitos humanos, emprego, ambiente e combate à corrupção.

### Responsabilidade social

De acordo com o papel que, a par das suas actividades próprias, se atribui em termos de responsabilidade e sustentabilidade sociais, a REN prosseguiu e aprofundou a política de apoio a entidades e iniciativas de índole social.

#### Mecenato e Patrocínios

Através das figuras do mecenato e patrocínio, mais de 60 entidades e realizações foram apoiadas nos diversos domínios de actividade social em várias localidades do país e, ainda, do estrangeiro. O mérito dessas realizações foi critério determinante, conjugado com uma lógica de descentralização e aproximação à sociedade e, em particular, às comunidades locais e profissionais, sobretudo nas zonas de maior presença da RNT.

Ao longo de 2004, a REN deu apoio a várias instituições vocacionadas para a cultura e as artes, nas suas diversas vertentes. São os casos do Teatro Nacional de S. João, como mecenas exclusivo, da Fundação de Serralves (estatuto de fundador), ambos no Porto, do Centro Nacional de Cultura (mecenas de prata), em Lisboa, e do ARCO – Centro de Arte & Comunicação Visual. Outros apoios se poderão referir, quer na música e no canto, quer na edição de livros sobre temáticas diversas. Neste campo, merecem uma referência, entre outras, o Tributo a Coimbra, promovido pela Associação para as Festas da cidade de Coimbra e da Rainha Santa, a Ópera “O Barbeiro de Sevilha” e a edição de várias obras que vão desde as artes à tecnologia.

Já no domínio técnico-científico, a REN patrocinou e fez-se representar, ao longo do ano, em iniciativas de entidades nacionais e internacionais, cujo número se eleva a cerca de 40, com relevo para as temáticas da energia, do ambiente, da qualidade e dos recursos humanos. Por outro lado, organiza e mantém, desde há 10 anos, o Prémio REN que, dirigido aos licenciandos e mestrandos em engenharia electrotécnica das universidades portuguesas, visa estimular e reconhecer o espírito de investigação e reforçar os laços com aquelas e os seus docentes.

No plano humanitário, foram várias as instituições que contaram com o apoio da REN ao seu trabalho em favor de comunidades ou grupos desfavorecidos ou com problemas específicos. Também apoiou e marcou presença em diversos “fora” de cunho civiliza-

cional sobre grandes temas da actualidade, como condicionadores que são, cada vez mais, numa sociedade global, das actividades empresariais

No plano desportivo, foram dados incentivos a iniciativas em que ao mesmo se associava uma forte componente social. Refiram-se neste âmbito os Jogos Paralímpicos Atenas 2004, a V Corrida Famalicão – Joane e as Corridas do Oriente.

Por sua vez, o trabalho desenvolvido por entidades especializadas, no domínio da defesa das espécies ameaçadas e do património histórico, mereceu também o apoio da Empresa. São exemplos mais salientes os patrocínios concedidos à Era Arqueologia, nos trabalhos arqueológicos que vem desenvolvendo no povoado calcolítico de Porto Torrão e ao Zoo da Maia (lince ibérico e Museu da História Natural).

De referir que foram ofertados equipamentos informáticos e viaturas usadas a diversas instituições como forma de apoio às actividades que desenvolvem na área social e do ensino.

#### Cooperação e actividade internacional

Manteve-se, em 2004, uma intensa actividade conjunta da REN com a sua homóloga espanhola, REE, com vista ao reforço e desenvolvimento das interligações entre as redes de transporte dos dois países, criando as condições técnicas indispensáveis para o estabelecimento do MIBEL. Neste âmbito, foram desenvolvidos vários documentos de caracterização e normalização de métodos e processos técnicos de projecto, construção e operação de redes.

No âmbito da cooperação com países africanos de língua oficial portuguesa, iniciou-se a elaboração de um novo Plano Director de Reabilitação e Expansão dos Sistemas Eléctricos da Empresa Nacional de Electricidade E.P., de Angola, em que a REN, S.A. participa conjuntamente com a Internel.

À semelhança de anos anteriores, continuou a ser intensa a participação da REN em organismos internacionais, especialmente no seio da União Europeia, com vista a contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de transporte e à harmonização de procedimentos. São de destacar, neste âmbito, as participações:

- Na ETSO e na UCTE, fazendo parte dos respectivos Comités de Direcção;
- Na IESOE e na CIGRÉ – participando em diversos Comités de Estudo sobre temas específicos das redes de transporte;
- No CTSOSI (Comité Técnico de Seguimento da Operação do Sistema Ibérico), que vai ser reformulado, já havendo acordo para o estabelecimento de um novo regulamento de funcionamento.

Além disso, com o objectivo de identificar possibilidades de cooperação técnica futura, a REN foi visitada por delegações de duas empresas, a GRTE (*Gestionnaire Réseau Transport d' Electricité*), pertencente ao grupo SONELGAZ (*Société Algérienne de l'Electricité et du Gaz*), da Argélia e a EDM de Moçambique, ambas com responsabilidade na gestão da rede de transporte de energia eléctrica dos respectivos países.



### Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança

Em coerência com uma política de melhoria contínua do desempenho da Empresa nas suas múltiplas vertentes, o Conselho de Administração da REN decidiu, no início de Junho de 2004, criar uma nova estrutura funcional que tem por missão o desenvolvimento de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, procurando uma melhor articulação das diferentes vertentes, transversais a toda a organização empresarial.

Composta por um Conselho da Qualidade, Ambiente e Segurança (CQAS) e por uma Comissão Executiva dos Sistemas de Gestão (CE-SG), esta nova estrutura conta ainda com o envolvimento de um Grupo de Trabalho (GT-QAS) pluridisciplinar, subdividido em cerca de 20 subgrupos orientados para a concretização de um programa geral de actividades que, numa perspectiva de continuidade e aprofundamento do trabalho desenvolvido em anos anteriores, prevê num horizonte de curto/médio prazo (final de 2005):

- A extensão do âmbito da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ao contrato de concessão da REN, segundo a norma NP EN ISO 9001:2000;
- A certificação do Sistema de Gestão de Segurança (SGS), segundo a norma OHSAS 18001;
- A adaptação à nova norma ISO 14 001:2004 do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), e obtenção do Registo EMAS – Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria;
- A integração dos sistemas.

### Ambiente

As questões de índole ambiental têm vindo a ser integradas nas opções estratégicas da REN, permitindo assim compatibilizar as exigências da actividade empresarial com o respeito pelo meio ambiente. Enquadradas pela política ambiental da Empresa, foram desenvolvidas em 2004 diversas actividades nomeadamente as relativas à avaliação de impacte ambiental, ao sistema de gestão ambiental e à promoção das energias renováveis. Algumas destas actividades constavam do plano de promoção da qualidade ambiental para o período 2002-2004, previsto no Regulamento Tarifário da ERSE.

#### Avaliação de Impacte Ambiental

Tendo em vista a obtenção da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e a implementação das medidas daí resultantes, a REN iniciou ou deu continuidade à realização de diversos estudos e acções associados aos projectos de linhas e subestações de MAT, de acordo com os procedimentos preconizados pela legislação em vigor sobre o ambiente.

#### Sistema de Gestão Ambiental

Após a certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER) segundo a Norma NP EN ISO 14 001:1999 em 2003, tendo



sempre presente o princípio da melhoria contínua, foram desenvolvidas diversas actividades, das quais ressaltam as associadas à concretização do Plano Ambiental e do Plano de Monitorização.

No âmbito dos programas ambientais, salienta-se a integração paisagística de algumas subestações existentes (Vermoim, Mourisca e Riba de Ave), que nos últimos anos, dada a alteração da sua envolvente urbanística, têm vindo a ser rodeadas por agregados habitacionais.

A título de exemplo das restantes actividades em curso, merece referência a prossecução da metodologia de gestão dos resíduos industriais, aprovada pelo Instituto dos Resíduos, e do sistema de monitorização de consumos de água, electricidade, combustíveis e papel, no âmbito do controlo e a racionalização do uso de recursos.

No último trimestre de 2004, decorreu a auditoria de acompanhamento efectuada pela APCER, tendo sido confirmada a certificação ambiental do SGA da REN, tendo-se também iniciado as actividades necessárias à adesão ao Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria, EMAS.

No domínio da protecção da avifauna, foram prosseguidas as acções para melhorar o comportamento das linhas face ao aumento da população de cegonha branca, na sua vizinhança, com o acordo do Instituto de Conservação da Natureza (ICN).

No domínio da requalificação de corredores de linhas, prosseguiram as iniciativas de desmontagem e desactivação de linhas em ambiente urbano, com vista a obter melhorias significativas quer de carácter ambiental, paisagístico e de ordenamento do território, quer das condições urbanísticas e sociais das áreas abrangidas. Em 2004 procedeu-se à desmontagem de 2 troços de linhas. Na linha Zêzere – Sacavém 1, numa extensão de 6 300 metros, na zona do Entroncamento e na linha Zêzere – Pereiros 1, numa extensão de 3 200 metros, na zona de Penela.

Iniciaram-se, durante o ano de 2004, diversas actividades de monitorização do ambiente sonoro, avifauna e campos electromagnéticos para um total de nove linhas eléctricas da RNT, cobrindo as respectivas fases de construção e de exploração.

Estas monitorizações, decorrentes das exigências expressas nas Declarações de Impacte Ambiental, estão integradas no plano de monitorização da REN, no âmbito do seu sistema de gestão ambiental, e compreendem a realização de várias campanhas distribuídas temporalmente em períodos alargados, de um a cinco anos, dependente do tipo de descritor ambiental a monitorizar e de cada infra-estrutura em concreto.

#### **Promoção das energias renováveis**

Na sequência da sua participação nas actividades do RECS (*Renewable Energy Certificate System*) International e da AIB – *Association of Issuing Bodies*, e à semelhança do que acontece em outros países europeus com empresas congéneres, a REN é, desde o dia 1 de Dezembro de 2003, responsável pela gestão do processo de emissão, transacção e resgate de certificados do sistema RECS em Portugal.

### Colaborações e Projectos

No domínio da comparticipação e colaboração com as ONG, a REN tem em curso neste momento os seguintes projectos:

- Protocolo com o Instituto de Conservação da Natureza – com vista ao desenvolvimento de estudos de avaliação dos impactes das linhas aéreas de transporte de energia sobre a avifauna em Portugal e para marcação e seguimento de aves prioritárias. Este protocolo envolve ainda a participação da SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, e da QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza.
- Projecto com o Centro de Estudos da Avifauna Ibérica "Conservação da Águia de Bonelli no sul de Portugal" – em fase de candidatura ao programa *LIFE-Nature* da Comissão Europeia.
- O Estabelecimento de um contrato com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa para a realização da 1.<sup>a</sup> fase de um projecto de investigação sobre os efeitos dos campos electromagnéticos na saúde humana.

### Qualidade

Em Março de 2004, com a realização da Auditoria de Acompanhamento realizada pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER), foi cumprida mais uma etapa do Sistema de Gestão da Qualidade da REN, segundo o Normativo NP EN ISO 9001:2000, cujo âmbito de certificação abarca o projecto e construção de linhas e de subestações de MAT, e onde se tem efectuado um estimulante percurso de melhoria contínua.

Durante o ano foi desenvolvido um vasto leque de actividades para o alargamento de âmbito do sistema, envolvendo, designadamente, uma análise aprofundada à rede de processos da cadeia de valor da Empresa. Merecem ainda menção especial as iniciativas empreendidas no domínio da formação e do aperfeiçoamento da metodologia de controlo metrológico dos dispositivos de monitorização e de medição, bem como a entrada em vigor, no início de 2004, de um novo procedimento de avaliação e qualificação de fornecedores, tendo por base novos critérios pautados por um acréscimo do nível de exigência no desempenho das empresas prestadoras de serviços, nomeadamente em matéria ambiental e da qualidade e segurança dos serviços prestados.

### Segurança

Prosseguiu em 2004 o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, tendo como referencial as OHSAS 18 001.

Em função do reajustamento operado na estrutura funcional dos Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, foi preparado um novo modelo organizativo da segurança, saúde e higiene no trabalho na REN.

Procedeu-se a uma revisão aprofundada da metodologia de identificação de perigos e avaliação e controlo de riscos relacionados com as actividades e os diferentes locais da Empresa. Por outro lado, e visando testar a eficácia do plano de emergência interno de cada uma das instalações da REN, realizaram-se simulacros de incêndio em oito subestações. Estas acções contaram com a participação das corporações locais de bombeiros, tendo-se aproveitado a oportunidade para prestar informações aos elementos daquelas corporações sobre as normas de segurança a respeitar na vizinhança de instalações eléctricas de alta e muito alta tensão.

Tendo em vista complementar a capacidade interna, foi lançada uma acção de qualificação de fornecedores para a prestação de serviços de supervisão e coordenação de segurança, bem como de supervisão e controlo de qualidade e supervisão e acompanhamento ambiental, de obras a realizar em Infra-estruturas da RNT.

## Recursos Humanos

### Efectivos

O número de efectivos ao serviço da REN é de 576 elementos e reflecte estabilidade em relação ao ano precedente. O decréscimo verificado de 6 elementos é o balanço entre 8 saídas e 2 entradas e é o resultado da continuação das políticas de reorganização e racionalização adoptadas, tendo as entradas resultado da integração, como estagiários, de jovens quadros superiores.

Com o acréscimo natural de aproximadamente mais 1 ano, a idade e antiguidade médias na Empresa são agora de 45 e 19 anos, respectivamente.

A distribuição por grupos etários apresenta as maiores concentrações nos grupos etários entre os 46 e 50 anos de idade (32%) e entre os 51 e 55 anos (23%).

Em termos dos grandes grupos profissionais, a distribuição é a seguinte: Quadros Superiores 247 (43%); Técnicos Altamente Qualificados – níveis funcionais 2, 3 e 4 – 173 (30%) e Outros Técnicos Qualificados – níveis funcionais 5 e 6 – 156 (27%).

### Formação

As acções de formação de índole técnica e de natureza transversal continuaram a merecer o apoio e atenção da Empresa.

Destas, verificou-se um acréscimo acentuado nas áreas dos sistemas de informação, da segurança, qualidade e ambiente e da formação em línguas estrangeiras.

### Absentismo

O absentismo registado continuou a merecer a atenção da Empresa.

A taxa reduzida (reflectindo as pequenas ausências) foi de 1,9% em 2004, praticamente igual à de 2003, com 2,0%.

A taxa geral (que inclui as ausências prolongadas por doença e acidente) foi de 3,0% e representa um agravamento em relação aos 2,4% verificados no ano anterior; esse





agravamento está essencialmente ligado ao aumento de número de dias com baixa resultante de acidentes no trabalho.

**Prevenção e Segurança**

Relativamente à sinistralidade do trabalho, verificaram-se 12 acidentes (nenhum mortal) durante o ano, tendo-se regressado ao nível do ano de 2002 (em que ocorreram 11 acidentes), depois de em 2003 só se terem verificado 4.

Os índices instituídos apresentam assim os seguintes valores:

- Tf (índice de frequência): 12,54;
- Ti (índice de incidência): 20,74;
- Tg (índice de gravidade): 0,51.

Este agravamento global incorpora 161 dias de baixa relativos a acidentes ocorridos no ano de 2003, no conjunto total dos 488 dias perdidos no ano de 2004.

**Sustentabilidade**

A formação e aperfeiçoamento profissionais promovidos pela Empresa tem como objectivo contribuir para assegurar elevados padrões de desempenho e constitui uma actividade regular.

A Empresa também apoia iniciativas de formação e aperfeiçoamento dos próprios trabalhadores, que visam a sua valorização profissional e mesmo pessoal, bem como a melhoria das suas condições de resposta para novas missões ou funções que a Empresa lhes possa vir a atribuir.

No quadro abaixo apresenta-se a dimensão e respectiva evolução destas actividades.

**N.º de acções apoiadas pela empresa**

	2002	2003	2004	Triénio 2002/2004
Formação em Línguas – Inglês e Espanhol	53	77	100	230
Pós-Graduações	4	6	9	19
Mestrados	10	13	10	33
Doutoramentos	2	2	2	2

Uma outra vertente, de grande importância pelo refrescamento e actualidade que lhe são específicas na permuta de conhecimentos e experiências, é a actividade de participação em congressos, conferências ou seminários.

O quadro abaixo representa o desenvolvimento dessa actividade no ano de 2004.

	Conferências	Congressos	Seminários	Outros eventos	Total
Participantes	45	20	38	100	203
Duração (dias)	93	86	49	111	339

Visando o fortalecimento da coesão social entre a Empresa e os seus colaboradores são também organizados eventos anuais. São disso exemplo quer a sessão solene para a distribuição de medalhas comemorativas da antiguidade de 25 anos ao serviço da Empresa, ou do sector eléctrico, na qual participam, além dos trabalhadores homenageados, os seus familiares, as respectivas hierarquias e a macroestrutura da Empresa, quer ainda os jantares de Natal em Lisboa e Porto, onde se verifica a participação muito significativa dos trabalhadores.

Ainda no domínio da responsabilidade social da Empresa, é facultada e possibilitada a participação de descendentes de trabalhadores e pensionistas em colónias e campos de férias, com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos. Em 2004 utilizaram essa facilidade 61 crianças.

São também concedidos subsídios de estudo nos diferentes graus de ensino, para matrículas, propinas, material escolar. Aos descendentes que frequentam o ensino superior longe das suas residências foi atribuído um subsídio de estadia.

Entregou-se material informático descontinuado a várias instituições, tais como escolas, colectividades, associações, etc.

### Investigação e desenvolvimento

A REN tem mantido ao longo dos anos uma colaboração regular com universidades e centros tecnológicos, no sentido de proporcionar suporte à sua actividade de investigação em áreas que sejam de interesse para a REN.

São exemplos desta ligação Empresa-Universidade:

- A conclusão pelo Centro de Energia Eléctrica do Instituto Superior Técnico do estudo sobre "limites de produção eólica a ligar às redes do SEP sob o ponto de vista de estabilidade da RNT".
- A colaboração com a Universidade de Coimbra no projecto CISEPI – "caracterização de soluções de integração sustentada de elevados níveis de produção intermitente", que visa identificar e caracterizar fontes de energia renováveis de disponibilidade menos aleatória, que possam vir a ser alternativas à eólica, levando à redução de meios de produção complementares.

- "Modelos de previsão de caudais mensais nas principais bacias hidrográficas portuguesas". Este projecto é desenvolvido em colaboração com o ICAT – Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e conjuntamente com a EDP Produção e tem como objectivo desenvolver modelos de previsão mensal-sazonal da precipitação sobre Portugal e do caudal afluente às principais bacias hidrográficas Portuguesas – Cávado, Douro, Tejo e Guadiana.
- Com o ICIST (Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção do Instituto Superior Técnico), no desenvolvimento e ensaio de protótipo de um novo apoio de linhas de 220 kV, metálico e tubular, para diminuir o impacto visual de uma nova linha a instalar na região da Grande Lisboa, bem como diminuir drasticamente a área de ocupação no solo.
- Com o INETI (Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial) continuou, no âmbito de um protocolo estabelecido entre este instituto e a REN e outras entidades, o desenvolvimento de um programa designado PACONOR (Protecção Anticorrosiva de Estruturas e Equipamentos Metálicos – Corrosividade Ambiental e Normalização Emergente).
- Ainda com o INETI, foi estabelecido em 2004 um novo programa de investigação e subscreto o Projecto REEEI – Revestimentos Espessos mais Ecológicos para Estruturas Imersas. Este projecto, que terá a duração de 4 anos e será co-financiado pela REN, destina-se a seleccionar as melhores técnicas de revestimento a utilizar em estruturas metálicas imersas.
- Com a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, foi acordada a realização de um projecto de melhoramento do modelo probabilístico "Zanzibar", por forma a considerar os efeitos da liberalização do mercado eléctrico e, simultaneamente, a componente aleatória da produção através de fontes renováveis.

## Evolução Económica e Financeira

A evolução da situação económico-financeira da REN, no exercício de 2004, foi afectada pela aquisição, em 30-12-03, da participação de 18,3% no capital social da GALP Energia, SGPS, S.A., adiante designada apenas por GALP, operação que envolveu um montante de 420,9 milhões de euros (M€), e pelo agravamento, em 176,0 M€, do saldo das "diferenças tarifárias" a recuperar pela Empresa, o qual, no final do exercício, acumulava um valor de 423,0 M€.

Em termos económicos, o desempenho da REN em 2004 traduziu-se num resultado líquido positivo de 69,3 M€, inferior em 24,2 M€ (25,9%) ao apurado no exercício anterior. Esta evolução, confirmada pela redução da rentabilidade dos capitais próprios de 11,4 para 8,1%, derivou da conjugação do agravamento dos resultados financeiros em 69,2%, da redução dos resultados operacionais em 7,2% e do aumento do imposto sobre o rendimento em 19,9%. Anota-se que, em 2003, o resultado líquido beneficiara do acerto da taxa aplicada aos impostos diferidos, de 33 para 27,5%.

Relativamente aos resultados financeiros, salienta-se que o investimento efectuado na aquisição da participação social acima referida ainda não propiciou qualquer retorno em termos de distribuição de dividendos.

A necessidade de financiar o pagamento, em Janeiro de 2004, da segunda tranche relativa à aquisição da participação social na GALP, no montante de 155,2 M€, e os défices de tesouraria originados pelo agravamento das "diferenças tarifárias" em 176,0 M€ e pelo elevado esforço de investimento em imobilizado corpóreo, que totalizou 137,1 M€, originou o acréscimo da dívida financeira em 336,1 M€ (38,8%). Este facto determinou uma evolução desfavorável da generalidade dos indicadores respeitantes à situação financeira da Empresa.

Ainda no âmbito financeiro, salienta-se que a gestão eficiente dos financiamentos disponíveis e a renegociação dos contratos referentes aos programas de papel comercial, conjuntamente com a descida, em termos médios, das taxas de juro de curto prazo, proporcionaram:

- Uma significativa redução do custo médio da dívida da REN, que dos 2,94% p.a., em 2003, baixou para 2,46% em 2004;
- Uma acentuada melhoria da estrutura da dívida da Empresa, já que o peso da sua componente de médio/longo prazo aumentou em 15,9 pontos percentuais.

Sublinha-se, finalmente, que na sequência dos processos de *follow up* desenvolvidos pela CPR – Companhia Portuguesa de Rating, S.A., no decurso de 2004, foram mantidas as notações de *rating* anteriormente atribuídas à REN. A CPR considera que "a capacidade da REN honrar atempadamente os seus compromissos financeiros a curto prazo e médio e longo prazo continua, respectivamente, muito elevada (A-1) e muito forte (AA-)..."

## Financiamento

### Estratégia financeira e evolução da dívida

A dívida da REN, em 2004, foi claramente marcada pela aquisição da participação de 18,3% no capital social da GALP. Esta operação representou um investimento de 420,9 M€, liquidado em duas tranches: a primeira ainda em 2003, no montante de 265,7 M€, e a segunda, no valor de 155,2 M€, em Janeiro de 2004. O financiamento desta operação ditou um acréscimo da dívida da REN na ordem dos 70,0%, um esforço financeiro importante, do qual resultou, em grande parte, o significativo acréscimo de encargos financeiros registado em 2004.

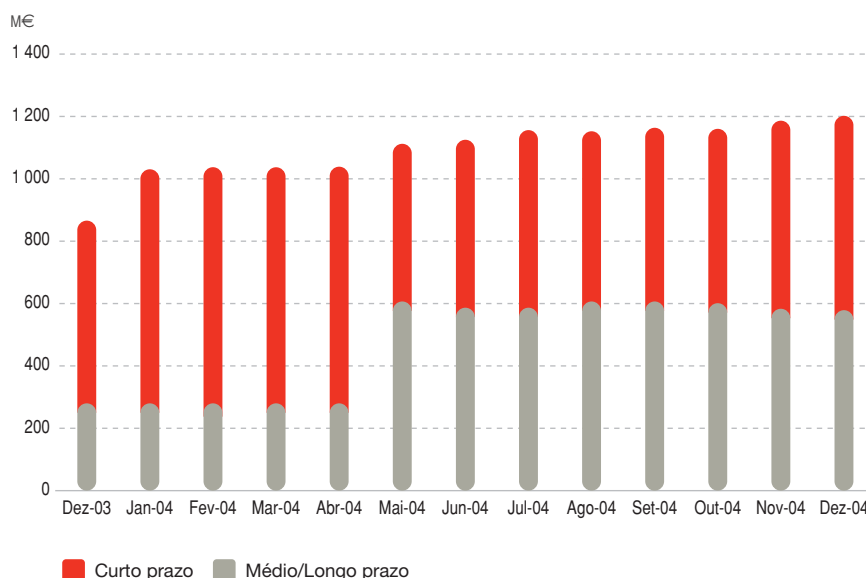
A evolução da tesouraria da REN originou, em 2004, um acréscimo do endividamento em cerca de 336,1 M€ (38,8%), situando a dívida, em 31-12-04, nos 1 202,1 M€. Em Janeiro de 2004, o endividamento da REN regista o maior acréscimo do ano, 19,0%, por força da liquidação da segunda tranche relativa à aquisição da referida participação no capital social da GALP. A tendência, salvo algumas excepções, manteve-se nos meses subsequentes – motivada, fundamentalmente, pelas "diferenças tarifárias" desfavoráveis entretanto registadas – muito embora com incrementos significativamente menos acentuados.

Em resultado das crescentes necessidades de tesouraria, em Maio de 2004 a REN renegotiou o montante e o prazo de um dos seus programas de papel comercial: o montante foi alterado de 200,0 para 350,0 M€ e o prazo estendido para 2 anos. Assim se justifica a evolução registada nos financiamentos de curto e de médio/longo prazos a partir desse mês.

A dívida de curto prazo da REN evoluiu de 585,9 M€, em 31-12-03, para 623,2 M€, em 31-12-04, o que representa um acréscimo de 6,4%. Relativamente à dívida de médio/longo prazo, regista-se um aumento de 280,0 M€, em 31-12-03, para 578,8 M€, em 31-12-04, ou seja, um incremento de 106,7%. Apesar da reclassificação de 345,5 M€ (em financiamentos de médio/longo prazo), ao abrigo da extensão do prazo do programa de papel comercial anteriormente referido, a dívida de curto prazo acabou por registar um agravamento de 37,3 M€, quando a dívida total apenas aumentou 336,1 M€. A explicação do sucedido reside na reclassificação parcial do capital em dívida relativo ao empréstimo sindicado contratado pela REN em 2000, na medida em que o valor correspondente às amortizações de capital de 2005, 46,7 M€, configura, em 31-12-04, uma dívida exigível a curto prazo.



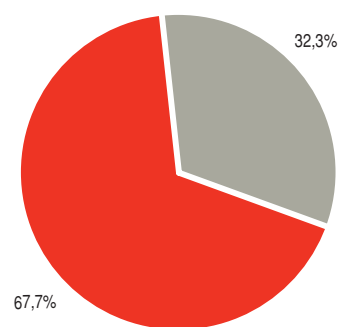
**Evolução mensal da dívida financeira**



Se no final de 2003 o curto prazo representava 67,7% da dívida total da REN, no fim de 2004 o seu peso reduz-se para 51,8%. A extensão do prazo médio do papel comercial da Empresa veio permitir um acréscimo do peso da dívida de médio/longo prazo na ordem dos 15,9 p.p. Não obstante, a dívida da Empresa ainda evidencia uma maturidade reduzida, realidade que importa inverter, substituindo-se parte dos financiamentos de curto prazo por opções de financiamento de médio/longo prazo, mais consonantes com a natureza dos activos da REN.

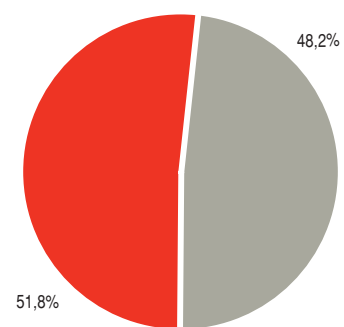
Com efeito, à semelhança do que sucedeu em 2003, o financiamento da REN, em 2004, passou pelo recurso a soluções de prazos relativamente curtos, algumas das quais marcadamente transitórias e que visaram, fundamentalmente, protelar decisões de financiamento de ordem mais estrutural, cuja oportunidade e eficiência dependem da clarificação dos contornos definitivos da reorganização do sector energético, concretamente no que respeita à integração dos activos de transporte de gás no universo da REN. Desfechos diversos nesta matéria, pela importância e pela dimensão do processo em causa, produzirão impactos igualmente diversos na dívida da REN, pelo que a optimização da estratégia financeira da Empresa, na qual se insere a extensão da maturidade da sua dívida, dependerá necessariamente da clarificação definitiva destas incertezas.

**Estrutura da dívida da REN 31-12-2003**



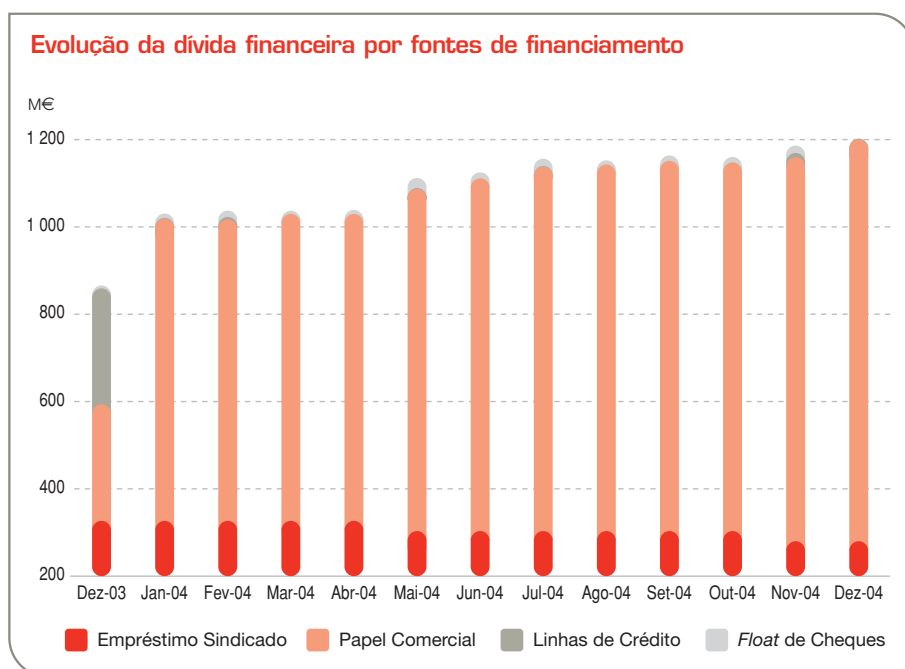
Curto prazo Médio/Longo prazo

**Estrutura da dívida da REN 31-12-2004**



Curto Prazo Médio/Longo Prazo

O gráfico seguinte evidencia a evolução da dívida da Empresa por fontes de financiamento no decurso de 2004.



Entre as fontes de financiamento utilizadas pela REN, as linhas de crédito representam os instrumentos mais onerosos. Da observação do gráfico anterior resulta claro que o recurso às linhas de crédito foi perfeitamente marginal, com excepção do mês de Dezembro de 2003.

O elevado recurso a linhas de crédito foi breve e resultou da necessidade imediata de financiar a primeira tranche relativa ao pagamento da participação de 18,3% no capital social da GALP, em 30-12-03. Em 08-01-04, a REN aumentou o *plafond* do seu papel comercial em 420,0 M€, operação destinada a financiar a aquisição da referida participação, tendo procedido à liquidação da segunda tranche, bem como ao reembolso das linhas de crédito entretanto utilizadas.

Em Maio, a dívida da Empresa conhece um incremento ligeiramente superior a 7,0%, em resultado do pagamento de dividendos aos accionistas e da amortização de capital relativa ao empréstimo sindicado. Este incremento e as necessidades financeiras que então se perspectivavam motivaram a contratação do *plafond* adicional de 150,0 M€ de papel comercial anteriormente referida.

Em Dezembro de 2004, a REN contrata novo programa de papel comercial, desta feita com um *plafond* de 50,0 M€, visando dar resposta às crescentes necessidades financeiras que a acumulação de "diferenças tarifárias" colocava.



Assim, em 31-12-04, o valor da dívida financeira da REN apresentava a seguinte repartição, em termos absolutos, pelas diferentes fontes de financiamento:

- Empréstimo Sindicado: 280,0 M€;
- Papel Comercial: 920,5 M€;
- Linhas de Crédito: 1,3 M€;
- *Float* de Cheques<sup>9</sup>: 0,3 M€.

Conforme referido, a elevada utilização de linhas de crédito a partir de 30-12-03 representa uma situação meramente pontual, regularizada em 08-01-04 através da contratação de papel comercial no montante de 420,0 M€. Expurgando o financiamento da aquisição da participação de capital na GALP da análise à estrutura das fontes de financiamento da REN em 31-12-03, conclui-se que o papel comercial evidenciava um peso na dívida na ordem dos 44,5%.

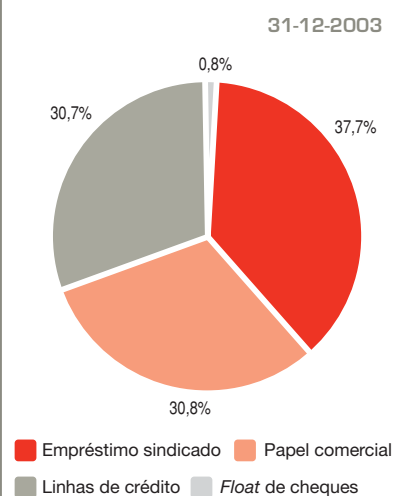
O peso do empréstimo sindicado baixou de 37,7% para 23,3%, para o que contribuíram decisivamente as respectivas amortizações de capital, no valor total de 46,7 M€, realizadas em 2004.

O elevado recurso a papel comercial justifica-se pela eficiência que este produto concede à gestão financeira da REN, nomeadamente em termos de *pricing* e da ampla flexibilidade que proporciona na estruturação das utilizações de capital, em termos de prazos e montantes, características sempre valorizadas pela REN e que assumem especial importância num período marcado por algumas indefinições, cuja clarificação pode vir a afectar a dívida da Empresa de forma diversa.

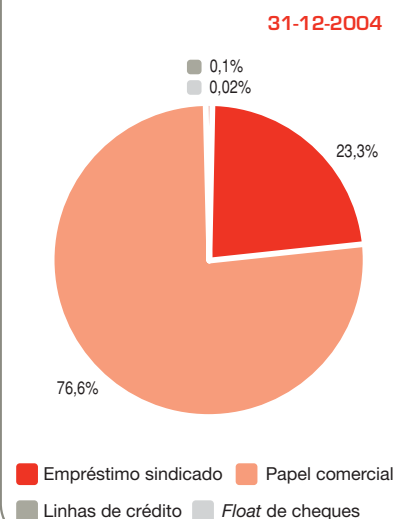
Em 2004, os encargos da dívida financeira da REN totalizaram 27,0 M€, superando claramente os 17,9 M€ registados em 2003. Este incremento resulta do significativo acréscimo do saldo médio da dívida registado em 2004, motivado não só pelo investimento de 420,9 M€ relativo à aquisição da participação de capital na GALP, mas também pelas elevadas "diferenças tarifárias" registadas, cuja recuperação, por força do regulamento tarifário, é diferida no tempo.

Não obstante tratar-se de um importante acréscimo dos encargos da dívida da Empresa face a 2003, concretamente 51,5%, importa sublinhar que o saldo médio da dívida da REN registou uma taxa de crescimento claramente superior, na ordem dos 75,9%, o que necessariamente reflecte uma importante redução do custo do capital alheio da Empresa.

#### Estrutura da Dívida: Fontes de Financiamento

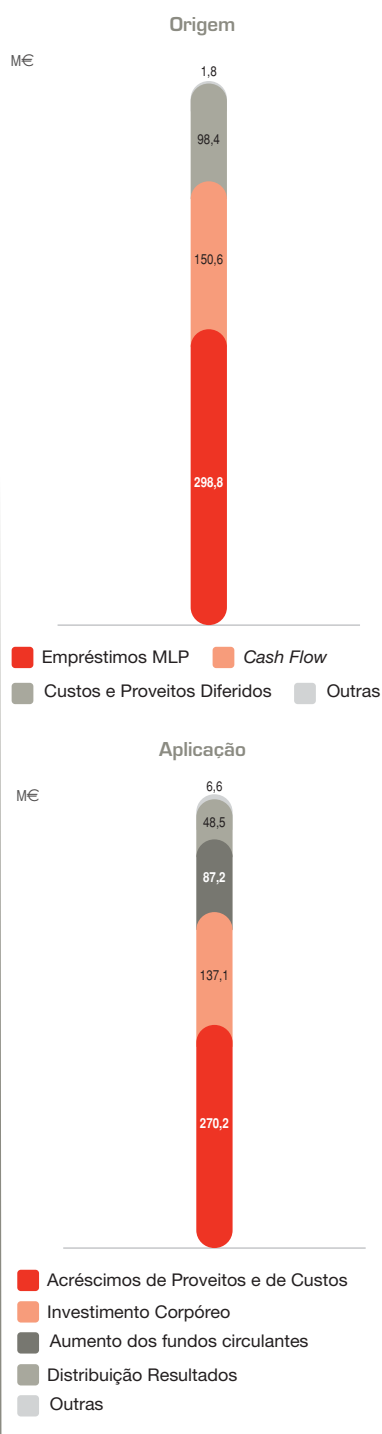


#### Estrutura da Dívida: Fontes de Financiamento



<sup>9</sup> O "Float de Cheques" representa dívida financeira para efeitos contabilísticos, correspondente aos cheques emitidos no final de um mês mas apenas descontados no mês seguinte. Em termos estritamente financeiros a criação da dívida (utilização efectiva de fundos) ocorrerá aquando do desconto dos cheques.

**Origem e aplicação de fundos – resumo**



A redução concretizada resulta, fundamentalmente, da conjugação de três factores:

- Descida generalizada, em termos médios, das taxas de juro de curto prazo;
- Realização da generalidade das emissões de papel comercial por prazos muito curtos, tendo-se, por esta via, beneficiado de taxas claramente abaixo daquelas que as Euribor de prazos mais longos implicitamente antecipavam.
- Renegociação de contratos de financiamento, com claros benefícios em termos de *pricing*.

**Origem e aplicação de fundos**

No gráfico ao lado apresentam-se, de forma resumida, os principais fluxos de fundos registados no exercício de 2004.

O já referido aumento da dívida financeira de médio e longo prazo, em 298,8 M€, o *cash flow* gerado pela Empresa, no montante de 150,6 M€, e a variação, em 98,4 M€, dos "custos e proveitos diferidos"<sup>10</sup>, asseguraram, praticamente, a cobertura dos 549,6 M€ de aplicações, das quais se destacam os seguintes fluxos:

- a variação dos "acréscimos de proveitos e de custos" no valor de 270,2 M€<sup>11</sup>;
- o investimento em imobilizado corpóreo que ascendeu a 137,1 M€;
- o aumento dos "fundos circulantes" em 87,2 M€;
- a distribuição de 48,5 M€ de resultados do exercício de 2003.

No âmbito do aumento dos "fundos circulantes" destaca-se:

- o efeito positivo da redução da dívida a "outros credores" em 155,8 M€, dos quais 155,2 referentes à liquidação da segunda tranche da aquisição da participação de 18,3% no capital social da GALP;
- O efeito negativo do aumento da dívida financeira de curto prazo, em 37,3 M€, e da variação global dos "acréscimos e diferimentos" de prazo inferior a um ano, em 44,9 M€<sup>12</sup>.

Sublinha-se que os "acréscimos de proveitos" e o aumento dos "fundos circulantes" abrangem uma verba de 176,0 M€, correspondente ao agravamento do valor das "diferenças tarifárias" que será recuperado nos dois próximos exercícios.

**Investimento**

**Investimento do exercício em imobilizado corpóreo**

O investimento realizado durante o ano de 2004 em imobilizado corpóreo ascendeu a 137,1 M€, incluindo os encargos financeiros capitalizados nas imobilizações em curso.

<sup>10</sup> Essencialmente respeitante ao aumento de "impostos diferidos" por prazo superior a um ano.

<sup>11</sup> Relativo, em grande medida, a "diferenças tarifárias" a recuperar posteriormente a 2005.

<sup>12</sup> A maior parte deste valor respeita a "impostos diferidos" e a "diferenças tarifárias", a regularizar em 2005.

Esta verba representa um expressivo acréscimo de 15,9% relativamente ao realizado em 2003, ano em que já se registara um crescimento de 18,5%, não obstante os fortes condicionalismos externos, de carácter ambiental, que restringem a concretização dos projectos, sobretudo na construção de linhas.

O quadro seguinte detalha o investimento por sector de actividade e por tipo de custos.

mil euros

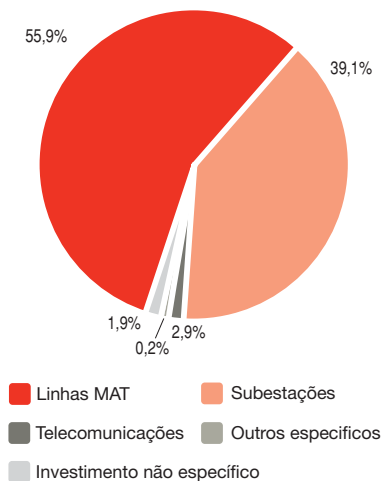
Sectores	Custos Directos	Custos de Estrutura	Encargos Financeiros	Investimento Total
Terrenos de Centros Electroprodutores	86			86
Subestações	51 638	937	1 021	53 596
Linhas MAT	73 774	1 355	1 359	76 488
Telecomunicações	3 899	49	153	4 101
Gestor do Sistema	135	5	28	168
Gestor de Ofertas	15			15
Não Especifico	2 580	20	27	2 627
<b>Total</b>	<b>132 127</b>	<b>2 366</b>	<b>2 588</b>	<b>137 081</b>

O conjunto dos custos de estrutura e encargos financeiros representou 3,7% dos custos directos, sendo 1,8% para custos de estrutura e 1,9% para encargos financeiros.

A construção e os *upratings* de linhas absorveram 55,8% do investimento total, com a seguinte distribuição por níveis de tensão:

Construção de Linhas	mil euros
Linhas a 150 kV	16 647
Linhas a 220 kV	37 935
Linhas a 400 kV	21 906

**Estrutura do investimento a custos técnicos**



A área de subestações, abrangendo as actividades de construção, ampliação e remodelação de instalações, abrangeu 39,1% do investimento, destacando-se, pelo valor envolvido, as seguintes obras:

mil euros

**Construção de Subestações**

Posto de Corte do Ribatejo	6 241
Subestação de Sete Rios	4 747
Subestação de Portimão	2 987
Posto de Corte de Sabóia	1 851

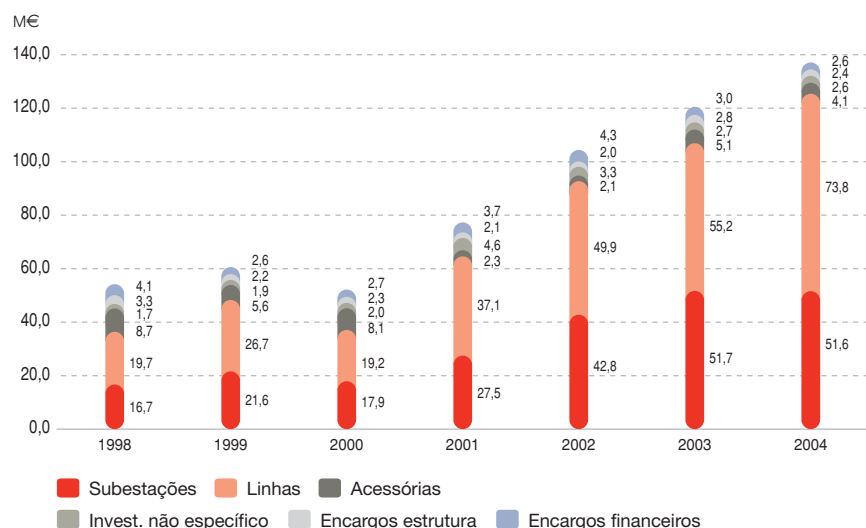
**Ampliação de Subestações**

Subestação da Falagueira – Painel de 400 kV Pego e Cedillo	4 782
Subestação de Sacavém – Painel de 220 kV - Carregado	4 065
Subestação do Zêzere – Painel de 220 kV + 2 painéis e inter-barras	3 097
Subestação de Vila Fria – 3.º Transformador 150/60 kV - 126 MVA	2 581
Subestação de Setúbal – Substit. do Transformador 150/60 kV - 126 MVA	1 524
Subestação do Zêzere – Remodelação dos 60 kV	1 438
Subestação de Ferreira do Alentejo – 2 painéis de 400 kV	1 436

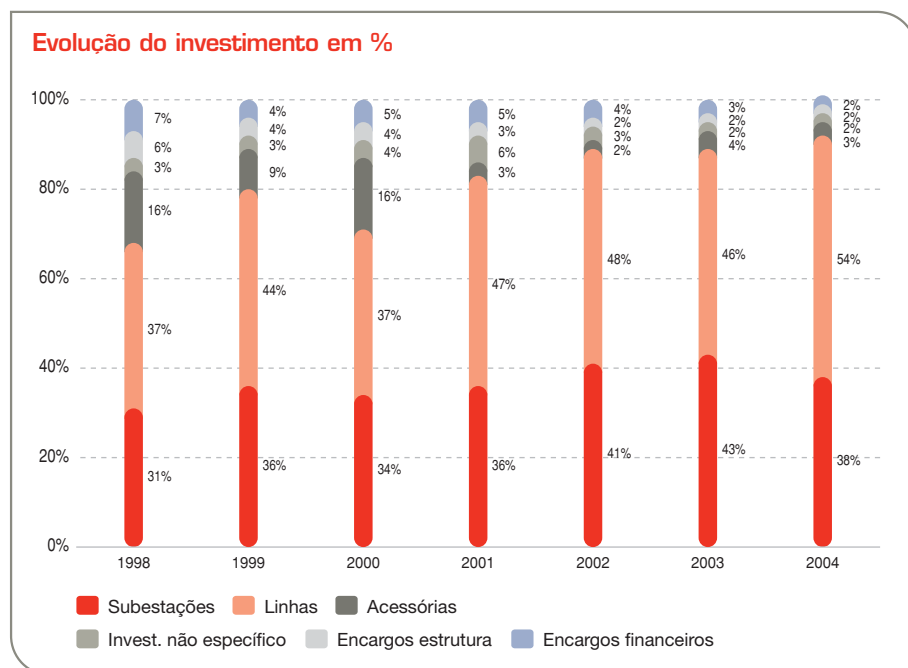
**Evolução do Investimento em imobilizado corpóreo**

O gráfico seguinte mostra a evolução dos investimentos realizados, a custos totais, evidenciando uma forte retoma nos quatro últimos exercícios, a qual se deverá intensificar nos próximos anos.

**Evolução do investimento a custos totais (preços de 2004)**



Em termos percentuais a evolução foi a seguinte:



O quadro seguinte decompõe o valor do investimento em custos internos e externos.

**Repartição do investimento** mil euros

	2003		2004	
	Valor	%	Valor	%
Investimento a Custos Totais	118 272	100	137 081	100
Custos Internos	11 658	10	11 589	8
Material de Armazém	1		10	
Custos de Gestão	5 994	5	6 625	5
Custos de Estrutura	2 702	2	2 366	1
Custos Financeiros	2 961	3	2 588	2
Custos Externos	106 614	90	125 492	92

Constata-se uma sensível redução do "peso" dos custos internos (2 p.p.), derivada do efeito conjugado do seu decréscimo em 0,6% e do aumento dos custos externos em 17,7%.

**Investimento financeiro**

Por escritura pública, celebrada em 19-01-04, o capital social do OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A., até então detido na totalidade pela REN, foi aumentado de 1 000 000 para 2 222 220 euros, ficando a REN detentora de 90% (2 000 000 de euros). A *Compañía Operadora del Mercado Español de Electricidad, S.A.*, entrou, como novo accionista, tendo adquirido 10% do capital social (222 220 euros).

Para além do montante de aumento do capital social (1 000 000 de euros), a REN entregou a título de prémio de emissão o valor de 1 700 000 euros, pelo que o seu investimento financeiro, no exercício, ascendeu a 2 700 000 euros.

**Balanço**

O quadro seguinte traduz, de forma sintética, a situação patrimonial da REN no final dos dois últimos exercícios e a correspondente variação. As rubricas integrantes dos "acrécimos e diferimentos" foram, face aos objectivos desta análise, reclassificadas de acordo com a sua liquidez ou exigibilidade.

	mil euros			
	2003	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo</b>	2 340 778	2 635 537	294 759	12,6
Imobilizado Líquido	1 844 467	1 903 045	58 578	3,2
Circulante M.L.P.	33 131	292 843	259 712	783,9
Circulante C.P.	463 180	439 649	(23 531)	(5,1)
			279 840	18,7
<b>Passivo</b>	1 493 369	1 773 209		
Exigível C.P.	1 079 379	969 939	(109 440)	(10,1)
Exigível M.L.P.	413 990	803 270	389 280	94,0
Capital Próprio	847 409	862 328	14 919	1,8
<b>Passivo + Capital Próprio</b>	<b>2 340 778</b>	<b>2 635 537</b>	<b>294 759</b>	<b>12,6</b>

O activo registou um aumento de cerca de 294,8 M€ (12,6%), sublinhando-se o crescimento dos acréscimos e diferimentos em 207,6 M€ e do imobilizado corpóreo em 58,3 M€.

A variação dos acréscimos e diferimentos activos traduz o efeito conjunto da subida dos acréscimos de proveitos em 185,4 M€ e dos custos diferidos em 22,2 M€. O incremento dos acréscimos de proveitos derivou, em grande medida, do diferencial entre o "desvio tarifário" apurado em 2004 e a recuperação do reportado a exercícios anteriores. O aumento dos custos diferidos relaciona-se, essencialmente, com o prejuízo fiscal (22,2 M€) originado pelo "desvio tarifário" ocorrido em 2004.



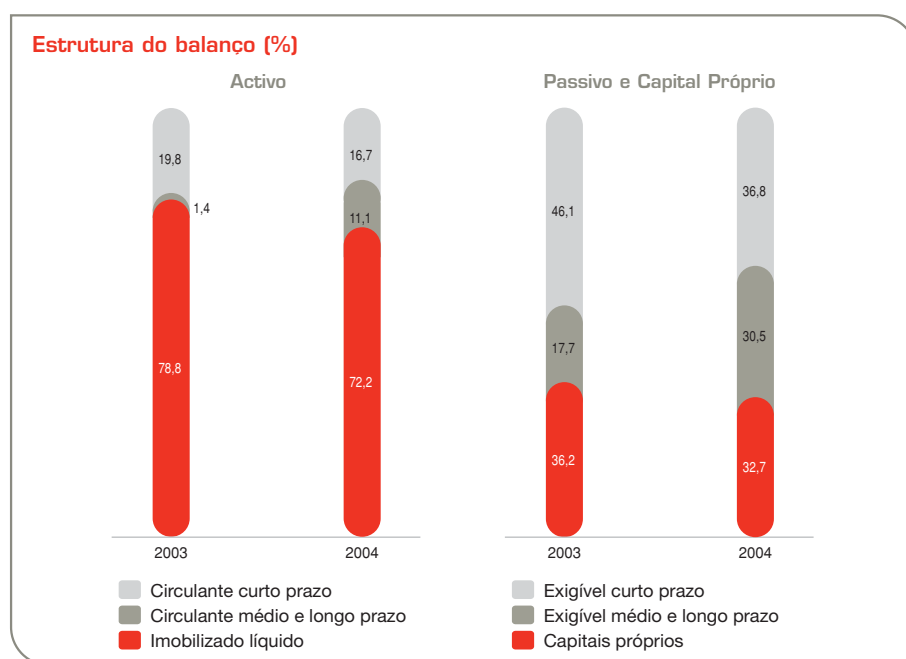


No que respeita ao imobilizado corpóreo, líquido de amortizações, salienta-se o aumento de 128,8 M€ verificado no último quadriénio, inflectindo a tendência de redução registada no período de 1996 a 2000, que atingiu um valor acumulado de 66,0 M€.

No final de 2004 o equipamento básico em exploração encontrava-se amortizado em 53,8%.

Relativamente ao passivo, constata-se um agravamento de 279,8 M€ (18,7%). Para além da subida das dívidas a instituições de crédito em 336,1 M€ (38,8%) e da redução das respeitantes a outros credores em 155,8 M€ (dos quais 155,2 pelo pagamento da segunda tranche da aquisição da participação na GALP) – matéria já abordada no âmbito da análise do "financiamento" – anota-se o aumento dos proveitos diferidos em 72,4 M€, respeitante, na sua quase totalidade, a impostos diferidos.

O acréscimo do capital próprio em 14,9 M€ (1,8%) resultou, fundamentalmente, do diferencial entre o resultado líquido de 2004 (69,3 M€) e o somatório da distribuição de resultados do exercício anterior com a regularização de resultados transitados, na importância global de 54,8 M€, matéria detalhada no Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados.



O gráfico anterior evidencia uma sensível alteração da estrutura financeira da Empresa no decurso de 2004.

No que respeita ao activo, constata-se um significativo aumento do "peso" do circulante de médio e longo prazo em 9,7 p.p., motivado, essencialmente, pelo incremento verificado nas "diferenças tarifárias" a recuperar posteriormente a 2005. Não obstante o acréscimo do valor absoluto do Imobilizado Líquido em 58,6 M€, o seu "peso" relativo baixou 6,6 p.p.

Relativamente ao passivo, sublinha-se a expressiva redução do "peso" do exigível a curto prazo em 9,3 p.p., em favor dos capitais permanentes. Nestes, apesar do capital próprio ter crescido 14,9 M€, o seu "peso" reduziu-se em 3,5 p.p., enquanto o do passivo exigível a médio e longo prazo cresceu 12,8 p.p.

### Demonstração dos resultados

No quadro seguinte apresentam-se os principais custos e proveitos operacionais, assim como os diferentes tipos de resultados, apurados nos dois últimos anos e a respectiva variação.

**Conta de resultados** mil euros

	2003	2004	Variação	
			Absoluta	%
Vendas de electricidade	2 357 774	2 460 520	102 746	4,4
Prestações de serviços	1 813	2 062	249	13,7
Trab. p/ própria empresa	12 815	11 777	(1 038)	(8,1)
Correcção de hidraulicidade		32 617	32 617	
Outros prov. operacionais	2 448	2 335	(113)	(4,6)
<b>A – Proveitos operacionais</b>	<b>2 374 850</b>	<b>2 509 311</b>	<b>134 461</b>	<b>5,7</b>
Compras de electricidade	1 984 366	2 183 375	100 009	10,0
Correcção de hidraulicidade	71 916		(71 916)	(100,0)
Custos com a convergência tarifária	54 264	68 481	14 217	26,2
Fornecimentos e serviços externos	19 910	21 387	1 477	7,4
Custos com pessoal	33 378	29 553	(3 825)	(11,5)
Amortizações	76 554	78 459	1 905	2,5
Provisões	1 027	2 852	1 825	177,7
Outros custos operacionais	5 497	6 451	954	17,4
<b>B – Custos operacionais</b>	<b>2 246 912</b>	<b>2 390 558</b>	<b>143 646</b>	<b>6,4</b>
<b>C – Resultados operacionais (A-B)</b>	<b>127 938</b>	<b>118 753</b>	<b>(9 185)</b>	<b>(7,2)</b>
<b>D – Resultados financeiros</b>	<b>(17 439)</b>	<b>(29 513)</b>	<b>(12 074)</b>	<b>(69,2)</b>
<b>E – Resultados extraordinários</b>	<b>3 549</b>	<b>4 715</b>	<b>1 166</b>	<b>32,9</b>
<b>F – Result. antes imposto (C+D+E)</b>	<b>114 048</b>	<b>93 955</b>	<b>(20 093)</b>	<b>(17,6)</b>
<b>G – Imposto sobre o rendimento</b>	<b>20 559</b>	<b>24 656</b>	<b>4 097</b>	<b>19,9</b>
<b>Resultado líquido (F-G)</b>	<b>93 489</b>	<b>69 299</b>	<b>(24 190)</b>	<b>(25,9)</b>

O resultado líquido de 2004 traduziu-se num lucro de 69,3 M€, expressando uma redução de 24,2 M€ (25,9%) relativamente ao verificado no ano anterior, em consequência da evolução desfavorável dos resultados operacionais e dos financeiros e ainda do imposto sobre o rendimento.

A actividade operacional da Empresa gerou um resultado positivo de 118,8 M€, inferior em 9,2 M€ (7,2%) ao registado em 2003.



A margem entre as vendas e as compras de electricidade, corrigida pelo diferencial de hidraulicidade e pelos custos com a convergência tarifária (Açores e Madeira), foi de 241,3 M€, diminuindo 5,9 M€ (2,4%). Sublinha-se que as vendas de electricidade foram acrescidas de 174,5 M€, referentes ao diferencial entre os "desvios tarifários" gerados e os recuperados no exercício<sup>13</sup>.

A rubrica trabalhos para a própria Empresa – que compensa os custos directos e indirectos aplicados no investimento e na conservação diferida – desceu 8,1%, detalhando-se no quadro seguinte a respectiva evolução.

### Trabalhos para a própria Empresa

mil euros

	2003	2004	Variação	
			Absoluta	%
Para imobilizado em curso	11 658	11 589	(69)	(0,6)
Consumo materiais diversos	1	10	9	900,0
Custos de estrutura	2 702	2 366	(336)	(12,4)
Custos internos de gestão	5 994	6 625	631	10,5
Encargos financeiros	2 961	2 588	(373)	(12,6)
Para conservação diferida	1 157	188	(969)	(83,8)
<b>Total</b>	<b>12 815</b>	<b>11 777</b>	<b>(1 038)</b>	<b>(8,1)</b>



No âmbito dos custos operacionais, o acréscimo dos fornecimentos e serviços externos em 1,5 M€ (7,4%) teve especial incidência na rubrica de "trabalhos especializados", designadamente nos relacionados com a gestão de resíduos. Salienta-se que face ao objectivo orçamental se obteve uma economia de 1,9 M€ (8,0%).

Os custos com o pessoal diminuíram 3,8 M€ (11,5%), realçando-se o facto de os encargos com as pensões de reforma antecipada suportados pela Empresa – 3,9 M€ – terem passado a ser diferidos, estando reconhecidos no balanço numa conta do fundo de pensões.

O agravamento dos resultados financeiros, em 12,1 M€ (69,2%), foi consequência do significativo aumento do endividamento da Empresa, motivado pela necessidade de financiar a já referida aquisição da participação de capital na GALP (420,9 M€) e pelo incremento das "diferenças tarifárias" em 176,0 M€, cujo saldo acumulado no final de 2004, a recuperar em futuros exercícios, já ascende a 423,0 M€. As perdas verificadas no OMIP, S.A. – 2,8 M€ – contribuíram também para o referido agravamento.

O crescimento do imposto sobre o rendimento em 4,1 M€, não obstante a redução dos resultados antes de impostos em 20,1 M€, ficou a dever-se ao efeito que o acerto da taxa aplicada aos impostos diferidos em 2003, de 33 para 27,5%, teve no apuramento do respectivo imposto.

<sup>13</sup> No âmbito dos "desvios tarifários", anota-se que foi efectuada uma correcção aos apurados em anos anteriores, no montante de 1,5 M€, a qual foi contabilizada em proveitos extraordinários.

Salienta-se, finalmente, que no decurso de 2004 a Empresa gerou um *cash flow* de 150,6 M€ inferior em 11,8% ao do exercício anterior, conforme se especifica no quadro seguinte.

		2003	2004	Variação	
				Absoluta	%
<b>Meios libertos líquidos</b> <span style="float: right;">mil euros</span>					
Resultados líquidos	93 489	69 299	(24 190)	(25,9)	
Amortizações (Líquidas)	76 554	78 482	1 928	2,5	
Provisões (Líquidas)	761	2 852	2 091	274,8	
<b>Total</b>	<b>170 804</b>	<b>150 633</b>	<b>(20 171)</b>	<b>(11,8)</b>	

### Indicadores mais relevantes

No quadro ao lado apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros considerados mais relevantes, que suscitam os seguintes comentários:

Em termos económicos, constata-se que o resultado líquido, apurado em 2004, conduz a uma rentabilidade dos capitais próprios de 8,1%, inferior em 3,3 pontos percentuais à do exercício anterior. O indicador da rentabilidade económica confirma esta evolução desfavorável.

A redução dos "meios libertos" pela Empresa em 11,8%, conjugada com o substancial crescimento das despesas de investimento, originou a diminuição da capacidade de autofinanciamento de 1,5, em 2003, para 1,1, em 2004. O indicador da cobertura do investimento evidencia, igualmente, uma evolução negativa.

No que respeita à situação financeira, a generalidade dos respectivos indicadores reflecte uma evolução desfavorável, originada pela necessidade de financiar a aquisição da já referida participação no capital social da GALP e os défices de tesouraria decorrentes do substancial agravamento das "diferenças tarifárias".

Apesar da ligeira redução verificada, em 2004, no V.A.B. *per capita*, sublinha-se que, desde a criação da Empresa em 1994, este indicador de produtividade registou um incremento médio anual de 8,9%.

**Indicadores<sup>14</sup>**

	2003	2004
De Situação Financeira		
Solvabilidade Total		
<i>Activo/Passivo</i>	1,6	1,5
Autonomia Financeira		
<i>Capital Próprio/Activo (%)</i>	38,1	34,4
Estrutura Financeira		
<i>Passivo Financeiro/Capital Próprio (%)</i>	94,2	121,0
Grau de Endividamento		
<i>Passivo/Capital Próprio</i>	1,6	1,9
Liquidez Geral		
<i>Capitais Circ./Passivo Curto P. (%)</i>	57,4	44,1
Cobertura do Imobilizado		
<i>Capitais Permanentes/Activo Fixo(%)</i>	78,1	78,1
Capacidade de Autofinanciamento		
<i>Cash flow/Investimento C.Técnicos</i>	1,5	1,1
Cobertura do Investimento		
<i>EBITDA/Investimento Corpóreo</i>	1,7	1,4
Cobertura de Encargos Financeiros		
<i>EBITDA/Encargos Financeiros</i>	11,5	7,3
Desvios Tarifários/Capitais Circulantes (%)	53,0	74,2
De Rendibilidade		
Rendibilidade dos Capitais Próprios		
<i>Resultados Líquidos/Capitais Próprios (%)</i>	11,4	8,1
Rendibilidade Económica		
<i>Resultado Operacional/Activo (%)</i>	6,0	4,8
Outros Indicadores		
V.A.B. per capita (Milhares de euros)		
<i>V.A.B./N.º Médio Efectivos</i>	419	404

**Aspectos fiscais e parafiscais**

O IRC, calculado sobre a actividade do exercício, incluindo impostos diferidos apurados de acordo com o disposto na Directiva n.º 12 do *International Accounting Standard (IAS)*, ascendeu no exercício a 24,7 M€.

No final do exercício não existiam dívidas vencidas ao fisco e à Segurança Social.

<sup>14</sup> Os indicadores que incluem agregados de balanço foram calculados considerando o respectivo valor médio (no início e final do ano).

## Considerações Finais

### Perspectivas para o Ano de 2005

A avaliação dos factos mais relevantes para 2005, da vida da sociedade, aponta para a concretização de medidas fundamentais e previstas no âmbito da reestruturação do sector energético e que não foram possíveis implementar em 2004 dada a natureza complexa ao nível da sua decisão.

A aquisição da rede de transporte de gás em alta pressão e activos relacionados espera-se vir a ser concretizada em 2005, tendo para tal a REN adquirido, em Dezembro de 2003, 18,3% do capital social da GALP Energia, SGPS, participação instrumental para aquela aquisição. A operação foi notificada à Autoridade da Concorrência e encontra-se pendente de decisão.

Espera-se o arranque, em 2005, do OMIP – Operador de Mercado Ibérico de Electricidade, a sociedade encarregada de desenvolver a componente do mercado a prazo de produtos energéticos. A filosofia de financiamento desta sociedade, com base no Acordo Internacional de 1 de Outubro, é a de que "durante um período transitório, não inferior a dois anos, o financiamento do mercado pode ser complementado com as tarifas".

Quanto aos "terrenos dos centros electroprodutores", continuará, em 2005, a alienação dos terrenos afectos às Centrais Térmicas e o arrendamento dos terrenos afectos às Centrais Hídricas.

No que respeita à extinção definitiva dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE), decorrerão ainda as negociações com dois produtores vinculados, e na presunção da assinatura dos respectivos acordos de cessação.

Continuará o esforço de investimento da REN, quer em linhas quer em subestações, e que incluirá o reforço do investimento para favorecer a disponibilização de pontos de interligação por forma a acomodar a produção de energia renovável, sobretudo a eólica.

### Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 25.º dos Estatutos da REN, S.A., propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2004, no valor de €69 299 383 (sessenta e nove milhões duzentos e noventa e nove mil trezentos e oitenta e três euros), tenha a seguinte aplicação:

- Para Reserva Legal, €3 464 969 (três milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil novecentos e sessenta e nove euros).
- Para Outras Reservas, €10 582 016 (dez milhões quinhentos e oitenta e dois mil e dezasseis euros).
- Para Dividendos, €34 649 692 (trinta e quatro milhões seiscentos e quarenta e nove mil seiscentos e noventa e dois euros).
- Para Resultados Transitados, €20 602 706 (vinte milhões seiscentos e dois mil setecentos e seis euros).

Da verba referente à conta de Resultados Transitados, propõe-se a distribuição de resultados a trabalhadores, no montante de €1 581 851 (um milhão quinhentos e oitenta e um mil oitocentos e cinquenta e um euros), verba idêntica à aprovada no ano anterior.

**Nota Final**

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento a todos os que, ao longo do exercício de 2004, o apoiaram na prossecução dos objectivos fixados para a Empresa.

Aos Colaboradores da Empresa, pela dedicação, empenho e elevado profissionalismo, demonstrados no exercício das suas funções, em consonância com os objectivos estabelecidos.

Aos Accionistas, pelo apoio dado e confiança demonstrada nos mais diversos momentos da vida da Empresa, num ano em que, por vezes, não foi fácil ultrapassar algumas dificuldades, na sequência do que já tinha acontecido em 2003.

Ao Órgão de Fiscalização e ao Auditor Externo, pela colaboração fundamental prestada, o Conselho de Administração manifesta o seu profundo agradecimento.

Lisboa, 2 de Março de 2005

**O Conselho de Administração**

Eng.º José Rodrigues Pereira dos Penedos

Eng.º Victor Manuel da Costa Antunes Machado Baptista

Prof. Doutor Aníbal Durães dos Santos

Eng.º Henrique Joaquim Gomes

Prof. Doutor Paulo José Jubilado Soares de Pinho









## Documentos de Prestação de Contas

# 89

Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 2004	90
Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2004	92
Demonstração dos Resultados por Funções	94
Demonstração dos Fluxos de Caixa	95
Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	96

**Balço Analítico em 31 de Dezembro de 2004**

Activo		2004			2003
		AB	A/P	AL	AL
Notas					
	<b>IMOBILIZADO</b>				
03.a./10. 08.	Imobilizações incorpóreas:				
08.	Despesas de instalação	31 790	31 790		
	Propriedade industrial e outros direitos	86 791	6 235	80 556	82 296
		<b>118 581</b>	<b>38 025</b>	<b>80 556</b>	<b>82 296</b>
03.b./10./12./13./14./15.	Imobilizações corpóreas:				
	Terrenos e recursos naturais	1 473 820		1 473 820	1 420 411
	Edifícios e outras construções	24 885 823	17 822 743	7 063 080	8 091 315
	Equipamento básico	2 999 675 105	1 613 400 541	1 386 274 564	1 326 492 353
	Equipamento de transporte	3 421 148	1 975 705	1 445 443	1 661 510
	Ferramentas e utensílios	1 856 664	1 510 471	346 193	422 936
	Equipamento administrativo	15 776 961	11 634 388	4 142 573	4 625 756
	Diferenças de câmbio	8 012 603	3 065 108	4 947 495	5 214 383
03.e./03.f./11	Imobilizações em curso	74 924 848		74 924 848	74 433 531
		<b>3 130 026 972</b>	<b>1 649 408 956</b>	<b>1 480 618 016</b>	<b>1 422 362 195</b>
03.k./03.l./10./16./48f	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas do Grupo	1 445 148		1 445 148	1 120 359
	Outras empresas	420 901 746		420 901 746	420 901 746
		<b>422 346 894</b>		<b>422 346 894</b>	<b>422 022 105</b>
	<b>CIRCULANTE</b>				
03.c./41.	Existências:				
	Produtos e trabalhos em curso	278		278	27 439
	Matérias-primas subsid. e consumo	791 424		791 424	811 813
		<b>791 702</b>		<b>791 702</b>	<b>839 252</b>
48.e.	Dívidas de Terceiros – Médio e longo prazo:				
	Outros devedores	155 297		155 297	155 297
		<b>155 297</b>		<b>155 297</b>	<b>155 297</b>
03.d	Dívidas de terceiros – Curto prazo:				
	Cientes c/c	210 332 380		210 332 380	202 742 671
	Cientes de cobrança duvidosa	504 605	440 087	64 518	
	Empresas do grupo	2 000 000		2 000 000	
48.d.	Estado e outros entes públicos	30 051 900		30 051 900	9 502 303
23./25./48.b.	Outros devedores	8 077 563	880 443	7 197 120	8 897 409
		<b>250 966 448</b>	<b>1 320 530</b>	<b>249 645 918</b>	<b>221 142 383</b>
	Depósitos bancários e caixa:				
	Depósitos bancários	104 784		104 784	10 323
	Caixa	98		98	1 562
		<b>104 882</b>		<b>104 882</b>	<b>11 885</b>
48.a.	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
	Acréscimos de proveitos	449 494 809		449 494 809	264 098 519
	Custos diferidos	32 299 249		32 299 249	10 063 957
		<b>481 794 058</b>		<b>481 794 058</b>	<b>274 162 476</b>
	Total de Amortizações		1 649 446 981		
	Total de Provisões		1 320 530		
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>4 286 304 834</b>	<b>1 650 767 511</b>	<b>2 635 537 323</b>	<b>2 340 777 889</b>

Un: euros

**DEPARTAMENTO FINANCEIRO**O Técnico de Contas  
Maria Teresa MartinsO Responsável  
António de Sousa Martins**DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO**O Director  
Manuel Maria Cunha Coelho da Silva

## Balço Analítico em 31 de Dezembro de 2004

## Capital Próprio e Passivo

Un: euros

Notas		2004	2003
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
36.	Capital	534 000 000	534 000 000
	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	389 052	
	Reservas:		
40.a.	Reservas legais	24 636 147	19 961 700
	Outras reservas	182 247 263	167 971 503
40.b.	Resultados transitados	51 755 948	31 986 646
	Subtotal	793 028 410	753 919 849
40.	Resultado líquido do exercício	69 299 383	93 488 934
	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>862 327 793</b>	<b>847 408 783</b>
	<b>PASSIVO</b>		
34.	Provisões para riscos e encargos:		
	Provisões para pensões		
	Outras provisões para riscos e encargos	21 881 312	20 296 967
		<b>21 881 312</b>	<b>20 296 967</b>
29.	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
	Dívidas a instituições de crédito	578 833 333	280 000 000
	Outros credores	990 000	
		<b>579 823 333</b>	<b>280 000 000</b>
03.d	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
	Dívidas a instituições de crédito	623 219 134	585 925 607
	Fornecedores c/c	168 539 234	148 833 891
	Fornecedores de imobilizado c/c	55 963 979	44 426 272
48.d.	Estado e outros entes públicos	826 492	15 880 378
48.b.	Outros credores	7 749 102	163 536 148
		<b>856 297 941</b>	<b>958 602 296</b>
48.a.	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
	Acréscimos de custos	63 006 746	54 664 286
	Proveitos diferidos	252 200 198	179 805 557
		<b>315 206 944</b>	<b>234 469 843</b>
	<b>Total do Passivo</b>	<b>1 773 209 530</b>	<b>1 493 369 106</b>
	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>2 635 537 323</b>	<b>2 340 777 889</b>

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Rodrigues Pereira dos Penedos – *Presidente*

Victor Manuel da Costa Antunes Machado Baptista

Aníbal Durães dos Santos

Henrique Joaquim Gomes

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

**Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2004**

**Custos e Perdas**

Un: euros

		2004		2003	
Notas					
03.c./41.	Custo das existências vendidas e consumidas				
	Electricidade	2 183 374 830		1 984 366 279	
	Materiais diversos	132 252	2 183 507 082	111 960	1 984 478 239
	Fornecimentos e serviços externos		21 387 216		19 909 858
43.	Custos com o pessoal				
	Remunerações:				
	Remunerações dos órgãos sociais	1 089 678		1 091 703	
	Remunerações do pessoal	17 233 857		20 761 021	
	Encargos sociais:				
	Prémios para pensões	2 299 000		2 780 000	
	Encargos sobre remunerações	4 834 570		4 681 748	
	Custos de acção social	1 974 171		1 972 759	
	Outros	2 121 425	29 552 701	2 090 263	33 377 494
03.b. 34	Amortizações do exercício	78 459 303		76 554 034	
	Provisões do exercício	2 852 118	81 311 421	1 026 996	77 581 030
	Impostos:				
	Impostos indirectos	1 079 744		958 942	
	Impostos directos	40 933		49 639	
03.j.	Correcção de Hidraulicidade – diferencial do exerc.– Custo			71 915 854	
	Outros custos e perdas operacionais	73 678 441	74 799 118	58 640 822	131 565 257
	<b>A – CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS</b>		<b>2 390 557 538</b>		<b>2 246 911 878</b>
45. 14.b	Custos e perdas financeiras:				
	Juros	25 822 845		17 106 627	
	Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 693		393	
	Perdas em empresas do grupo e associadas	2 816 269		1 182	
	Outros custos e perdas financeiras	1 370 636	30 011 443	801 512	17 909 714
	<b>C – CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>		<b>2 420 568 981</b>		<b>2 264 821 592</b>
46.	Custos e perdas extraordinárias:				
	Donativos	747 075		599 137	
	Perdas em existências	85 051		8 204	
	Perdas em imobilizações	188 857		49 220	
	Multas e penalidades	2 082		125	
	Aumento de amortizações e provisões	22 309			
	Correcções relativas a exercícios anteriores	377 897		504 892	
46.a.	Outros custos e perdas extraordinárias	735 028	2 158 299	1 292 143	2 453 721
	<b>E – CUSTOS E PERDAS DO EXERCÍCIO</b>		<b>2 422 727 280</b>		<b>2 267 275 313</b>
03.m./06.	Imposto sobre o rendimento do exercício		24 655 745		20 558 665
	<b>G – CUSTOS TOTAIS</b>		<b>2 447 383 025</b>		<b>2 287 833 978</b>
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>69 299 383</b>		<b>93 488 934</b>
	<b>Total</b>		<b>2 516 682 408</b>		<b>2 381 322 912</b>
	RESULTADOS OPERACIONAIS (B) – (A)				
	RESULTADOS FINANCEIROS [(D) – (B)] – [(C) – (A)]				
	RESULTADOS CORRENTES (D) – (C)				
	RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS (F) – (E)				
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F) – (G)				

**DEPARTAMENTO FINANCEIRO**

O Técnico de Contas  
Maria Teresa Martins

O Responsável  
António de Sousa Martins

**DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO**

O Director  
Manuel Maria Cunha Coelho da Silva



### Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2004

#### Proveitos e Ganhos

Un: euros

Notas		2004		2003	
44.	Vendas				
44.a.1.	De energia eléctrica	2 460 520 270		2 357 774 034	
44.a.2.	Materiais diversos				
44.b.	Prestações de serviços	2 062 156	2 462 582 426	1 813 220	2 359 587 254
	Variação da produção				
	Produtos e trabalhos em curso				
	Existências finais	278		27 439	
	Existências iniciais	27 439	-27 161		27 439
48.c.	Trabalhos para a própria empresa		11 777 494		12 814 629
	Proveitos suplementares	1 361 577		1 753 670	
03.j.	Correcção de Hidraulicidade – difer.do exerc.– Proveito	32 616 630			
	Outros proveitos e ganhos operacionais	1 000 462	34 978 669	667 325	2 420 995
	<b>B – PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS</b>		<b>2 509 311 428</b>		<b>2 374 850 317</b>
45.	Proveitos e ganhos financeiros				
	Rendas tit. neg. e outras aplicações financeiras	351 041		403 637	
03.k.	Ganhos em empresas do grupo e associadas	52 005		18 270	
	Diferenças de câmbio favoráveis	4 553		2 804	
	Outros juros e proveitos similares	90 798	498 397	45 566	470 277
	<b>D – PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>		<b>2 509 809 825</b>		<b>2 375 320 594</b>
46.	Proveitos e ganhos extraordinários				
	Ganhos em existências			4	
	Ganhos em imobilizações	21 217		38 112	
	Benefícios de penalidades contratuais			11 204	
	Reduções de amortizações e de provisões			265 960	
	Correcções relativas a exercícios anteriores	1 549 073		1 213 027	
46.b.	Outros proveitos e ganhos extraordinários	5 302 293	6 872 583	4 474 011	6 002 318
	<b>F – PROVEITOS TOTAIS</b>		<b>2 516 682 408</b>		<b>2 381 322 912</b>
			118 753 890		127 938 439
			-29 513 046		-17 439 437
			89 240 844		110 499 002
			93 955 128		114 047 599
			69 299 383		93 488 934

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Rodrigues Pereira dos Penedos – *Presidente*

Victor Manuel da Costa Antunes Machado Baptista

Aníbal Durães dos Santos

Henrique Joaquim Gomes

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

**Demonstração dos Resultados por Funções**

Un: euros

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	2 462 582 426	2 359 587 254
Custo das vendas e prestações de serviços	-2 297 235 388	-2 183 724 347
<b>Resultados brutos</b>	<b>165 347 038</b>	<b>175 862 907</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 533 911	2 533 436
Custos de distribuição	-1 889 072	-3 304 741
Custos administrativos	-16 872 842	-13 745 508
Outros custos e perdas operacionais	-24 650 861	-29 697 299
<b>Resultados operacionais</b>	<b>123 468 174</b>	<b>131 648 795</b>
Custo líquido de financiamento	-26 748 782	-17 618 285
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	-2 764 264	17 088
Ganhos (perdas) em outros investimentos		
<b>Resultados correntes</b>	<b>93 955 128</b>	<b>114 047 599</b>
Impostos sobre os resultados correntes	-24 655 745	-20 558 665
<b>Resultados correntes após impostos</b>	<b>69 299 383</b>	<b>93 488 934</b>
Resultados extraordinários		
Imposto sobre os resultados extraordinários		
<b>Resultados líquidos</b>	<b>69 299 383</b>	<b>93 488 934</b>
Resultados por acção	0,65	0,88





### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Un: euros

	2004		2003	
<b>Actividades operacionais:</b>				
Recebimento de clientes	2 272 838 164		2 402 059 557	
Pagamentos a fornecedores	-2 167 350 270		-2 006 931 145	
Pagamentos ao pessoal	-31 162 332		-35 076 027	
Fluxos gerados pelas operações	74 325 562		360 052 385	
Pagamento do imposto s/ rendimento	-21 583 887		-10 717 493	
Outros recebimentos relativos à activ. operacional	42 138 062		1 281 557	
Outros pagamentos relativos à activ. operacional	-87 992 688		-138 169 012	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	6 887 049		212 447 437	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	428 986		1 199 339	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-1 862 082		-860 026	
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>5 453 953</b>		<b>212 786 750</b>
<b>Actividades de investimento:</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	351 041		403 637	
Imobilizações corpóreas	53 031		58 585	
Subsídios de investimento	6 267 293		4 655 590	
Dividendos		6 671 365		5 117 812
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-159 940 347		-266 661 399	
Imobilizações corpóreas	-113 925 767		-91 387 768	
Imobilizações incorpóreas		-273 866 114		-358 049 167
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>-267 194 749</b>		<b>-352 931 355</b>
<b>Actividades de financiamento:</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	11 514 135 554		2 886 824 200	
Juros e proveitos similares		11 514 135 554		2 886 824 200
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-11 173 000 000		-2 687 500 000	
Juros e custos similares	-27 548 600		-18 159 101	
Dividendos	-46 744 467	-11 247 293 067	-32 707 386	-2 738 366 487
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>266 842 487</b>		<b>148 457 713</b>
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		5 101 691		8 313 108
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		-6 549 276		-14 862 384
Caixa e seus equivalentes no fim do período		-1 447 585		-6 549 276
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES</b>				
Numerário		98		1 562
Dep. bancários imediatam. mobilizáv. e equiv. a caixa		-1 447 683		-6 550 838
Descobertos bancários		-1 447 683		-6 550 838
Outras diponibilidades				
<b>Disponibilidades constantes do Balanço</b>		<b>-1 447 585</b>		<b>-6 549 276</b>

## 00 – Introdução

### a) Objecto e detentores do capital

A REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. resultou da cisão da EDP, em harmonia com o disposto nos Decretos-Lei 7/91, de 8 de Janeiro e 131/94, de 19 de Maio, aprovada em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 18 de Agosto de 1994. Tem por objecto assegurar a gestão global do sistema eléctrico de abastecimento público (SEP), visando garantir a estabilidade e segurança do abastecimento de electricidade e assegurar a compatibilização dos interesses dos diversos intervenientes em presença; explorar e desenvolver a rede nacional de transporte em muito alta tensão em Portugal Continental, gerir a carteira de sítios para centrais eléctricas e preparar os processos que servirão de base à DGGE para o lançamento das consultas públicas com vista ao estabelecimento e exploração de novos centros electroprodutores.

O capital social da REN é de 534 000 000 de euros, representado por 106 800 000 acções, com o valor de 5 euros, cada uma, sendo detido, em 31 de Dezembro de 2004, pelos seguintes Accionistas:

Accionista	N.º de acções	Participação
Estado Português	21 361 068	20%
EDP – Electricidade de Portugal, S.A.	32 040 000	30%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	21 358 932	20%
Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A.	32 040 000	30%
<b>Total</b>	<b>106 800 000</b>	<b>100%</b>

### b) Regime de concessão de exploração da RNT

A concessão da exploração da RNT foi atribuída à REN pelo D.L. 182/95 de 27/07/95 - art.º 64, tendo o respectivo contrato com o Estado Português sido celebrado em 6 de Setembro de 2000. A concessão tem a duração de 50 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato.

### c) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As compras de energia eléctrica são efectuadas maioritariamente à CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., à Tejo Energia, S.A., e à Turbogás – Produtora Energética, S.A., cujos preços de facturação são estabelecidos nos termos dos Contratos de Aquisição de Energia, assinados com aquelas empresas para cada centro electroprodutor, prevendo um sistema de remuneração misto com parcela fixa, correspondendo a pagamento indexado à disponibilidade de potência verificada, e parcela variável, associada à remuneração dos encargos variáveis de produção de energia.

Estes Contratos de Aquisição de Energia foram estabelecidos de acordo com o Decreto-Lei n.º 183/95 de 27 de Julho.

As condições de aquisição de energia eléctrica a terceiros são estabelecidas pelos Decretos-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio (na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Lei n.º 313/95, de 24 de Novembro, n.º 168/99, de 18 de Maio e n.º 538/99, de 13 de Dezembro) e n.º 186/95, de 27 de Julho.

#### **d) Regime de preços de venda de energia eléctrica**

De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/95, de 27 de Julho, compete à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos o estabelecimento dos valores das tarifas e preços previstos no Regulamento Tarifário.

As tarifas e preços aplicados em 2004 foram objecto do Despacho n.º 24252/A (2.ª série) do Conselho de Administração da ERSE, de 16 de Dezembro de 2003.

#### **e) Investimentos financeiros**

##### **I. RENTELECOM – Comunicações, S.A.**

Constituída ao abrigo do Despacho n.º 128/2001, de 22 de Outubro, do Senhor Ministro da Economia, e por escritura pública lavrada em 7 de Dezembro de 2001, a empresa iniciou a sua actividade em 1 de Janeiro de 2002, tendo por objecto o estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de comunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.

O capital social da RENTELECOM é de 100 000 euros, representado por 20 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada uma, o qual, em 31 de Dezembro de 2004, era detido na sua totalidade pela REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.

##### **II. OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A.**

Constituída ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de Junho, do Senhor Ministro da Economia, e por escritura pública lavrada em 16 de Junho de 2003, a empresa iniciou a sua actividade em 10 de Dezembro de 2003, tendo por objecto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transacções e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão do mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Electricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;

e) a prestação de serviços de liquidação para transacções padronizadas em mercados não organizados de energia;

f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema eléctrico.

A sociedade pode ainda exercer quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participação em sociedades, assim como participar noutras sociedades, de objecto igual ou diferente do seu, mesmo que regidas por leis especiais, bem como em agrupamentos complementares de empresas.

O capital social da OMIP é de 2 222 220 euros, representado por 222 222 acções com o valor nominal de 10 euros cada uma, o qual, em 31 de Dezembro de 2004, era detido em 90% pela REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A e em 10% pela Omel – *Compañía Operadora del Mercado Español de Electricidad, S.A.*

### III. GALP Energia, SGPS, S.A.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 193-A/2003, de 17 de Dezembro, a REN adquiriu 30 350 573 acções de categoria B, representativas de 18,3% do capital social da GALP Energia, SGPS, S.A. 7 962 291 acções (4,8%) foram adquiridas ao Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro, e 22 388 282 acções (13,5%) foram adquiridas à Caixa Geral de Depósitos, S.A.

O preço unitário de aquisição das acções foi de 13,868 euros, importando a aquisição no valor global de 420 901 746,37 euros, correspondendo ao Estado Português 110 421 051,59 euros e à Caixa Geral de Depósitos, S.A. 310 480 694,78 euros.

### f) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As notas omitidas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.

## 01 – Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios, critérios e métodos enunciados no Plano Oficial de Contabilidade, ou seja, foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas, e na base da continuidade das operações da Empresa, de harmonia com os princípios contabilísticos da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.



### 03 – Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

#### a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

#### b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram do processo de reestruturação da EDP – S.A. em referência a 1 de Janeiro de 1994 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente, líquidos das amortizações acumuladas.

As imobilizações corpóreas incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, e encargos de estrutura, como indicado nas alíneas e) e f) desta mesma nota.

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidas no balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos no valor das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas, segundo uma tabela aprovada por despacho governamental, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários pela amortização das participações (registadas em Acréscimos e Diferimentos – Subsídios ao Investimento) efectuada de forma semelhante à amortização do imobilizado subsidiado.

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do exercício em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidas para resultados durante um período máximo de 6 anos (nota 48.a.i).

#### c) Existências

São valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio do artigo em armazém.

**d) Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira**

As transacções expressas em moeda estrangeira são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações.

No final do exercício, os saldos a pagar e a receber em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (nota 04), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas nos termos indicados na alínea e) desta nota.

**e) Encargos financeiros**

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes dos empréstimos contraídos para financiamento do immobilizado em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a immobilizações em curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (nota 11).

**f) Encargos de estrutura**

Os encargos gerais de estrutura da Empresa são repartidos entre o investimento e a exploração em função de determinadas proporções preestabelecidas, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

**g) Benefícios sociais a trabalhadores**

Os custos relativos aos planos de complemento de pensões de reforma e assistência médica aos reformados são contabilizados de acordo com o disposto no IAS 19, sendo que os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos utilizando o método do corredor, derogando assim o disposto na Directriz Contabilística n.º 19.

**h) Férias e subsídios de férias**

No final de cada exercício a Empresa regista, em Acréscimos e Diferimentos – Acréscimos de custos, o montante de encargos com férias e subsídios de férias já vencidos, mas cujo pagamento só é devido no exercício seguinte.

**i) Regulação**

A actividade da Empresa enquadra-se no âmbito das actividades reguladas, cujas tarifas e preços são determinados de modo a permitirem a recuperação dos custos necessários para providenciarem os serviços regulados e a remuneração dos capitais aplicados.



A regularização, em tarifas futuras, dos ajustamentos provenientes de eventuais excessos ou insuficiências da referida recuperação (desvios tarifários), torna necessária a criação de métodos que permitam registar a periodificação daqueles excessos ou insuficiências.

Nesse sentido, os excessos ou insuficiências apurados no exercício, relativamente aos valores aprovados pela ERSE, encontram-se escriturados em "Acréscimos e Diferimentos".

A REN, no âmbito da aplicação do critério contabilístico dos desvios tarifários, vem considerando, desde o exercício de 1999, que todos os terrenos afectos aos centros electroprodutores têm remuneração concomitante com o rendimento que os mesmos capitais teriam em outra aplicação financeira.

O Decreto-Lei n.º 198/2003, de 2 de Setembro, veio consagrar as regras que permitem à REN vender ou arrendar aos actuais produtores do Serviço Eléctrico Nacional os terrenos que integram os sítios onde se encontram instalados os centros produtores, desde que não integrem o domínio público hídrico. Os terrenos que integram o domínio público hídrico mantêm-se na posse da REN, sendo-lhe garantida uma remuneração anual.

A Portaria n.º 96/2004, de 23 de Janeiro, estabeleceu os métodos e os critérios de fixação do valor de aquisição ou de arrendamento dos referidos terrenos que não integram o domínio público hídrico, assim como da remuneração anual dos que integram aquele domínio, estabelecendo que "para efeitos de compensação do desvio tarifário ocorrido entre 1999 e 2003 a remuneração anual deve ser calculada à taxa de 6,5 pontos percentuais".

O Decreto-Lei n.º 153/2004, de 30 de Junho, que estabelece a forma de titulação da propriedade e da posse dos terrenos correspondentes ao sítio dos centros electroprodutores hidro e termoeléctricos, regulamenta (artigo 4.º) a "imputação dos preços de aquisição dos terrenos", reconhecendo a compensação do valor dos desvios tarifários verificados entre 1999 e o ano da venda dos mesmos e reitera o direito à remuneração relativamente aos terrenos do domínio público hídrico.

### **j) Correção de hidraulicidade**

A correção de hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei n.º 338/91 e Portaria 987/2000) de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos, o sistema termoeléctrico é sobreutilizado e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos, a situação inverte-se.

As tarifas de venda são calculadas tendo em conta os custos de produção de um ano em condições hidrológicas médias.

Assim, neste contexto e para evitar distorções de grande significado nos resultados, os encargos com aquisição de energia, contabilizados na Demonstração dos Resultados, são corrigidos, positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade.

Atendendo ao anteriormente referido, o valor anual da correcção de hidraulicidade, custo ou proveito, é constituído pelo diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência.

#### **k) Participações em filiais e associadas**

As participações em filiais e associadas estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as quotas partes dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração dos resultados e as quotas partes dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justos valores e de trespases, são reflectidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respectivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa.

#### **l) Participações em outras empresas**

As participações no capital social de outras empresas encontram-se relevadas ao custo de aquisição.

#### **m) Impostos sobre o rendimento**

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício são determinados com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal. São reconhecidos os efeitos das diferenças temporais subjacentes aos activos e passivos relevados no balanço, no cômputo do encargo global de imposto sobre o rendimento do exercício.

#### **n) Demonstração dos resultados por funções**

A rubrica de "Custo das vendas e das prestações de serviços" é composta pelo somatório dos seguintes custos:

- de aquisição de electricidade;
- de gestão do sistema;
- de operação e manutenção da RNT.

Nos "Outros custos e perdas operacionais" estão contidos os seguintes custos:

- associados à gestão dos terrenos dos centros electroprodutores;
- de planeamento;
- da ERSE.





## 04 – Câmbios Utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira, existentes à data do Balanço, são originárias do Banco Central Europeu e datadas de 31-12-2004, conforme mapa a seguir:

### Câmbios utilizados

USD	1,3621	HUF	245,97	ZAR	7,6897
CYP	0,5800	NZD	1,8891	HKD	10,5881
CZK	30,464	DKK	7,4388	TRL	1 836,20
GBP	0,70505	AUD	1,7459	SIT	239,76
CHF	1,5429	SKK	38,745	BGN	1,9559
PLN	4,0845	JPY	139,65	EEK	15,6466
SEK	9,0206	CAD	1,6416	ISK	83,60
SGD	2,2262	NOK	8,2365	LTL	3,4528
ROL	39,390	KRW	1 410,05	LVL	0,6979
MTL	0,4343	CVE	110,265	BRL	3,6147

## 06 – Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 tem a seguinte composição:

Imposto corrente do exercício (liquidação autónoma)	122 646
Impostos diferidos	24 533 099
<b>Total (proveito) custo</b>	<b>24 655 745</b>

No exercício verificou-se um resultado fiscal negativo face ao acréscimo dos "desvios tarifários", pelo que foi contabilizado um imposto diferido activo de 22 239 703 euros. A reconciliação do custo de imposto pode ser resumida como segue:

Resultado antes de imposto	93 955 128	
Diferenças permanentes	4 743 860	
	<u>89 211 268</u>	
Imposto esperado à taxa de 27,5%		24 533 099
Liquidação autónoma		122 646
<b>Custo de imposto</b>		<b>24 655 745</b>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

	2004	Resultados transitados	2003	Efeito no exercício
<b>Impostos Diferidos Activos</b>				
Passivos não aceites fiscalmente				
Provisões para actos médicos	4 770 511		4 334 816	435 695
Provisões para outros riscos e encargos	1 246 850		1 246 850	
Outros passivos	458 686		917 373	(458 687)
Prejuízo fiscal em 2004	22 239 703			22 239 703
	28 715 750		6 499 039	22 216 711
<b>Impostos Diferidos Passivos</b>				
Diferença tarifária 2002			2 279 654	(2 279 654)
Diferença tarifária 2003	3 260 645		65 651 921	(62 391 276)
Diferença tarifária 2004	113 067 520			113 067 520
Plano de pensões	5 815 333	4 752 550		1 062 783
Reavaliações de imobilizado	44 120 509	18 819 925	28 010 147	(2 709 563)
	166 264 007	23 572 475	95 941 722	46 749 810
Encargo do ano por impostos diferidos				24 533 099

A rubrica de impostos diferidos passivos foi acrescida, no exercício, por contrapartida de Resultados Transitados, do montante de 18 819 925 euros, referente à correcção dos elementos que vinham servindo de base ao cálculo do imposto diferido resultante das reavaliações, por se ter constatado que o valor do imposto diferido destacado da EDP, em 2000, não correspondia ao valor calculado sobre os mapas fiscais.

Foi igualmente acrescido, por contrapartida de Resultados Transitados, o montante 4 752 550 euros, correspondente ao imposto diferido proveniente do reconhecimento, em Balanço, do activo relativo ao plano de complementos de pensão, de acordo com os dispositivos do IAS 19.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. O último ano considerado como liquidado definitivamente pela Administração Fiscal reporta-se a 2001.

A Empresa considera que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais das declarações do imposto apresentadas entre 2002 e 2003 não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

### 07 – Pessoal ao Serviço da Empresa

---

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício de 2004 foi de 579 empregados, não existindo assalariados.

### 08 – Imobilizações Incorpóreas

---

A rubrica Despesas de Instalação inclui exclusivamente as despesas originadas com a constituição da Empresa.

Na rubrica "Propriedade Industrial e Outros Direitos" encontra-se contabilizado o valor dos direitos de utilização de espaços de estacionamento, por 50 anos, na Fábrica Igreja Paroquial S. Joana Princesa.

## 10 – Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

## a) Activo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
Despesas de instalação	31 790				31 790
Propriedade industrial e outros direitos	86 791				86 791
<b>Total (1)</b>	<b>118 581</b>				<b>118 581</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	1 420 411			53 409	1 473 820
Edifícios e Outras Construções	25 000 829			-115 006	24 885 823
Equipamento Básico	2 874 562 146	106 713	12 469	125 018 716	2 999 675 105
Imobilizado Técnico Especifico	2 864 599 101	101 617	2 294	125 018 716	2 989 717 139
Terrenos de Centros Electroprodutores	932 240 809	86 217		-642 249	931 684 777
Transporte de Electricidade	1 752 510 913		2 294	122 001 627	1 874 510 246
Subestações	931 942 647		2 294	45 639 470	977 579 822
Linhas	817 683 344			76 362 157	894 045 501
Equipamentos diversos	2 884 922				2 884 922
Gestão do Sistema	46 621 564	15 400			46 636 964
Equipamentos Acessórios	133 225 814			3 659 338	136 885 152
Outro Equipamento Básico	9 963 045	5 096	10 175		9 957 966
Equipamento de Transporte	2 017 215		220 603	-89 497	1 707 115
Ferramentas e Utensílios	1 840 533	71 437	261	-55 045	1 856 665
Equipamento Administrativo – Informático	10 958 056	718 710	13 954	276 322	11 939 135
Equipamento Administrativo – resto	3 617 249	130 346	4 235	94 466	3 837 826
Diferenças de Câmbio	8 012 603				8 012 603
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>2 927 429 042</b>	<b>1 027 206</b>	<b>251 522</b>	<b>125 183 365</b>	<b>3 053 388 091</b>
Imobilizado em Regime de <i>Leasing</i>					
Equipamento de Transporte	1 497 175	418 974	202 115		1 714 033
<b>Subtotal (2.2)</b>	<b>1 497 175</b>	<b>418 974</b>	<b>202 115</b>		<b>1 714 033</b>
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>					
Edifícios e Outras Construções	590 020	28 222		-124 853	493 390
Equipamento Básico	73 241 053	134 353 391		-134 108 100	73 486 343
Transporte de Electricidade	67 956 006	130 084 868		-134 471 520	63 569 353
Subestações	28 261 921	53 596 700		-53 651 747	28 206 875
Linhas	39 694 084	76 488 168		-80 819 774	35 362 478
Gestão do Sistema	802 052	164 523			966 574
Equipamentos Acessórios	4 482 995	4 104 001		363 420	8 950 416
Estudos e Projectos	602 458	1 253 426		-910 769	945 115
Sistemas Informáticos	602 458	1 253 426		-910 769	945 115
<b>Subtotal (2.3)</b>	<b>74 433 531</b>	<b>135 635 040</b>		<b>-135 143 722</b>	<b>74 924 848</b>
<b>Total (2)</b>	<b>3 003 359 748</b>	<b>137 081 219</b>	<b>453 637</b>	<b>-9 960 357</b>	<b>3 130 026 972</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
RENTELECOM – Comunicações S.A.	121 542	52 005			173 547
OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia, S.A.	998 818	272 783			1 271 601
GALP Energia, SGPS, S.A.	420 901 746				420 901 746
<b>Total (3)</b>	<b>422 022 105</b>	<b>324 789</b>			<b>422 346 894</b>
<b>Total Geral</b>	<b>3 425 500 435</b>	<b>137 406 008</b>	<b>453 637</b>	<b>-9 960 357</b>	<b>3 552 492 447</b>

**b) Amortizações**

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Reclass., transf. e abates	Saldo final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
Despesas de instalação	31 790				31 790
Propriedade industrial e outros direitos	4 495	1 740			6 235
<b>Total (1)</b>	<b>36 285</b>	<b>1 740</b>			<b>38 025</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
Edifícios e Outras Construções	16 909 513	924 731		-11 501	17 822 743
Equipamento Básico	1 548 069 791	74 244 451	10 997	-8 902 706	1 613 400 541
Equipamento Técnico Especifico	1 538 112 142	74 242 840	822	-8 902 706	1 603 451 455
Terrenos de Centros Electroprodutores	479 094 176	15 700 522		-588 840	494 205 858
Transporte de Electricidade	940 548 038	50 437 475	822	-7 879 007	983 105 683
Subestações	488 770 571	27 468 721	822	-7 885 969	508 352 500
Linhas	450 081 185	22 845 223		6 962	472 933 369
Equipamentos diversos	1 696 282	123 531			1 819 813
Gestão do Sistema	34 225 093	2 038 156			36 263 249
Equipamentos Acessórios	84 244 836	6 066 688		-434 859	89 876 665
Outro Equipamento Básico	9 957 650	1 611	10 175		9 949 086
Equipamento de Transporte	1 478 923	249 515	217 611	-89 497	1 421 330
Ferramentas e Utensílios	1 417 597	143 546	261	-50 412	1 510 471
Equipamento Administrativo – Informático	6 896 212	2 174 178	13 914	-629 515	8 426 962
Equipamento Administrativo – resto	3 053 337	170 673	3 681	-12 903	3 207 426
Diferenças de Câmbio	2 798 220	266 888			3 065 108
<b>Subtotal ( 2.1)</b>	<b>1 580 623 593</b>	<b>78 173 983</b>	<b>246 464</b>	<b>-9 696 533</b>	<b>1 648 854 580</b>
<b>IMOBILIZADO EM REGIME DE LEASING</b>					
Equipamento de Transporte	373 957	305 890	125 471		554 375
<b>Subtotal ( 2.2)</b>	<b>373 957</b>	<b>305 890</b>	<b>125 471</b>		<b>554 375</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1 581 033 837</b>	<b>78 481 612</b>	<b>371 935</b>	<b>-9 696 533</b>	<b>1 649 446 981</b>

**11 – Capitalização dos Custos Financeiros**

De acordo com os critérios definidos na nota 03.e), foram capitalizados no exercício, em imobilizações em curso, juros de financiamento no montante de 2 588 145 euros.

**12 – Reavaliação das Imobilizações Corpóreas**

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 430/78	Decreto-Lei n.º 171/85	Decreto-Lei n.º 7/91
Decreto-Lei n.º 399-G/81	Decreto-Lei n.º 118-B/86	Decreto-Lei n.º 49/91
Decreto-Lei n.º 219/82	Decreto-Lei n.º 111/88	Decreto-Lei n.º 264/92

Em consequência da cisão da EDP – e da criação da REN – e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

### 13 – Quadro Discriminativo das Reavaliações do Imobilizado

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos é apresentada no quadro seguinte:

Imobilizações	Custos históricos	Reavaliações	valores líquidos
			Valores contabilísticos reavaliados em 31-12-2004
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	169 533	1 304 287	1 473 820
Edifícios e outras construções	4 731 901	2 331 179	7 063 080
Equipamento básico	987 570 961	398 703 603	1 386 274 564
Equipamento de transporte	1 445 443		1 445 443
Ferramentas e utensílios	346 194		346 194
Equipamento administrativo (excepto informática)	630 400		630 400
Equipamento de informática	3 512 173		3 512 173
Diferenças de câmbio	4 947 495		4 947 495
<b>Total</b>	<b>1 003 354 100</b>	<b>402 339 069</b>	<b>1 405 693 169</b>



## 14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos) as imobilizações corpóreas, incluindo as imobilizações em curso, apresentam-se da seguinte forma:

Rubricas	2004	2003
Afectas ao Transporte de Energia Eléctrica		
Subestações	497 434 197	471 433 998
Linhas	456 474 610	406 891 131
Acessórias	55 958 903	53 869 085
Outros	1 065 109	1 194 035
Afectas à Gestão Global do Sistema		
Gestor do Sistema (Despacho)	6 396 820	7 164 825
Sistema Informação do Mercado de Energia	4 943 470	6 033 698
Afectas à Aquisição de Energia Eléctrica		
Centrais Térmicas	6 993 467	7 928 295
Centrais Hídricas	430 485 452	445 218 338
Imobilizado Não Específico	20 865 989	22 628 790
<b>Total</b>	<b>1 480 618 017</b>	<b>1 422 362 195</b>

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício:

Rubricas	2004	2003
Subestações	1 021 313	1 395 906
Linhas	1 359 409	1 450 601
Telecomunicações	156 270	72 630
Gestor do Sistema	22 938	15 411
Outros	28 215	26 229
<b>Total</b>	<b>2 588 145</b>	<b>2 960 777</b>

## 15 – Imobilizações Corpóreas em Regime de Locação Financeira

São os seguintes os bens utilizados no regime de locação financeira:

Equipamento de Transporte	2004	2003
Valor bruto	1 714 033	1 497 175
Amortizações acumuladas	554 375	373 957
<b>Valor líquido</b>	<b>1 159 658</b>	<b>1 123 218</b>

## 16 – Investimentos Financeiros

Empresas do Grupo:

Firma e sede	Capital detido %	Capital próprio	Resultado do exercício	
			Ano	Valor
RENTELECOM – Comunicações, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 – Lisboa	100,0	173 546	2004	52 005
OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 – Lisboa	90,0	1 412 890	2004	(3 129 187)

Os investimentos financeiros em partes de capital em empresas do Grupo estão contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Em outras empresas:

Firma e sede	Capital detido	
	%	Valor aquisição
GALP Energia SGPS, S.A. Rua Tomás da Fonseca, Torre C – Lisboa	18,3	420 901 746

A REN não elaborou demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de considerar não ser materialmente relevante o movimento das contas da RENTELECOM e OMIP no exercício de 2004 e, portanto, a sua exclusão não alterar de modo significativo a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Grupo REN.

## 23 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Designação	2004	2003
Clientes de cobrança duvidosa	504 605	
Outros devedores de cobrança duvidosa	880 443	52 757
<b>Total</b>	<b>1 385 048</b>	<b>52 757</b>





## 25 – Dívidas de e ao Pessoal

O valor das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da Empresa é o seguinte:

Designação	2004	2003
Valor a receber – (Abonos para deslocações, empréstimos EUP e adiantamentos)	17 200	24 176
Valor a pagar – (Remunerações)	694	

## 29 – Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

A dívida a instituições de crédito, em 2004, respeita ao saldo do empréstimo sindicado no mercado internacional, pelo prazo de sete anos, no montante total de 350 000 000 euros e ao valor utilizado do Programa de Papel Comercial cujo contrato tem a validade de 2 anos.

Rubricas	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Instituições de crédito	578 833 333		578 833 333

## 31 – Compromissos Financeiros

### Aquisição de imobilizado

Os compromissos contratuais para a aquisição de imobilizado são, à data do Balanço, de 79 489 mil euros.

### Financiamento contratado

A REN é subscritora de três programas de papel comercial no valor global de 930 000 000 euros, estando utilizados 920 500 000 de euros em 31-12-2004.

### Pensões de reforma e assistência médica

A Empresa concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no activo, um plano de assistência médica.

Para cobertura dos complementos de pensões, a REN contribui para um Fundo de Pensões Autónomo, mantido conjuntamente com o Grupo EDP, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos, que se forem vencendo em cada um dos exercícios.

As suas responsabilidades referentes à assistência médica não se encontram fundeadas, estando cobertas por provisão específica.

Ambos os planos são contabilizados de acordo com as normas do IAS 19 reconhecendo-se as perdas e ganhos actuariais pelo método do corredor.

Os trabalhadores que satisfaçam determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas e que optem por passar à situação de reforma antecipada, assim como aqueles que acordem com a Empresa a passagem à pré-reforma, são igualmente incluídos nos planos.

As responsabilidades e os correspondentes custos anuais são determinados através de cálculos actuariais anuais, utilizando o método de crédito da unidade projectada, por actuário independente, baseados em pressupostos que reflectem as condições demográficas da população coberta pelo plano e as condições económicas e financeiras prevaletentes no momento dos cálculos. A tábua de mortalidade TV 73/77, que foi utilizada nos anos anteriores, foi este ano substituída pela TV 88/90.

No exercício foram reconhecidos os seguintes custos operacionais:

- com Pensões 2 299 mil euros
- com Actos Médicos 1 584 mil euros

#### a) Benefícios de reforma

As tabelas seguintes decompõem as variações ocorridas nas responsabilidades e nos activos do Fundo de Pensões:

Descrição	Variação das responsabilidades	
	2004	2003
Responsabilidade no início do período	42 733	48 042
Custo de serviço e juro	2 645	3 114
(Ganhos)/Perdas actuariais	7 578	(2 768)
Benefícios pagos	(5 289)	(5 655)
Responsabilidades no fim do período	47 667	42 733



### Variação nos activos do fundo

Descrição	mil euros	
	2004	2003
Justo valor dos activos no início do período	30 669	28 408
Retorno dos activos	1 710	1 805
Ganhos/(Perdas) actuariais	(449)	(914)
Benefícios pagos	(1 424)	(1 410)
Contribuições da REN	2 299	2 780
Justo valor dos activos no fim do período	32 805	30 669

### Insuficiência na cobertura do fundo

Descrição	mil euros	
	2004	2003
No início do período	12 064	19 634
No final do período	14 862	12 064

### Perdas actuariais e custo de serviços passados não reconhecidos

Descrição	mil euros	
	2004	2003
No início do período	29 345	32 670
Amortização	(1 363)	(1 471)
(Ganhos)/Perdas – responsabilidades	7 579	(2 768)
Ganhos/(Perdas) dos activos	448	914
No fim do período	36 009	29 345

### Valores reconhecidos no activo

Descrição	mil euros
	2004
No início do período	17 282
No fim do período	21 147

Foi efectuado este ano, de acordo com o IAS 19, o reconhecimento no Balanço de um activo no montante de 21 146 666 euros, dos quais 17 282 000 euros por contrapartida de Resultados Transitados.

**b) Cuidados médicos**

As tabelas seguintes decompõem as variações ocorridas nas responsabilidades:

**Variação das responsabilidades**

Descrição	mil euros	
	2004	2003
Responsabilidades no início do período	25 131	21 990
Custo de serviço e juro	1 798	1 611
Benefícios pagos	(682)	(942)
(Ganhos)/Perdas actuariais	6 300	2 472
Responsabilidades no fim do período	32 547	25 131

**Perdas actuariais não reconhecidas**

Descrição	mil euros	
	2004	2003
No início do período	9 368	7 254
Amortização	(468)	(358)
(Ganhos)/Perdas dos activos	6 300	2 472
No fim do período	15 200	9 368

**Responsabilidades registadas nas contas (passivo)**

Descrição	mil euros	
	2004	2003
No início do período	15 763	14 736
No fim do período	17 347	15 763

**c) Principais pressupostos utilizados nos estudos actuariais reportados a 31 de Dezembro de 2003 e 2004**

	2004	2003
- Taxa anual de desconto	4,70%	5,70%
- Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada	10,00%	10,00%
- Taxa anual de crescimento dos salários	3,30%	3,30%
- Taxa anual de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
- Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	2,00%	2,00%
- Taxa de inflação	2,00%	2,00%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde (durante 8 anos)	4,50%	4,50%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde (após o período de 8 anos)	4,00%	4,00%
- Taxa de rendimento	5,70%	5,70%
- Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 73/77

### 32 – Responsabilidades Contingentes

Existiam, à data de 31-12-2004, processos judiciais e reclamações em curso que ascendiam ao montante global de 3 200 243 euros.

Existia ainda a responsabilidade por garantias prestadas:

- a) Para operações no mercado eléctrico espanhol, no montante de 9 500 000 euros;
- b) À Comunidade Europeia, ao abrigo de contratos de financiamento de investimento, no valor global de 462 705 euros;
- c) À Câmara Municipal de Odivelas, para caução de levantamento de pavimento na instalação de cabo subterrâneo na Linha Alto Mira – Sete Rios, no valor de 112 956 euros;
- d) Para caução, no Tribunal de Viseu, da expropriação de 63 parcelas de terreno, no valor de 205 803 euros.

### 34 – Movimento de Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Provisões para Cobranças Duvidosas	52 757	1 267 773		1 320 530
Provisões para Riscos e Encargos:				
Provisão para Actos Médicos	15 762 967	1 584 345		17 347 312
Provisões para Outros Riscos e Encargos	4 534 000			4 534 000
<b>Total</b>	<b>20 349 724</b>	<b>2 852 118</b>		<b>23 201 842</b>

### 36 – Capital – N.º de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 106 800 000 acções escriturais nominativas de 5 euros cada, encontrando-se totalmente realizado.

**40 – Movimento de Capitais Próprios**

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital	534 000 000			534 000 000
Ajustes de Partes de Capital em Filiais e associadas		389 052		389 052
Reservas:				
Reserva Legal	19 961 700	4 674 447		24 636 147
Reservas Livres	167 971 503	14 275 760		182 247 263
Resultados Transitados	31 986 646	93 488 934	73 719 632	51 755 948
Resultado Líquido do Exercício	93 488 934	69 299 383	93 488 934	69 299 383
<b>Total</b>	<b>847 408 783</b>	<b>182 127 576</b>	<b>167 208 566</b>	<b>862 327 793</b>

a) A Reserva Legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei pelo que, no mínimo, 5% dos lucros a apropriar destinar-se-ão à sua dotação. Em 1994, a dotação efectuada foi de 10%, e nos anos de 1995 a 2003 de 5%. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

b) O movimento, no exercício, dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo inicial		31 986 646
Transferência do Resultado do Exercício de 2003		93 488 934
Por aplicação em:		
Reserva Legal	(4 674 447)	
Reservas Livres	(14 275 760)	
Dividendos	(46 744 467)	
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	(152 632)	
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	(1 581 851)	
Regularização de Impostos Diferidos	(23 572 475)	
Reconhecimento do Activo do Plano de Pensões	17 282 000	(73 719 632)
<b>Saldo final</b>		<b>51 755 948</b>

**41 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas**

Rubricas	Electricidade	Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais		811 813	811 813
Compras e Produções Internas	2 183 374 830	196 914	2 183 571 744
Abate de Existências		(85 051)	(85 051)
Existências Finais		791 424	791 424
<b>Custo do exercício</b>	<b>2 183 374 830</b>	<b>132 252</b>	<b>2 183 507 082</b>

### 43 – Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais foram as seguintes:

	2004	2003
Conselho de Administração	1 086 914	1 091 703
Mesa da Assembleia Geral	2 764	
	1 089 678	1 091 703

### 44 – Vendas e Prestações de Serviços

Os valores evidenciados na Demonstração dos Resultados repartem-se, por actividades e por mercados (interno/externo), da seguinte forma:

Rubricas	2004	2003
a) Vendas	2 460 520 270	2 357 774 034
de Energia Eléctrica	2 460 520 270	2 357 774 034
Mercado Interno	2 414 649 199	2 265 353 001
Mercado Externo	45 871 071	92 421 033
b) Prestações de Serviços - Mercado Interno	2 062 156	1 813 220
de Electricidade	1 248 509	1 067 400
da Rede de Telecomunicações de Segurança	682 017	686 314
de Outros	131 630	59 506
<b>Total</b>	<b>2 462 582 426</b>	<b>2 359 587 254</b>

### 45 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	2004	2003	Proveitos e Ganhos	2004	2003
Juros Suportados	25 822 845	17 106 627	Juros Obtidos	85 361	43 463
Perdas em Empresas do Grupo	2 816 269	1 182	Ganhos em Empresas do Grupo	52 005	18 270
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	1 693	393	Rendimento de Imóveis	351 041	403 637
Outros Custos e Perdas Financeiras	1 370 636	801 512	Diferenças de Câmbio Favoráveis	4 553	2 804
			Descontos Pronto Pagam. Obtidos	5 337	651
			Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	100	1 452
			Resultados Financeiros	29 513 046	17 439 437
<b>Total</b>	<b>30 011 443</b>	<b>17 909 714</b>	<b>Total</b>	<b>30 011 443</b>	<b>17 909 714</b>

**46 – Demonstração dos Resultados Extraordinários**

Custos e Perdas	2004	2003	Proveitos e Ganhos	2004	2003
Donativos	747 075	599 137	Ganhos em Existências		4
Perdas em Existências	85 051	8 204	Ganhos em Imobilizações	21 217	38 112
Perdas em Imobilizações	188 857	49 220	Benefícios de Penalidades Contratuais		11 204
Multas e Penalidades	2 082	125	Reduções de Amortizações e Provisões		265 960
Aumento de Amortizações	22 309		Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	1 549 073	1 213 027
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	377 897	504 892	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	5 302 293	4 474 011
Outros Custos e Perdas Extraordinários	735 028	1 292 143			
Resultados Extraordinários	4 714 284	3 548 597			
<b>Total</b>	<b>6 872 583</b>	<b>6 002 318</b>	<b>Total</b>	<b>6 872 583</b>	<b>6 002 318</b>

**a) A rubrica de Outros Custos e Perdas Extraordinários inclui os seguintes valores:**

Designação	2004	2003
Desmontagem de linhas	645 959	
Desmantelamento de centros electroprodutores	87 579	225 878
Insuficiência de estimativa de imposto nos anos de 1996 a 2001		1 066 214
Outros	1 490	51
<b>Total</b>	<b>735 028</b>	<b>1 292 143</b>

**b) A rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários inclui os seguintes montantes:**

Designação	2004	2003
Subsídios para investimento	3 603 030	3 835 552
Excesso de estimativa para impostos	1 285 440	
Indemnização por sinistros em instalações		529 265
Venda de sucatas	413 823	109 194
<b>Total</b>	<b>5 302 293</b>	<b>4 474 011</b>





## 48 – Outras Informações

### a) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

#### Acréscimos de Proveitos

Rubricas	2004	2003
Diferença tarifária – 2002		16 329 940
Diferença tarifária – 2003	11 856 890	240 443 989
Diferença tarifária – 2004	411 154 619	
Plano de pensões	21 146 666	
Outros acréscimos de proveitos (energia e serviços fornecidos e não facturados no exercício)	5 336 634	7 324 590
<b>Total</b>	<b>449 494 809</b>	<b>264 098 519</b>

#### Custos Diferidos

Rubricas	2004	2003
Impostos diferidos activos	28 715 750	6 499 039
Reparações e beneficiações do imobilizado	2 578 817	3 209 139
Juros de empréstimos	789 622	353 769
Outros custos diferidos (rendas, alugueres, assinaturas, quotizações)	215 060	2 010
<b>Total</b>	<b>32 299 249</b>	<b>10 063 957</b>

i) Os movimentos na rubrica reparações e beneficiações de imobilizado foram os seguintes:

Designação	2004	2003
Saldo inicial	3 209 139	2 485 507
Acréscimos do exercício	188 355	1 441 868
Transferências para resultados	(818 677)	(718 236)
<b>Total</b>	<b>2 578 817</b>	<b>3 209 139</b>

#### Acréscimos de Custos

Rubricas	2004	2003
Férias e subsídios de férias	3 083 729	2 975 181
Diferença tarifária – excesso de proveitos na tarifa TEE		9 750 018
Juros e encargos a liquidar	876 782	1 005 627
Outros acréscimos de custos	59 046 235	40 933 460
<b>Total</b>	<b>63 006 746</b>	<b>54 664 286</b>

a1) Na rubrica Outros Acréscimos de Custos destacam-se, em 2004, as aquisições de electricidade à Tejo Energia (21 499 418 euros), à Turbogás (28 324 177 euros), à Transgás (-3 596 133 euros), à OMEL – Operador do Mercado Espanhol (4 448 801 euros), à Endesa (422 523 euros), à Energiekontor (378 861 euros) e outros acordos do SENV (21 204 euros), referentes ao mês de Dezembro e ainda não facturados. Estão também incluídos nesta conta os montantes de 440 087 euros e 213 742 euros respeitantes a facturação a emitir pela TXU e pela ENRON (ambas em processo de falência), bem como facturação do ano de 2004 a emitir pelo Aproveitamento do Alqueva (6 313 551 euros) e os custos da tarifa transfronteiriça (CBT) de Novembro e Dezembro (442 082 euros) e bens e serviços já fornecidos e ainda não facturados no valor de 137 922 euros.

#### Proveitos Diferidos

Rubricas	2004	2003
Subsídios para investimento	79 339 313	76 675 050
Direitos de superfície da Central a gás da Tapada do Outeiro	1 982 997	2 076 106
Benefícios de potência térmica	4 613 881	5 112 679
Impostos diferidos	166 264 007	95 941 722
<b>Total</b>	<b>252 200 198</b>	<b>179 805 557</b>

i) As rubricas de Subsídios para Investimento, de Direitos de Superfície e de Benefícios de Potência Térmica apresentam os saldos acumulados dos valores recebidos, deduzidos das amortizações anuais.

#### b) Outros Devedores e Outros Credores – curto prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Outros Devedores	2004	2003
Adiantamentos ao pessoal	16 506	24 176
Consultores, assessores e intermediários	499	499
Operações diversas com terceiros	8 060 558	8 925 491
<b>Total</b>	<b>8 077 563</b>	<b>8 950 166</b>

Outros Credores	2004	2003
Sindicatos	5 379	5 439
Credores diversos	7 743 723	8 290 362
Credores por subscrição não liberada		155 240 347
<b>Total</b>	<b>7 749 102</b>	<b>163 536 148</b>



### c) Trabalhos para a própria empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

Rubricas	2004	2003
Consumos de materiais	10 190	1 125
Encargos directos internos...(nota 03.f)	6 624 945	5 993 742
Encargos de estrutura.....(nota 03.f)	2 365 860	2 701 845
Encargos financeiros.....(nota 03.e)	2 588 145	2 960 777
Obras de conservação diferida	188 355	1 157 140
<b>Total</b>	<b>11 777 495</b>	<b>12 814 629</b>

### d) Estado e outros entes públicos

Decomposição dos valores evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

	2004	2003
<b>Saldos Credores</b>	<b>826 492</b>	<b>15 880 378</b>
IRC		15 062 559
Retenção de impostos sobre o rendimento	357 078	345 329
Imposto de selo	15	35
Contribuições para a Segurança Social	469 399	472 455
<b>Saldos Devedores</b>	<b>30 051 900</b>	<b>9 502 303</b>
IVA	22 367 777	9 502 303
IRC	7 684 123	

### e) Outros Devedores e Outros Credores – médio e longo prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Designação	2004	2003
<b>Outros Devedores</b>		
Cauções prestadas de serviços médicos – SÁVIDA	155 297	155 297
<b>Total</b>	<b>155 297</b>	<b>155 297</b>
<b>Outros Credores</b>		
Cauções recebidas	990 000	
<b>Total</b>	<b>990 000</b>	

**f) Inventário de participações financeiras**

Empresas do Grupo	Quantidade	Valor Nominal	Valor Unitário ajustado	Valor	% de capital detido
RENTELECOM – Comunicações, S.A.	20 000	5	8,6773	173 546	100
OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A.	222 222	10	5,7222	1 271 601	90
Outras empresas	Quantidade	Valor Unitário		Valor de Aquisição	% de capital detido
GALP Energia, SGPS, S.A.	30 350 573	13,868	-	420 901 746	18,3

**g) Relações com os accionistas no exercício**

No 1.º semestre de 2004, a linha de crédito contratada com a Caixa Geral de Depósitos foi reduzida de 326 milhões de euros para 60 milhões de euros. Em 31-12-2004 esta linha de crédito não tinha utilizações.

Foi reformulado o contrato com a Caixa Geral de Depósitos de um programa de papel comercial de 110 milhões de euros para 530 milhões de euros.

Foi pago à Caixa Geral de Depósitos, em 8 de Janeiro, o montante de 155 240 347 euros, correspondente à dívida existente em " Credores por subscrições não liberadas".

**DEPARTAMENTO FINANCEIRO**

*O Técnico de Contas*  
Maria Teresa Martins  
*O Responsável*  
António de Sousa Martins

**DIVISÃO FINANCEIRA  
E PATRIMÓNIO**

*O Director*  
Manuel Maria Cunha Coelho da Silva

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

José Rodrigues Pereira dos Penedos – *Presidente*  
Victor Manuel da Costa Antunes Machado Baptista  
Aníbal Durães dos Santos  
Henrique Joaquim Gomes  
Paulo José Jubilado Soares de Pinho







## Documentos de Apreciação e Certificação

# 125

Certificação Legal das Contas	126
Relatório e Parecer do Fiscal Único	128
Relatório de Auditoria	129
Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas da REN, S.A.	130

## Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de balanço de €2 635 537 323 e um total de capital próprio de €862 327 793, incluindo um resultado líquido de €69 299 383), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



**Opinião**

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam, de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., em 31 de Dezembro de 2004, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 15 de Março de 2005

Luís Borges de Assunção  
(Revisor Oficial de Contas n.º 114)

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Fiscal Único da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., emitir os seus Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas elaborados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2004.

No desempenho das suas funções, o Fiscal Único acompanhou a gestão e o funcionamento da Empresa, com o detalhe considerado conveniente, nomeadamente através da apreciação das Actas do Conselho de Administração, com quem reuniu diversas vezes, bem como pelos contactos regulares mantidos com membros do mesmo Conselho e responsáveis por Departamentos da Empresa.

O Fiscal Único manifesta o seu reconhecimento pela disponibilidade e total abertura que sempre caracterizaram os referidos contactos.

Emitimos a Certificação Legal das Contas, nesta data.

Da análise dos documentos elaborados pelo Conselho de Administração, que incluem o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, o Fiscal Único conclui que reflectem com exactidão a situação económica e financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2004; merecendo igualmente a sua concordância os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos adoptados.

Nestes termos, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

1. O Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de dois mil e quatro apresentados pelo Conselho de Administração;
2. A proposta de aplicação dos resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 15 de Março de 2005

O Fiscal Único

Luís Borges de Assunção  
(Revisor Oficial de Contas n.º 114)

### Aos accionistas da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.

1. Efectuámos a auditoria ao Balanço da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2004, bem como às Demonstrações dos resultados por natureza e por funções do exercício findo naquela data e ao respectivo Anexo e à Demonstração dos fluxos de caixa. Estas Demonstrações Financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.
2. A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas Demonstrações Financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da apresentação das Demonstrações Financeiras. Em nosso entender, a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. a 31 de Dezembro de 2004, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
4. De salientar que a Empresa, no âmbito da aplicação do critério contabilístico dos desvios tarifários, tem vindo a considerar que todos os terrenos afectos aos sítios de geração tiveram, até 31 de Dezembro de 2004, remuneração concomitante com o rendimento que os mesmos capitais teriam em outra aplicação financeira. A portaria 96/2004 de 23 de Janeiro e o Decreto-Lei 153/2004 de 30 de Junho estabeleceram os critérios a utilizar na recuperação por parte da empresa dos montantes incluídos nas demonstrações financeiras, designadamente na nota 48 do Anexo na rubrica de Acréscimos de proveitos.

Lisboa, 2 de Março de 2005

**Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC, Lda.**  
representada por:

Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, R.O.C

## Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas da REN, S.A.

### Acta n.º 1/2005

"... O presidente da mesa submeteu, de seguida, à votação a proposta do accionista Estado, referente ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade dos votos dos accionistas, a qual é do seguinte teor:

- Para Reserva Legal, €3 464 969 (três milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil novecentos e sessenta e nove euros).
- Para Outras Reservas, €10 582 016 (dez milhões quinhentos e oitenta e dois mil e dezasseis euros).
- Para Dividendos, €46 700 000 (quarenta e seis milhões e setecentos mil euros).
- Para Resultados Transitados, €8 552 398 (oito milhões quinhentos e cinquenta e dois mil trezentos e noventa e oito euros).

Da verba referente à conta de Resultados Transitados, propõe-se a distribuição de resultados a trabalhadores, no montante de €1 581 851 (um milhão quinhentos e oitenta e um mil oitocentos e cinquenta e um euros).

... tendo sido entregue uma proposta, subscrita pelos representantes de todos os accionistas, de voto de louvor e de confiança ao Conselho de Administração e a cada um dos seus membros, bem como ao fiscal único. Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade."







Anexo Estatístico

**133**

Alguns Diplomas Relativos ao Sector Energético Publicados em 2004	134
Principais Indicadores Económico-Financeiros	136
Evolução dos Investimentos Anuais a Preços Correntes	137
Alguns Indicadores do Sistema Eléctrico Nacional	138
Chave de Siglas e Unidades	139

**Alguns Diplomas Relativos ao Sector Energético Publicados em 2004****Despacho n.º 301-A/2004 (2.ª série), DR 5 Série II, Suplemento de 07 de Janeiro.**

Aprova a minuta tipo dos contratos de garantia de abastecimento a celebrar entre a entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT) e os agentes de ofertas que recorram às interligações.

**Portaria n.º 96/2004, DR 19 Série I-B de 23 de Janeiro.** Determina que os titulares de licenças vinculadas de produção, associadas a centros produtores hidroeléctricos ou termoeléctricos, devem proceder à aquisição ou arrendamento à entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT) dos terrenos que constituem o sítio a eles afecto.

**Decreto-Lei n.º 36/2004, DR 48 Série I-A de 26 de Fevereiro.** Estabelece o alargamento do conceito de elegibilidade aplicável aos consumidores de energia eléctrica.

**Decreto-Lei n.º 71/2004, DR 72 Série I-A de 25 de Março.** Altera o Decreto-Lei n.º 10/2001, de 23 de Janeiro, que estabelece as disposições aplicáveis à constituição e à manutenção das reservas de segurança em território nacional de produtos de petróleo.

**Resolução da Assembleia da República n.º 33-A/2004, DR 93 Série I-A, Suplemento de 20 de Abril.** Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Constituição de um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Lisboa em 20 de Janeiro de 2004.

**Decreto do Presidente da República n.º 19-B/2004, DR 93 Série I-A, 1º Suplemento de 20 de Abril.** Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Constituição de Um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Lisboa em 20 de Janeiro de 2004.

**Despacho n.º 8039/2004 (2.ª série), DR 95 Série II de 22 de Abril.** Criação de um grupo de trabalho, na dependência do Ministro da Economia, com o objectivo de concretizar uma proposta de lei de bases e estrutura regulamentar do subsector do gás natural.

**Despacho n.º 12524-B/2004 (2.ª série), DR 148 Série II, Suplemento de 25 de Maio.** Alterações ao Manual de Procedimentos do Gestor de Ofertas, previsto no Regulamento de Relações Comerciais, aprovado pela ERSE através do seu despacho n.º 13 700-D/2002.

**Decreto-Lei n.º 153/2004, DR 152 Série I-A de 30 de Junho.** Estabelece a forma de titulação da propriedade e da posse, a favor da REN – Rede Eléctrica Nacional, S. A., dos terrenos correspondentes ao sítio dos centros electroprodutores, hidro e termoeléctricos, definidos nas plantas anexas ao Decreto-Lei n.º 198/2003, de 2 de Setembro.

**Despacho conjunto n.º 408/2004, DR 154 Série II de 02 de Julho.** Determina a aprovação do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) e a sua notificação imediata à Comissão Europeia e aos restantes Estados Membros, nos termos da Directiva n.º 2003/87/CE.

**Portaria n.º 927/2004 (1.ª série-B), DR 175 Série I-B de 27 de Julho.** Autoriza a Sociedade OMI-Clear a actuar como câmara de compensação de operações a prazo.





**Portaria n.º 945/2004 (1.ª série-B), DR 176 Série I-B de 28 de Julho.** Autoriza a constituição do mercado de operações a prazo sobre energia eléctrica, gerido pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S. A., e define as entidades que aí podem actuar como membros.

**Despacho n.º 16379-A/2004 (2.ª série), DR 189 Série II, Suplemento de 12 de Agosto.** Adita ao Regulamento Tarifário, alterado e republicado pelo despacho n.º 9499-A/2003 (2.ª série), publicado no suplemento ao Diário da República, 2.ª série, de 14 de Maio de 2003, o artigo 165.º- A "Período transitório de regulação".

**Decreto-Lei n.º 192/2004, DR 193 Série I-A de 17 de Agosto.** Estabelece as disposições aplicáveis à extensão da elegibilidade aos consumidores de energia eléctrica em baixa tensão normal (BTN).

**Despacho conjunto n.º 592/2004, DR 233 Série II de 02 de Outubro.** Reconhece a existência de razões imperativas de interesse público na implementação do aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor.

**Despacho conjunto n.º 622/2004, DR 249 Série II de 22 de Outubro.** Reconhece o interesse público da obra de construção do ramal entre a linha Caniçada-Riba de Ave 1 e o posto de Corte de Venda Nova 2 a 150 kV, nos municípios de Vieira do Minho e Montalegre.

**Lei n.º 52/2004, DR 255 Série I-A de 29 de Outubro.** Autoriza o Governo a legislar no sentido da definição de medidas indemnizatórias pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia eléctrica (CAE) celebrados entre a entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT) e as entidades titulares de licenças vinculadas de produção de energia.

**Despacho conjunto n.º 627/2004, DR 250 Série II de 23 de Novembro.** Reconhece o interesse público da construção da linha Santarém-Zêzere a 220 kV, sujeito ao cumprimento dos condicionamentos acima referidos bem como das medidas de minimização, constantes na DIA, que se publicam em anexo e fazem parte integrante do presente despacho.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/2004, DR 280 Série I-B de 29 de Novembro.** Aprova o Programa de Actuação para Reduzir a Dependência de Portugal face ao Petróleo.

**Portaria n.º 1458/2004, DR 287 Série I-B de 09 de Dezembro.** Fixa a remuneração da Central Hidroeléctrica de Alqueva, bem como o seu funcionamento e exploração.

**Decreto-Lei n.º 233/2004, DR 291 Série I-A de 14 de Dezembro.** Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro, relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, na Comunidade Europeia.

**Despacho n.º 26 126-A/2004 (2.ª série), DR 293 Série II, Suplemento de 16 de Dezembro.** Define e fixa parâmetros, tarifas e preços para a energia eléctrica e outros serviços em 2005.

**Decreto-Lei n.º 240/2004, DR 301 Série I-A de 27 de Dezembro.** No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 52/2004, de 29 de Outubro, procede à definição das condições da cessação dos contratos de aquisição de energia (CAE) e à criação de medidas compensatórias relativamente à posição de cada um dos contraentes naqueles contratos.

**Principais Indicadores Económico-Financeiros**

**Alguns Indicadores Relevantes**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>De situação financeira</b>						
Solvabilidade Total <i>Activo/Passivo</i>	3,4	2,2	1,6	1,6	1,6	1,5
Autonomia Financeira <i>Capital Próprio/Activo (%)</i>	71,0	54,2	38,1	39,0	38,1	34,4
Estrutura Financeira <i>Passivo Financeiro/Capital Próprio (%)</i>	11,7	43,4	97,6	91,6	94,2	121,0
Grau de endividamento <i>Passivo/Capital Próprio</i>	0,4	0,8	1,6	1,6	1,6	1,9
Liquidez Geral <i>Capitais Circ./Passivo Curto P. (%)</i>	94,8	59,0	55,0	72,4	57,4	44,1
Cobertura do Imobilizado <i>Capitais Permanentes/Activo Fixo (%)</i>	99,2	96,3	93,6	92,5	78,1	78,1
Capacidade de Autofinanciamento <i>Cash flow/Investimentos C. Técnicos</i>	2,6	3,0	1,7	1,5	1,5	1,1
Cobertura de Investimento <i>EBITDA/Investimento Corpóreo</i>	3,2	3,7	2,4	2,0	1,7	1,4
Cobertura de Encargos Financeiros <i>EBITDA/Encargos Financeiros</i>	34,1	14,4	5,0	7,3	11,5	7,3
Desvios Tarifários/Capitais Circulantes (%)		34,6	73,8	62,0	53,0	74,2
<b>De rentabilidade</b>						
Rentabilidade dos Capitais Próprios <i>Resultados Líquidos/Capitais Próprios (%)</i>	5,4	6,5	6,1	8,5	11,4	8,1
Rentabilidade Económica <i>Resultado Operacional/Activo (%)</i>	5,8	5,7	5,1	5,9	6,0	4,8
<b>Outros indicadores</b>						
V.A.B. <i>per capita</i> (milhares de euros)						
V.A.B./N.º <i>Médio Efectivos</i>	291	324	343	385	419	404

## Evolução dos Investimentos Anuais a Preços Correntes

Ano	Milhões de Euros			Composição (%)	
	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Custos Totais	Custos Técnicos	Encargos Financeiros
1994	55,3	5,7	60,9	90,7	9,3
1995	58,0	9,4	67,4	86,1	13,9
1996	62,3	4,1	66,4	93,8	6,2
1997	54,0	3,7	57,6	93,6	6,4
1998	41,2	3,3	44,6	92,5	7,5
1999	49,2	2,2	51,4	95,7	4,3
2000	43,4	2,3	45,7	94,9	5,1
2001	67,4	3,4	70,7	95,3	4,7
2002	95,6	4,1	99,7	95,9	4,1
2003	115,3	3,0	118,3	97,5	2,5
<b>2004</b>	134,5	2,6	137,1	98,1	1,9

Alguns Indicadores do Sistema Eléctrico Nacional

		2000	2001	2002	2003	2004	Evolução (2003/2004)
<b>Produção Hidráulica</b>	<b>GWh</b>	<b>10 847</b>	<b>13 394</b>	<b>7 261</b>	<b>14 670</b>	<b>9 216</b>	<b>-37%</b>
Centrais SEP	"	10 229	12 607	6 764	13 965	8 818	-37%
Centrais SENV (EDP)	"	618	787	497	705	398	-44%
<b>Produção Térmica</b>	<b>GWh</b>	<b>24 264</b>	<b>24 313</b>	<b>29 357</b>	<b>22 394</b>	<b>25 749</b>	<b>15%</b>
Centrais SEP	"	24 264	24 313	29 357	22 190	22 331	1%
Centrais SENV	"	-	-	-	204	3 418	1 575%
<b>Produção Total</b>	<b>GWh</b>	<b>35 111</b>	<b>37 707</b>	<b>36 618</b>	<b>37 064</b>	<b>34 965</b>	<b>-6%</b>
<b>Trocas com o estrangeiro (Saldo)</b>	<b>GWh</b>	<b>917</b>	<b>239</b>	<b>1 899</b>	<b>2 794</b>	<b>6 480</b>	<b>132%</b>
<b>Produção em Regime Especial</b>	<b>GWh</b>	<b>2 460</b>	<b>2 554</b>	<b>2 820</b>	<b>3 688</b>	<b>4 463</b>	<b>21%</b>
<b>Consumo em bombagem hidroeléctrica</b>	<b>GWh</b>	<b>558</b>	<b>485</b>	<b>670</b>	<b>485</b>	<b>408</b>	<b>-16%</b>
<b>Consumo total</b>	<b>GWh</b>	<b>37 930</b>	<b>40 015</b>	<b>40 667</b>	<b>43 061</b>	<b>45 500</b>	<b>6%</b>
Evolução anual		6,0%	5,5%	1,6%	5,9%	5,7%	
Evolução corr. temp. e dias úteis		5,4%	5,6%	2,6%	4,3%	4,5%	
<b>Ponta Máxima</b>							
Rede Produção e Transporte	MW	6 403	7 057	6 619	7 310	7 453	2%
	dia/mês	25-Jan	17-Dez	1-Set	15-Jan	9-Dez	
Rede Pública total	MW	6 890	7 466	7 394	8 046	8 246	2%
	dia/mês	25-Jan	17-Dez	12-Dez	15-Jan	9-Dez	
<b>Potência instalada SEP+SENV</b>	<b>MW</b>	<b>9 039</b>	<b>9 069</b>	<b>9 012</b>	<b>9 392</b>	<b>9 893</b>	<b>5%</b>
Hidráulica	"	4 184	4 214	4 157	4 277	4 386	3%
Térmica	"	4 855	4 855	4 855	5 115	5 507	8%
<b>Potência instalada PRE</b>	<b>"</b>	<b>908</b>	<b>977</b>	<b>1 168</b>	<b>1 406</b>	<b>1 838</b>	<b>31%</b>
<b>Coefficiente de produtividade hidroeléctrica</b>							
Ano civil		1,08	1,19	0,76	1,33	0,81	-39%
Ano hidrológico		2,04	0,41	1,58	1,53	0,52	-66%
<b>Armazenamento final nas albufeiras</b>	<b>GWh</b>	<b>2 192</b>	<b>1 153</b>	<b>2 170</b>	<b>1 636</b>	<b>1 296</b>	<b>-21%</b>
<b>Comprimento da rede</b>	<b>km</b>	<b>6 014</b>	<b>6 195</b>	<b>6 438</b>	<b>6 544</b>	<b>6 489</b>	<b>-1%</b>
400 kV	"	1 235	1 235	1 301	1 403	1 454	4%
220 kV	"	2 418	2 599	2 717	2 704	2 838	5%
150 kV	"	2 361	2 361	2 421	2 438	2 198	-10%
60 kV	"	-	-	-	-	-	
<b>Potência instalada em subestações</b>	<b>MVA</b>	<b>16 863</b>	<b>17 052</b>	<b>17 667</b>	<b>19 165</b>	<b>19 398</b>	<b>1%</b>
Transformação	"	10 592	10 781	11 266	11 744	11 977	2%
Auto-transformação	"	6 271	6 271	6 401	7 421	7 421	0%

Nota: Os consumos são referidos à produção líquida.



## Chave de Siglas e Unidades

AIB	<i>Association of Issuing Bodies</i>	PACONOR	Protecção Anticorrosiva de Estruturas e Equipamentos Metálicos
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações	PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento
APCER	Associação Portuguesa de Certificação	PIB	Produto Interno Bruto
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>	PNALE	Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão
AT	Alta Tensão	POC	Plano Oficial de Contabilidade Português
BCSD	<i>Business Council for Sustainable Development</i>	PPC	Paridade do Poder de Compra
BTE	Baixa Tensão Especial	PPCA	Posto Privado de Comutação Automática
BTN	Baixa Tensão Normal	PRE	Produtores em Regime Especial
BW	<i>Business Warehouse</i>	QUERCUS	Associação Nacional de Conservação da Natureza
CAE	Contrato de Aquisição de Energia	RDI	Rede de Dados Industrial
CBT	<i>Cross Border Trade</i>	RECS	<i>Renewable Energy Certificate System</i>
CE-SG	Comissão Executiva dos Sistemas de Gestão	REE	<i>Red Eléctrica de España</i>
CIGRÉ	Conferência Internacional das Grandes Redes Eléctricas	REEI	Revestimentos Espessos mais Ecológicos para Estruturas Imersas
CISEPI	Caracterização de Soluções de Integração Sustentada de Elevados Níveis de Produção	RENTELECOM	RENTELECOM – Comunicações, S.A.
CMEC	Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual	RNT	Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica
C.P.	Curto Prazo	RTS	Rede de Telecomunicações de Segurança
CPL	Sistema de Correntes Portadoras em Linhas de Transporte	SAP	Sistema de Aplicações e Produtos para Processamento de Dados
CPPE	Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.	SCC	Sistemas de Comando e Controlo
CPR	Companhia Portuguesa de <i>Rating</i> , S.A.	SDH	<i>Synchronous Digital Hierarchy</i>
CQAS	Conselho da Qualidade, Ambiente e Segurança	SEI	Sistema Eléctrico Independente
CTSOSI	Comité Técnico de Seguimento da Operação do Sistema Ibérico	SEM	<i>Strategic Enterprise Management</i>
DGGE	Direcção Geral de Geologia e Energia	SEN	Sistema Eléctrico Nacional
D.L.	Decreto-Lei	SENV	Sistema Eléctrico Não Vinculado
DIA	Declaração de Impacte Ambiental	SEP	Sistema Eléctrico de Serviço Público
DR	Diário da República	SGA	Sistema de Gestão Ambiental
EBITDA	<i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>	SGS	Sistema de Gestão de Segurança
EDM	Electricidade de Moçambique	SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
EDP	Energias de Portugal, S.A.	SONELGAZ	<i>Société Algérienne de l'Electricité et du Gaz</i>
ENF	Energia Não Fornecida	SPEA	Sociedade Portuguesa de Aves
EMAS	Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria	TEE	Actividade de Transporte de Energia Eléctrica
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos	TIE	Tempo de Interrupção Equivalente
ETSO	<i>European Transmission System Operators</i>	TSO	<i>Transmission System Operators</i>
EUA	Estados Unidos da América	UCTE	União para a Coordenação do Transporte de Electricidade
EUP	Estatuto Unificado do Pessoal	UE	União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo	UGS	Tarifa de Uso Geral do Sistema
FH	Feixes Hertzianos	URT	Tarifa de Uso da Rede de Transporte
FOB	<i>Free On Board</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
GDP	Gás de Portugal		
GEE	Gases com efeito de estufa		
GRTE	<i>Gestionnaire Réseau Transport d' Electricité</i>		
GT-QAS	Grupo de Trabalho Qualidade Ambiente e Segurança		
IAS	<i>International Accounting Standard</i>		
ICAT	Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa		
ICIST	Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção do Instituto Superior Técnico		
ICN	Instituto de Conservação da Natureza		
IESOE	Interligação Eléctrica do Sudoeste da Europa		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços do Consumidor		
INETI	Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial		
IP	<i>Internet Protocol</i>		
IPC	Índice de Preços do Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
ISO	<i>International Standard Organization</i>		
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado		
M.L.P.	Médio e Longo Prazo		
MAT	Muito Alta Tensão		
MIBEL	Mercado Ibérico de Electricidade		
MIE	Mercado Interno de Electricidade		
NIE	<i>Newly Industrialized Economies</i>		
NP	Norma Portuguesa		
OHSAS	<i>Occupation Health and Safety Assessment Series for Health and Safety Management Systems</i>		
OMEL	Operador do Mercado Eléctrico Espanhol		
OMI	Operador do Mercado Ibérico		
OMIE	Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)		
OMP	Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A.		
ONG	Organização Não Governamental		

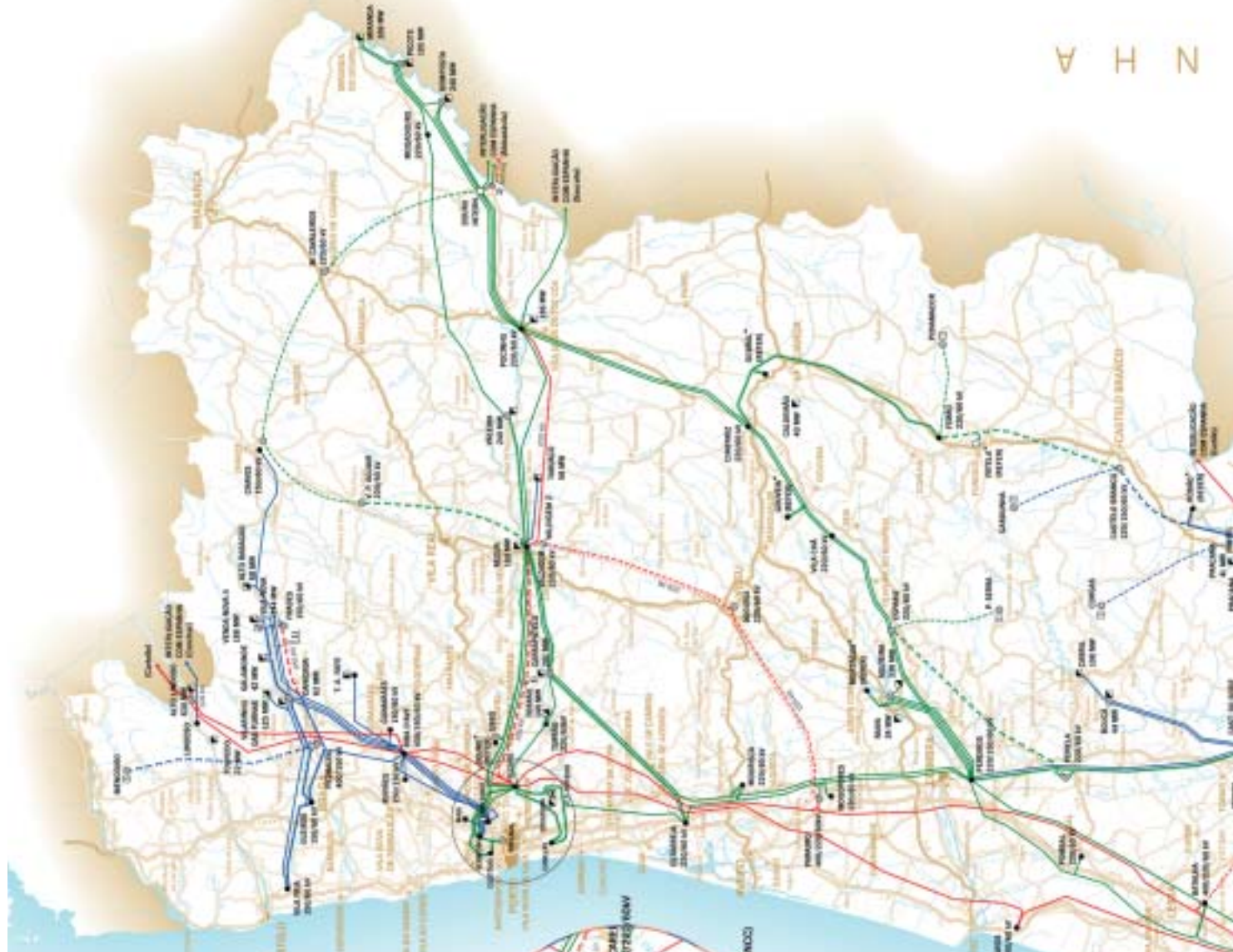
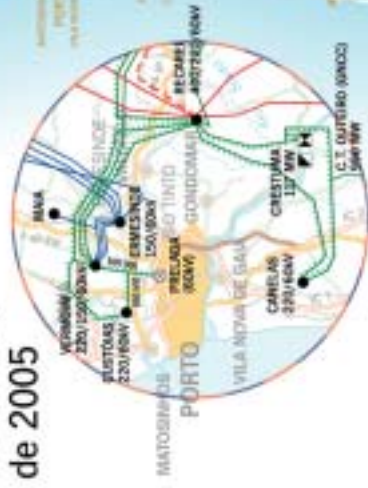
Unidades	
bbl	barril de petróleo
btu	<i>british thermal unit</i>
cent.€	cêntimos de euro
EUR	euro
€	euro
GHz	gigahertz
GW	gigawatt
GWh	gigawatt hora
k€	milhares de euros
km	quilómetro
kV	quilovolt
kVA	quilovolt – ampere
m <sup>3</sup>	metro cúbico
Mbit	megabit
Mbtu	milhões de btu
M€	milhões de euros
MVA	megavolt – ampere
Mvar	megavolt – ampere reactivo
MW	megawatt
MWh	megawatt hora
p.p.	pontos percentuais
s	segundo
t	tonelada
tec	tonelada equivalente de carvão
tep	tonelada equivalente de petróleo
TWh	terawatt – hora
USD	dólar americano
US\$	dólar americano

# Rede Nacional de Transporte

Portugal

400, 220, 150 e 130 kV

1 de Janeiro de 2005



N H A



E S P A

ESCALA 1:1 000 000

**LEGENDA**  
Indicações em serviço em 1 de Janeiro de 2009 e em construção ou programadas para o período 2009/2009

Linhas	CIRCUIITOS		TENSÕES	
	Posíveis	Instalados	400 kV	220 kV
Em exploração	1	2	1	1
Em construção ou programadas	1	2	1	1
Em exploração	1	1	1	1
Em construção ou programadas	1	1	1	1

Polifunção	SUBSTITUIÇÕES	
	Em construção ou programadas	Em funcionamento
Em construção ou programadas	●	○
Em funcionamento	●	○

Substâncias	CENTRAIS	
	Em construção ou programadas	Em funcionamento
Hidroelétrica	■	■
Hidroelétrica com bombagem	■	■
Eólicas	■	■

**NOTAS**  
1) 220 kV - 400 kV Linhas existentes e em construção representadas.  
2) Linhas em construção ou programadas representadas.  
3) Pontos de referência de rede de tensão, no momento atual.  
4) Pontos de concentração de potencia elétrica.  
5) Localização de subest.

**ren**  
Rede Eléctrica Nacional, S.A.  
Av. E.L.U.A., 25 - 1749-003 Lisboa  
Tel: 21 001 2600 - Fax: 21 001 3310  
www.ren.pt

Design, Produção e Mapa de Portugal © CLIPRITE, LDA.  
Rede Nacional de Transporte © REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.  
© CLIPRITE Design e Mapas, Trazinças, Lda.  
Largo Sarmelê Denis, 2 E - 1500-652 Lisboa  
Tel: 21 772 3138 - Fax: 21 772 3138  
e-mail: mads@cliprite.pt - www.cliprite.pt





#### Edição e Produção

REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.  
Av. Estados Unidos da América, 55  
1749-061 Lisboa  
Tel.: 21 001 35 00  
Fax: 21 001 33 10  
[www.ren.pt](http://www.ren.pt)

#### Coordenação

Divisão de Comunicação e Imagem

#### Concepção, Design e Produção Gráfica

PLINFO Informação, Lda.  
Av. de Berna, 13, 5.º esq.  
1050 036 Lisboa  
Tel.: 21 793 62 65  
Fax: 21 794 20 74  
E-mail: [plinfo@plinfo.pt](mailto:plinfo@plinfo.pt)  
[www.plinfo.pt](http://www.plinfo.pt)

#### Fotografias

PLINFO Informação, Lda.  
Fototeca REN  
Adelino Oliveira

#### Tiragem

61 500 exemplares

#### ISSN

0873-1616

#### Depósito Legal

896007/95





